



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, SOCIEDADE E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

CHRISTYNE CARVALHO DA SILVA

**O USO DE DADOS EDUCACIONAIS NA GOVERNAMENTALIDADE E NA AÇÃO
PÚBLICA NA RIDE-DF**

Brasília
2024

CHRISTYNE CARVALHO DA SILVA

**O USO DE DADOS EDUCACIONAIS NA GOVERNAMENTALIDADE E NA AÇÃO
PÚBLICA NA RIDE-DF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria Nogales Vasconcelos

Brasília
2024

CHRISTYNE CARVALHO DA SILVA

**O USO DE DADOS EDUCACIONAIS NA GOVERNAMENTALIDADE E NA AÇÃO
PÚBLICA NA RIDE-DF**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional

Brasília-DF, 22 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ana Maria Nogales Vasconcelos
PPGDSCI/UnB

Prof^a Dr^a Ana Maria de Albuquerque Moreira
PPGDSCI/UnB

Prof Dr Daniel Jaime Capistrano de Oliveira
IPP/UCD

Prof^a Dr^a Natália de Lacerda Gil
FACED/UFRGS

Para Pedro e Clarice, meus filhos, na esperança de que um dia eles possam fazer mais e melhor do que eu.

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grata a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, pois cada um desempenhou um papel essencial nesta jornada. Primeiramente, minha orientação e apoio inabaláveis vêm da minha orientadora, Ana Maria Nogales Vasconcelos. Agradeço não apenas pelo seu vasto conhecimento acadêmico, mas também pela graça, paciência e sabedoria com que me guiou. Sua confiança em mim e sua capacidade de me inspirar foram fundamentais para que eu pudesse trilhar este caminho incomum e desafiador com segurança e determinação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, expresso meu reconhecimento pelo ambiente acadêmico enriquecedor que criaram. Vocês fomentaram meu pensamento crítico e minha imaginação social, permitindo que eu explorasse novas ideias e abordagens em minha pesquisa. Cada interação e conversa foram valiosas para meu crescimento intelectual e pessoal.

Agradeço também aos meus chefes no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Célia Cristina de Souza Gedeon Araújo e Fábio Pereira Bravin. As oportunidades profissionais que me proporcionaram foram cruciais para meu desenvolvimento acadêmico. Seu apoio constante e compreensão eram essenciais para que eu pudesse equilibrar os desafios de minha carreira enquanto perseguia meus compromissos acadêmicos.

Sou grata aos meus colegas de trabalho e de vida, especialmente Rachel Pereira Rabelo, Juliana Marques da Silva, Camila Neves Souto, Melissa Riani Costa Machado e Marlei Afonso de Almeida. Agradeço pela generosa ajuda na coleta de dados, pela troca de ideias que enriqueceram minha pesquisa, pela paciência durante minhas ausências e, não menos importante, pelas risadas e momentos descontraídos que compartilhamos para aliviar a pressão desse processo.

Por último, mas definitivamente não menos importante, minha eterna gratidão à minha família, que compartilha comigo esta jornada desafiadora e enriquecedora. Sou a

primeira da minha família a concluir um doutorado, e esta conquista é dedicada aos meus antepassados, que talvez jamais pudessem imaginar que eu estaria aqui, rompendo barreiras e abrindo novos caminhos. Essa realização não é apenas um reflexo do meu esforço, mas uma homenagem ao legado de todos que vieram antes de mim. Meu reconhecimento terno e explícito aos meus pais Heloisa Helena Carvalho da Silva e José Carlos da Silva.

Ao meu esposo, Wagner Alexandre Wanderley de Melo, agradeço profundamente por seu apoio inabalável em momentos de dúvidas e incertezas. Sua disposição em me acompanhar pacientemente em viagens de campo que totalizaram mais de 1.500 quilômetros foi um dos gestos de amor mais tocantes. Sua dedicação e paciência abriram as portas que me levaram até este ponto crucial da minha vida.

A todos que não pude nomear e fizeram parte dessa jornada, expresso meu mais profundo reconhecimento e gratidão. Esta jornada é não apenas minha, mas de todos que me acolheram.

A SUPOSTA EXISTÊNCIA

*"Como é o lugar
quando ninguém passa por ele?
Existem as coisas
sem ser vistas?*

(...)

*Que fazem, que são
as coisas não testadas como coisas,
minerais não descobertos — e algum dia
o serão?*

*Estrela não pensada,
palavra rascunhada no papel
que nunca ninguém leu?
Existe, existe o mundo
apenas pelo olhar
que o cria e lhe confere
espacialidade?*

*Concretitude das coisas: falácia
de olho enganador, ouvido falso,
mão que brinca de pegar o não
e pegando-o concede-lhe
a ilusão de forma
e, ilusão maior, a de sentido?"*

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A tese investiga como os indicadores educacionais influenciam o planejamento e a execução de políticas públicas nos municípios de baixa densidade populacional da Ride-DF (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno). O objetivo central é entender como gestores municipais interagem com os indicadores produzidos pelo Inep, buscando maneiras de aprimorar a ação pública e, conseqüentemente, melhorar os resultados educacionais na região. Inicialmente, a pesquisa mapeia os desafios enfrentados por esses municípios na utilização eficaz de dados educacionais. A pesquisa é motivada pela identificação de lacunas significativas entre o potencial oferecido por dados educacionais e seu uso real na formulação e avaliação de políticas públicas, particularmente em áreas com desafios socioeconômicos e limitações de infraestrutura educacional. A metodologia adotada nesta pesquisa é triangulada, combinando diferentes técnicas para aprofundar o entendimento sobre o tema. Foram realizadas análises de conteúdo documental, survey e entrevistas semiestruturadas com gestores e outros atores envolvidos no processo de gestão educacional, abrangendo um total de 13 municípios da Ride-DF. Essa abordagem permitiu uma análise abrangente das práticas de implementação e utilização das quantificações educacionais na gestão pública. Os resultados indicam que, embora os gestores reconheçam a importância e o potencial dos indicadores educacionais, seu uso efetivo permanece limitado. Existem grandes variações na forma como os municípios acessam e utilizam esses dados, muitas vezes devido à falta de infraestrutura apropriada e a uma capacitação técnica inadequada. Também foi observado que há uma tendência de colaboração mais efetiva com entes estaduais e federais do que entre os próprios municípios da Ride-DF, o que reforça a necessidade de uma maior integração e cooperação regional. Outro achado importante é a frequente ausência de planos municipais com mensurabilidade clara e aproveitamento eficaz das estatísticas disponíveis. Isso acentua a necessidade de fortalecer a estrutura institucional e a capacidade técnica dos municípios para garantir que os dados educacionais sejam usados de forma estratégica e integrada no planejamento educacional. A pesquisa conclui que é essencial fortalecer a comunicação e a cooperação entre municípios e outros atores sociais, tais como prefeituras, tribunais de contas, conselhos comunitários educacionais, famílias, além dos Poderes Legislativo e Judiciário. A proposta inclui a unificação na capacitação técnica e o incentivo ao funcionamento em rede, potencializando o uso dos indicadores e promovendo um ambiente de governança educacional mais colaborativa e eficaz. A tese destaca-se por propor um novo paradigma de governança regional colaborativa na esfera educacional, enfatizando a importância das quantificações educacionais como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas mais informadas e efetivas. Ao promover uma colaboração interinstitucional e capacitar gestores para o uso estratégico de dados, o estudo oferece contribuições valiosas para a melhoria da governança educacional não só na Ride-DF, mas em todo território nacional.

Palavras-chave: Governamentalidade. Ação pública. Sociologia das quantificações. Uso dos indicadores. Indicadores educacionais.

ABSTRACT

The thesis examines how educational indicators influence the planning and implementation of public policies in low-density municipalities within the Ride-DF (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno). The central objective is to understand how municipal managers interact with the indicators produced by Inep to improve public policies and, consequently, educational outcomes in the region. First, the research identifies the challenges faced by these municipalities in the effective use of educational data. The study is motivated by the identification of significant gaps between the potential offered by educational data and its actual use in policy formulation and evaluation, particularly in areas with socio-economic challenges and limited educational infrastructure. The methodology used is triangulated, combining different techniques to deepen the understanding of the topic. It includes content analysis of documents, survey and semi-structured interviews with managers and other stakeholders involved in the education management process, covering a total of 13 municipalities within the Ride-DF. This approach allowed for a comprehensive analysis of the practices of implementing and using educational quantification in public management. The results indicate that although managers recognise the importance and potential of education indicators, their effective use remains limited. There are significant differences in how municipalities access and use these data, often due to a lack of appropriate infrastructure and technical training. It was also found that there is a tendency for municipalities to cooperate more effectively with state and federal authorities than with each other, reinforcing the need for greater regional integration and cooperation. Another important finding is the frequent absence of municipal plans with clear measurability and effective use of available statistics. This highlights the need to strengthen the institutional structure and technical capacity of municipalities to ensure that education data is used strategically and integrated into education planning. The research concludes that it is essential to strengthen communication and cooperation between municipalities and other social actors, such as city halls, audit offices, local education councils, families, and the legislative and judicial authorities. The proposal includes the harmonisation of technical training and the promotion of networking to maximise the use of indicators and promote a more collaborative and effective educational governance environment. The thesis stands out for proposing a new paradigm of regional collaborative governance in education, emphasising the importance of educational quantification as a fundamental instrument for developing more informed and effective public policies. By promoting inter-institutional collaboration and empowering managers to use data strategically, the study offers valuable contributions to improving educational governance not only in the Ride-DF, but across the country.

Keywords: Governmentality. Public action. Sociology of quantification. Use of indicators. Educational indicators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Relacionamento entre os conceitos e teorias usados.....	55
Figura 2 — Literatura de interesse na revisão esquemática	58
Figura 3 — Literatura de interesse na revisão esquemática	60
Figura 4 — Fluxo de exclusão da revisão sistematizada.....	63
Figura 5 — Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF).....	72
Figura 6 — Profissionais que já receberam algum curso sobre gestão educacional ou estatísticas por tempo de exercício no cargo/função nos municípios visitados.....	103
Figura 7 — Tipo de repositório de dados administrativos por organização de dados estatísticos para o Censo Escolar	105
Figura 8 — Profissionais que receberam capacitação para preencher o Censo Escolar por tipo de auxílio no preenchimento nos municípios visitados.....	107
Figura 9 — Tipos de locais em que são preenchidas as informações do Censo Escolar nos municípios visitados	114
Figura 10 — Confiança dos profissionais para executar ações nos municípios visitados	120
Figura 11 — Interação dos atores na criação e implementação de quantificações	126
Figura 12 — Usos das estatísticas educacionais pelos municípios elegíveis	132
Figura 13 — Finalidade do uso de estatísticas pelos gestores dos municípios elegíveis	138
Figura 14 — Disseminação das estatísticas do Censo Escolar nos municípios elegíveis.....	149
Figura 15 — Interação dos atores no uso das quantificações.....	154

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 — A escola acessível	20
Fotografia 2 — Município de baixa densidade populacional da Ride-DF	73
Fotografia 3 — Secretaria Municipal de Educação.....	99
Fotografia 4 — Secretaria Municipal de Educação.....	101
Fotografia 5 — Secretaria Municipal de Educação.....	108
Fotografia 6 — Secretaria Municipal de Educação.....	112
Fotografia 7 — Secretaria Municipal de Educação.....	117
Fotografia 8 — Secretaria Municipal de Educação.....	127
Fotografia 9 — Secretaria Municipal de Educação.....	134
Fotografia 10 — Secretaria Municipal de Educação.....	142
Fotografia 11 — Secretaria Municipal de Educação.....	144
Fotografia 12 — Secretaria Municipal de Educação.....	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Informações gerais da tese	22
Quadro 2 — Sumário do Censo Escolar.....	36
Quadro 3 — Tipologias de instrumentos na ação pública	50
Quadro 4 — Descritores da revisão sistematizada.....	60
Quadro 5 — Informações coletadas	62
Quadro 6 — Municípios elegíveis da Ride-DF.....	78
Quadro 7 — Objetivos específicos	80
Quadro 8 — Organização da análise de conteúdo dos planos municipais de educação dos municípios elegíveis da Ride-DF	84
Quadro 9 — Planos municipais de educação dos municípios elegíveis da Ride-DF	85
Quadro 10 — Estrutura geral do survey	88
Quadro 11 — Triangulação dos métodos e materiais de pesquisa	92
Quadro 12 — Síntese de interações.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Resultado da busca por literatura	61
Tabela 2 — População residente estimada na Ride DF (2009)	74
Tabela 3 — Extensão de metas e estratégias dos PME dos municípios elegíveis	130
Tabela 4 — Temas das metas e estratégias dos PME dos municípios elegíveis ..	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEP	Comitês de Ética em Pesquisa
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
Deed	Diretoria de Estatísticas Educacionais
DGE	Diretoria Geral de Estatística
DOU	Diário Oficial da União
DTDIE	Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
Encceja	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituição de Educação Superior
INE	Institutos Nacionais de Estatísticas

Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Inse	Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAPN+	Pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/ Questionando, Intersexo, Assexuais/ Arromânticas/ Agênero, Pan/ Poli, Não-binárias e mais
MEC	Ministério da Educação
Minc	Ministério da Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não governamental
PAR	Plano de Ações Articuladas
PBF	Programa Bolsa Família
PCD	Pessoa com deficiência
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PME	Plano Municipal de Educação
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnaic	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
Pradime	Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação
Proinfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
Ride-DF	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saego	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação

Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGBD	Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados
SIEd	Sistema Integrado de Informações Educacionais
SIGE	Sistema de Gestão Escolar
Simave	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
Talis	Pesquisa Internacional de Ensino e Aprendizagem
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	A reforma educacional e o Inep.....	28
1.2	O Inep e o Censo Escolar.....	32
2	REVISÃO DA LITERATURA	38
2.1	Da sociologia das quantificações.....	38
2.2	Da governamentalidade.....	43
2.3	Da ação pública.....	47
2.4	Relacionamentos entre os conceitos e teorias fundamentais.....	53
2.5	Dos estudos em quantificações educacionais no Brasil.....	57
2.5.1	Aspectos conceituais e metodológicos da revisão sistematizada.....	57
2.5.2	Identificação da revisão sistematizada.....	59
2.5.3	Triagem, elegibilidade e inclusão da revisão sistematizada.....	60
2.5.4	Resultados e discussão da revisão sistematizada.....	64
2.5.4.1	As pesquisas sócio-históricas.....	64
2.5.4.2	As pesquisas sociológicas.....	68
3	JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	71
3.1	Justificativa e relevância.....	71
3.2	Objetivo geral.....	76
3.3	Objetivos específicos.....	79
4	MÉTODOS E MATERIAIS	82
4.1	Análise de conteúdo.....	83
4.2	Entrevista semiestruturada.....	88
4.3	Triangulação de métodos e materiais.....	90
5	RESULTADOS	97
5.1	Criação e Implementação das quantificações.....	101
5.1.1	Interações sociais na criação e implementação das quantificações.....	124
5.2	Uso e relacionamentos das quantificações.....	127
5.2.1	Interações sociais no uso das quantificações.....	153
5.3	Algumas conclusões sobre as interações sociais e as quantificações..	156
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
6.1	Para que as estatísticas cheguem ao território nacional da mesma maneira 160	
6.2	Para que as estatísticas façam a diferença nos municípios.....	161
6.3	Para que as estatísticas participem de uma construção e uma ética de Estado	163
6.4	Perspectivas futuras.....	165
	REFERÊNCIAS	168
	GLOSSÁRIO	199
7	APÊNDICE A — CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PESQUISA	201
8	APÊNDICE B — INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE LITERATURA SISTEMATIZADA	203

9	APÊNDICE C — VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - BRASIL - 2019 E 2022	214
10	APÊNDICE D — TERMO DE RESPONSABILIDADE LIVRE E CONSENTIDO	215
11	APÊNDICE E — ROTEIRO DE SURVEY (2023).....	216
12	APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (2023) 225	
13	APÊNDICE G — 1ª ETAPA DO CENSO ESCOLAR - MATRÍCULA INICIAL	228
14	APÊNDICE H — 2ª ETAPA DO CENSO ESCOLAR - SITUAÇÃO DO ALUNO	229

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação e honra que apresento esta tese que representa não apenas o culminar de anos de estudo dedicados à sociologia, mas também uma extensão natural das minhas atribuições profissionais em quantificações educacionais. Esse esclarecimento é essencial para a compreensão dos leitores das análises que serão aqui efetuadas.

Esta trajetória não foi tão simples assim. Fui confrontada com os desafios e as questões de relacionamento profissional relacionadas à sociologia das quantificações. Essa complexidade, certamente, contribuiu para que eu compreendesse o tema como o foco da minha pesquisa. A sociologia deve questionar e explicar a interação entre categorias e números gerados centralmente com pessoas em níveis locais. Esta interação fornece percepções e impressões subjetivas amplas nas ações públicas. Transforma simples números em objetos de significado político e social muito específico.

Como socióloga e ao longo de quase duas décadas como pesquisadora no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), percebi que era necessário problematizar as quantificações, a partir de outras dispersões teóricas e conceituais. Por possuir um corpo profissional plural, tornou-se importante também trazer a perspectiva sociológica para as quantificações oficiais. Essa perspectiva é um esforço reflexivo do próprio campo sociológico, ao qual se juntam condições pessoais de questionar as pesquisas institucionais realizadas a partir de um certo lócus social, ou seja, analisar criticamente a partir de um determinado lugar de fala (Ribeiro; Gusmão, 2010).

Com isso, pretendo tratar que minha posição como servidora e pesquisadora implica em uma reflexividade, uma percepção consciente da minha posição, dos vieses e da influência de narrativa que irei empreender. Essa autoconsciência trabalhada arduamente ao longo dos anos de doutorado ajudou a produzir análises e interpretações mais precisas dos dados coletados. E incentivou-me a considerar as minhas origens e experiências, enriquecendo as perspectivas e as interações com os municípios visitados (Berger, 2013). Aqui, a minha subjetividade não deve ser representada como algo problemático, ao invés disso, ela é corajosamente colocada em primeiro plano como um elemento essencial. Enquanto compartilho e reflito sobre

um tema fruto da minha experiência pessoal, estou apoiada em um ambiente social, político e cultural no qual essa pesquisa pôde ser amadurecida. E parafraseando Johnson-Bailey (2021), esse trabalho foi o que me ajudou a entender e a sobreviver na torre de marfim de um órgão federal, onde sou uma intrusa como socióloga; e no ato de criar o trabalho em reflexividade, resisti, prosperei e fui transformada¹.

Realizei diversas pesquisas e visitas em municípios do país, ao longo de mais de 15 anos de serviço público e 40 anos de idade. O momento mais instigante desse locus social ocorreu em escolas de um município do interior do nordeste brasileiro, com menos de 10.000 habitantes. O local havia alcançado as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) satisfatoriamente. A visita se dava a um procedimento padrão de controle de qualidade, já que isso afetava não só o Ideb, mas muitas outras quantificações e políticas públicas.

Em dado momento, a gestora da rede municipal mostrou o trabalho de desenvolvimento executado nas escolas locais, que inclui a construção de rampas de acessibilidade e outros itens de infraestrutura para pessoas com deficiência. Para tanto, a gestora alegava ter usado intensivamente os indicadores produzidos pelo Inep, exemplificando assim um uso de quantificações bem-sucedido.

¹"Moreover, this body of work is what helped me to understand and survive in the ivory tower, where I am an interloper; and in the act of creating the autoethnographic work, I resisted, thrived and was transformed" (Johnson-Bailey, 2021).

Fotografia 1 — A escola acessível



Fonte: A autora (2020).

O município, contudo, não possuía sequer um aluno com aquelas necessidades, tampouco a cidade possuía qualquer pavimentação nas vias públicas para a locomoção de pessoas com deficiências, exceto a rodovia estadual que cortava o terreno arenoso de toda a região.

Esse fato iniciou em mim uma compreensão mais aprofundada sobre os diversos usos das estatísticas. Nas vias públicas, não havia pavimentação para qualquer um. A exceção era a estrada estadual, cortando o terreno seco da região. Esse fato me levou a uma compreensão mais profunda a respeito do uso das estatísticas. A gestora justificava a ação pública dessa maneira.

Assim, inaugura-se a minha busca pela compreensão da ação pública que supere o senso comum sobre a alocação de recursos com as estatísticas como ferramentas. Procuo pessoalmente soluções eficazes e busco a necessidade de otimizar processos que integrem o fazer acadêmico e o fazer profissional, buscando

não apenas respostas fáceis ou preconceituosas, mas uma compreensão teórica sólida para fundamentar práticas futuras.

Assim, esta pesquisa está inserida no âmbito do inciso VII do art. 1º da Resolução CNS nº 510/2016, que trata de projetos que utilizam metodologias características das Ciências Humanas e Sociais, mas estão dispensados de submissão ao Sistema CEP/Conep:

VII – pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito (CNS, 2016).

Ou seja, esta investigação se refere a situações em que, a partir da prática cotidiana e profissional, identifica uma temática de interesse e decide investigá-la cientificamente. Isso não necessita da criação de nenhuma ação diferente da prática ordinária na qual já me encontro exercendo e sua execução não implica a identificação dos participantes envolvidos. A apresentação necessária da minha atuação profissional nesta pesquisa e como parte do meu ofício no Inep, está inserida na Carta de meus superiores hierárquicos no respectivo Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) da autarquia. Ela se encontra no Apêndice da tese.

Após apresentar meu lugar de fala, compartilho agora as informações gerais da minha tese, que servem como um panorama e um convite a uma leitura mais objetiva, fluida e envolvente para os leitores:

Quadro 1 — Informações gerais da tese

Problema de pesquisa	Como os indicadores educacionais do Inep são usados pelos gestores de educação de municípios de baixa densidade populacional da Ride-DF?
Objetivo geral	Conhecer como se dá a relação entre os gestores municipais de educação e os indicadores educacionais produzidos do Inep com vistas à ação pública.
Objetivos específicos	Conhecer a percepção dos indicadores no uso municipal pelos gestores;
	Identificar o arranjo institucional que abriga o uso dos indicadores;
	Compreender as relações entre os agentes internos e os agentes externos, locais e regionais, que fazem uso dos indicadores nos municípios;
	Conhecer como são usados os recursos humanos e tecnológicos no uso dos indicadores;
	Identificar os usos dos indicadores nas políticas e ações dos gestores municipais;
	Entender o histórico de uso dos indicadores nas políticas e ações da rede municipal;
	Entender como se estabelece o fluxo de comunicação do uso dos indicadores pelos gestores municipais.
Conceitos e teorias fundamentais	Governamentalidade;
	Ação pública;
	Sociologia das quantificações.
Eixos teórico-argumentativos a partir dos conceitos e teorias fundamentais	As estatísticas não chegam ao território nacional da mesma maneira;
	As estatísticas carregam consigo um caráter contraditório, mas podem fazer a diferença às localidades;
	As estatísticas educacionais, mais do que meros conteúdos, participam de uma construção e de uma ética de Estado.
Materiais e métodos	Análise de conteúdo documental;
	<i>Survey</i> ;
	Entrevistas semiestruturadas.

Fonte: A autora (2023).

1 INTRODUÇÃO

Após a redemocratização, estabeleceu-se uma reforma nos padrões do Estado e das políticas sociais brasileiras. Àquela altura, mais do que superar o regime autoritário, era preciso superar a crise do modelo nacional-desenvolvimentista. E para reformular o Estado, Abrucio (2007) cita três grandes conjuntos de medidas que afetaram profundamente a governança educacional, a saber:

- a. A descentralização política, financeira e administrativa com a possibilidade de uma participação cidadã, abrindo espaço para inovações no âmbito local, ainda que sob um regime federativo de marcadas diferenças regionais em sua execução (Arretche, 1999);
- b. O fortalecimento do controle externo da administração pública, agregando um novo papel aos Ministérios Públicos, aos Tribunais de Conta, entre outros, orientados sobretudo pelos princípios da legalidade e da publicidade (Ceneviva; Farah, 2012); e
- c. A reforma do serviço público civil com a profissionalização e capacitação da burocracia, especialmente ao nível federal, a fim de que essas induzissem estratégias às respostas locais (Arretche, 1999).

Essas medidas iniciadas no Brasil, no final dos anos 1980, deram impulso à discussão da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já na década de 1990 (BRASIL, 1996). É dessa forma que "colhendo todos frutos e custos" daquelas medidas de matriz neoliberal empreendidas na redemocratização (Freitas, 2013) e da crise fiscal daquele momento, que se traz para a educação uma atenção particular à questão da eficiência e da racionalidade na utilização dos recursos públicos (Farah, 2007; Traversini; Bello, 2009).

Estudos sobre esse período destacam a influência dos organismos internacionais nesse ciclo de reformas não só no Brasil, mas em toda a América Latina. É o caso das ações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Banco Mundial, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). A área de influência dessas agências foi enorme: desde os parâmetros de avaliação dos alunos, das escolas,

chegando aos currículos, às políticas de formação de professores, as quais se perpetuam até os dias atuais (Trojan, 2010; Campos, 2013; Freitas, 2013).

Os programas de avaliações nacionais e internacionais usam os dados estatísticos como instrumento de produção de avaliação e informação como elementos objetivos do processo. Assim, desenvolvem uma relação entre estatística e política pública que não é linear... (Villani; Oliveira, 2018)

De fato, essa relação não foi linear. É importante lembrar que essa reforma educacional não foi a primeira no Brasil. O país já vinha angariando com o tempo outros debates, aprendizados e controvérsias em ondas reformistas antecessoras, as quais se tornaram mais complexas junto ao que estava impactando todo o continente.

Dentre os processos de transformação impulsionados pela atuação dos agentes do cotidiano educacional, emergiu uma dinâmica diferenciada. De um lado, algumas instituições iniciaram um processo de construção de maior autonomia, que lhes permitiu tomar decisões sobre aspectos curriculares e de gestão, as quais – em certos casos – podem ser vistas como promotoras de qualidade e equidade. Por outro lado, um número possivelmente maior de instituições consolidou estilos de funcionamento voltados para o cumprimento mecânico de atividades, perdendo de vista seus objetivos essenciais, o que acabou contribuindo para seu desgaste (Braslavsky; Cosse, 2006).

No caso da educação brasileira, essa nova reforma trouxe mais avaliações, mais metas e mais indicadores que passaram a constituir o cotidiano do planejamento do Ministério da Educação e das secretarias subnacionais de educação (Segatto; Abrucio, 2017), os quais afetaram profundamente a institucionalização das agências e instituições produtoras de estatísticas, como o Inep.

Cecilia Braslavsky e Cosse (2006) faz curioso relato de como a governança por indicadores em educação conseguiu maior inserção na América Latina por meio dessas agências já a partir da década de 1980, apesar de existirem propostas nacionais pulverizadas e pouco desenvolvidas. Segundo ela, isso se explicava porque havia uma sociologia e uma pedagogia da época que sempre orientavam as políticas educacionais pelo enfoque micro relacional, ou no máximo, por algumas relações nacionais. Por outro lado, pois a sociologia e a pedagogia latinas dedicavam-se a

buscar alternativas pedagógicas em contraposição às teorias pedagógicas que tiveram origem nas relações autoritárias que se deram na região.

Todavia, independentemente desse ponto de vista sobre a sociologia e a pedagogia da época, os organismos multilaterais também encontraram algo estrutural: a configuração dos sistemas educacionais e de suas instituições latinas estava marcada por fragmentação, segmentação e desregulação. Essa situação era um horizonte indefinido e aberto para a chegada dos "conceitos estelares", aqueles que aparecem como componentes inevitáveis dos discursos ouvidos (Braslavsky, 2000).

Esse é o cenário para a formalização de índices que quantificam a qualidade, como o Ideb (Cavalcanti, 2019), como um princípio objetivo, realista e garantidor dos conceitos de "qualidade" e "equidade" da educação, ou ainda de "melhoria da qualidade do ensino". Nessa lógica, O Estado passou a atuar como regulador, promovendo a percepção de que a qualidade da educação pode ser mensurada e gerida através de indicadores quantitativos. Essa mudança de paradigma levou a uma crescente padronização da educação, onde as práticas pedagógicas foram ajustadas para atender às exigências das avaliações, muitas vezes resultando em um ensino para as avaliações ou exames (Silva; Brasil, 2018).

Em seguida, pouco a pouco, houve o desencadeamento de outros instrumentos de gestão, como os planos municipais de educação (PME), que trouxeram maior complexidade ao conhecimento da gestão subnacional (Braslavsky; Cosse, 2006).

Parece que, se por um lado, o conceito de qualidade adotado pelo Ministério da Educação utiliza dois indicadores [rendimento e desempenho] através do IDEB, os municípios, através de seus PMEs, alargam o conceito de qualidade e trazem para dentro dele inúmeros aspectos relacionados à educação, como estrutura, gestão, formação de professores, apoio das famílias e da comunidade, apoio dos órgãos públicos, educação para a paz, inclusão, transporte, merenda, etc., ou seja, fatos e ações fortemente ligadas ao ensino (Klein; Traversini, 2017).

Embora se tenha problematizado o espectro da "melhoria da qualidade do ensino" ao longo do tempo e nos níveis subnacionais, não deixou de haver uma certa "hierarquização cognitiva" das quantificações em toda a América Latina (Braslavsky; Cosse, 2006) conjugadas a esse ideal de sociedade do conhecimento e da necessidade de comparabilidade internacional. Foram incorporados ao sistema

educacional nacional e subnacionais uma cultura quantitativa de competição entre escolas, entre municípios, onde o sucesso podia ser medido por números e *rankings*.

As políticas públicas educacionais brasileiras passam a contar com um volume nunca visto de dados quantitativos colhidos pelos sistemas censitários, pelos sistemas de avaliação nacional e de avaliação internacional comparada. Com essa hierarquização, a nova gestão pública passa a se retroalimentar por mais e mais números, em busca de legitimidade e aceitação comum baseada em evidências²:

É justamente a divisão de trabalho entre especialistas em relevância e especialistas em precisão que está intimamente relacionada a uma epistemologia realista, que, por sua vez, é gerada por uma demanda social generalizada. Inspirada nas ciências naturais, a epistemologia realista é a única capaz de conferir à estatística a legitimidade necessária para ser vista como externa ao debate social, para o qual ela fornece uma linguagem comum aceita e pontos de referência que sustentam as evidências (Desrosières, 2009).

Mas é essa epistemologia generalista, realista e precisa que transforma atos individuais, de pequenas localidades ou de pequenas unidades de informação em menos transparentes (Neto *et al.*, 2013) do que a combinação de fatores de risco que definem uma população em sua totalidade:

Em uma comunidade pode haver indivíduos ou um grupo deles que não se enquadram nas características consideradas de risco. Entretanto, a atenção recai ao que diz o saber estatístico, que mede, compara e informa as características predominantes da população desse determinado local. O foco de ação é sobre as coletividades e não as individualidades. De modo diferente do conhecimento produzido pela etnografia que “busca apresentar a alteridade como única, singular, o conhecimento produzido pela estatística transforma a alteridade em diferenças comparáveis e mensuráveis” (Klein; Traversini, 2017).

A partir dos anos 1990-2000, a interação do Estado com os organismos internacionais, promoveram a ideia de que a educação deveria ser mensurada e

²It is precisely the division of labor between relevance specialists and accuracy specialists is that is closely related to a realist epistemology, which, in turn, is generated by widespread social demand. Inspired by natural science, realist epistemology is the only one that can endow statistics with the legitimacy it needs to be seen as external to the social debate, to which it provides an accepted common language and reference points supporting evidence” (Desrosières, 2009).

avaliada, com uma epistemologia específica. Essa lógica influenciou, por exemplo, a forma como o Censo Escolar foi reestruturado. A coleta de dados passou a incluir não apenas informações sobre matrículas e infraestrutura, mas também possibilitou construir indicadores de qualidade e de rendimento. Essa abordagem refletiu uma certa primazia da eficiência e o *accountability* do sistema, transformando o Censo em um instrumento de controle e avaliação das políticas educacionais (Herdade; Santos, 2022).

A discursividade relacionada à “qualidade”, à “equidade”, à “participação” e à “eficiência”, não estava dissociada dos traços históricos anteriores que buscavam orientar as ações, reforçando e ressignificando as formas dominantes de ver o mundo, a partir da necessidade de uma certa racionalidade já desde o fim do século XIX e início do século XX:

Os discursos sobre as estatísticas educacionais que circularam no Brasil no final do século XIX e início do século XX frequentemente concordam que as políticas sugeridas pelos números teriam a vantagem de ser “objetivas”, ou seja, estariam supostamente acima das vontades dos governantes por consistirem num recurso racional para o encaminhamento da tomada de decisão. A objetividade era característica apontada como constitutiva de uma estatística confiável. Era porque imbuída desse predicado que se tornava componente imprescindível na condução da política educacional (Gil, 2008).

E ainda, sim, após a reforma educacional, a condução das políticas de maneira mais “objetiva” não deixou de apresentar aspectos de desigualdade que marcam ainda hoje a educação brasileira (Akkari; Maleq, 2020). Por isso, é necessário interpretar o modo como essas estatísticas educacionais estão engendradas no aparato institucional nacional e nas unidades federadas.

1.1 A reforma educacional e o Inep

Atualmente, o Inep é uma das figuras centrais na organização das estatísticas brasileiras em meio às reformas educacionais brasileiras. Diversos estudos dão conta do percurso sócio-histórico de estabelecimento da racionalidade das estatísticas no arcabouço político-institucional (Gil, 2007; Paulilo; Gil, 2017; Gil, 2005; Viviani; Gil, 2011), embora se reconheça que a multiplicidade de ações de outros agentes estatais e não estatais nessa relação, que nunca foi linear.

As quantificações na educação não são recentes. Elas mobilizaram diversos intelectuais brasileiros no sentido de indicar caminhos para a efetivação do sistema nacional de ensino. Alguns estudos dão conta de que a própria ideia moderna de escola no século XIX, seja para designar "escola primária", "escola rural" ou ainda "obrigatoriedade do ensino", por exemplo, sempre tiveram a representação intrinsecamente ligada aos institutos nacionais de estatísticas (INE). Silva e Valente (2015) fazem a observação de que há nas quantificações um elemento central do discurso educacional e corporificado justamente nos órgãos estatísticos, tal qual a Diretoria Geral de Estatística (DGE), o Ministério da Educação e Saúde, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Inep um papel central de composição da agenda política da "escola de massas", ainda que o produto estatístico não fosse tão confiável:

Assim, a demografia, através das técnicas estatísticas, passou a responder por estudos acerca do movimento escolar que pudessem fornecer informações consideradas racionais e científicas com vista a adequadamente orientar decisões políticas para a educação. Na metade final do século 19, no Brasil, ainda que se afirmasse constantemente o papel das estatísticas na condução das ações de governo, destacavam-se os debates acerca da necessidade de se aperfeiçoar o aparelho de coleta e tratamento dos dados quantitativos, de modo que os números eram utilizados com cautela (Gil, 2005).

No Brasil, tornar-se um produtor massivo de quantificações não se deu de um momento a outro. O Inep, fundado em 1938 com a missão de promover estudos, pesquisas e avaliações sobre a educação, foi criado em meio ao cenário de reformas educacionais que buscavam modernizar o sistema de ensino brasileiro, adequando-o

às demandas sociais e econômicas da época. Desde sua fundação, o instituto tem sido essencial na formulação de políticas educacionais, na avaliação da qualidade do ensino e na produção de dados estatísticos que orientam decisões governamentais, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento e na melhoria contínua da educação no país.

No Inep, assim como em outros órgãos estatísticos nacionais, historicamente se intercalaram e se retroalimentaram para a formulação de políticas públicas educacionais: de um lado, um projeto de pesquisa de matriz quantitativa defendido por Anísio Teixeira e reforçado posteriormente na redemocratização (Gil, 2008; Silva; Valente, 2015).

E de outro, um projeto de pesquisas de matriz mais qualitativa, de institucionalização das ciências sociais e de ligação entre a burocracia técnico-estatística e as instituições acadêmicas, durante as décadas de 1950-1960. Sobre essa alternativa mais qualitativa de embasamento de políticas públicas, aparece a figura do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional, CBPE, criado em 1953 no âmbito do Inep:

Em que pese a variedade de temas, objetos e métodos de pesquisa observados, é visível a importância que os chamados estudos de comunidade foram adquirindo na dinâmica do CBPE. As linhas de pesquisa relacionadas com os estudos de comunidade consolidaram a predominância desta forma de conceber as ciências sociais no interior do CBPE. Esta perspectiva ganhou maior evidência quando Darcy Ribeiro formulou o Programa de Pesquisas em Cidades-Laboratório. (...) Articulado a este programa de pesquisas, o Plano de Estudos em Comunidades Urbanas seguia a mesma orientação metodológica enfatizando, no entanto, o estudo das condições de socialização e das relações entre ensino formal e as formas culturais em curso nas comunidades urbanas representativas das regiões culturais brasileiras (Xavier, 1999).

Portanto, essas tensões entre os tipos de pesquisas e produtos que poderiam fundamentar as políticas públicas de ensino já estavam presentes antes mesmo da reforma no âmbito pedagógico durante o período neoliberal no próprio MEC (Mendonça *et al.*, 2006). O CBPE destacou-se por sua abordagem interdisciplinar, integrando cientistas sociais e educadores em pesquisas que buscavam entender as particularidades culturais e sociais das diversas regiões do Brasil. Essa colaboração

resultou em um acervo significativo de conhecimento que influenciou tanto políticas educacionais quanto práticas pedagógicas em todo o país. As pesquisas conduzidas pelo CBPE foram essenciais para a definição de diretrizes educacionais e para a implementação de programas voltados à melhoria da qualidade da educação no Brasil (Ferreira, 2008).

Fato é que o sistema de estatísticas e de avaliação educacionais encontrava-se fragmentado até a década de 1990, quando foi inserida a reforma neoliberal. Sem um corpo técnico especializado, sem estrutura física apropriada, elaborava indicadores defasados e propiciava um ambiente de achismos e inconsistências. Apesar dos esforços conjuntos entre a agência estatística oficial, entes federados e instituições de educação superior, atribui-se ao Banco Mundial um papel central no aprimoramento institucional e na governança que se desejava adotar. O Banco, como contrapartida para empréstimos que fazia na América Latina, e especialmente após a severa crise econômica dos anos 1990, condicionava o capital ao desenvolvimento de um sistema estatístico organizado e de uma “cultura de avaliação em larga escala”. Diz Leandro Damásio (2011):

Uma das contrapartidas exigidas pelo Banco Mundial para fornecer empréstimos e consultoria aos países emergentes era a implantação de sistemas de avaliação de desempenho. De fato, o Ministro (...), que também foi gerente do Banco, priorizou as avaliações de desempenho como política educacional (Damásio, 2011).

A produção do Inep é altamente impactada a partir dos anos 1990, com a introdução de programas e ações de base quantitativa.

No caso das políticas estaduais de educação, a disseminação da gestão por resultados foi influenciada, principalmente, pelas relações intergovernamentais, especificamente pelos mecanismos de indução do Governo Federal a estados e municípios, que se fortaleceram no Governo Fernando Henrique Cardoso – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Censo Educacional e reforma curricular, por exemplo – e no Governo Lula – Prova Brasil, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e Plano de Ações Articuladas (PAR) (Segatto; Abrucio, 2017).

Seguindo essa linha, atualmente, o governo federal segue envidando esforços significativos para direcionar o planejamento, a organização, a manutenção, a orientação e a coordenação de um sistema de estatísticas educacionais para a governança. Mas esse processo não foi rápido. A necessidade de produção e aperfeiçoamento de números tornou-se um fetiche estatístico. Eles estão presentes em eventos, símbolos e feedbacks. No entanto, isso não se transformou em soluções automáticas para todo o sistema educacional. As próprias quantificações, elas próprias construções sociais e produtos de outras relações sociais, necessitam de uma maior avaliação - não sem controvérsias.

Um exemplo está na elaboração dos indicadores de desempenho da educação básica, no Saeb, em que a triangulação com o Banco Mundial seguiu negociações contínuas entre as diversas instâncias nacionais, sendo necessário até que a própria burocracia do Inep assim se convencesse dos critérios propostos:

Os consultores do Banco Mundial gostariam que a avaliação permitisse a comparação entre as escolas, enquanto os representantes do governo preferiram evitar essa característica. Este é um caso de negociação em que o agente que empresta o dinheiro não está em situação de “principal”. O Banco precisava convencer os tomadores de decisão governamental em vez de lhes impor critérios. Essas operações, até este momento, aconteciam fora do escopo do Inep. Tratava-se de negociações envolvendo a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (Damásio, 2011).

Os estudos no uso das mensurações, após a reforma neoliberal mostram que há diferenças locais substanciais nas medições induzidas pelo governo federal (Werle, 2008; Carrasqueira *et al.*, 2015; Klein, 2017; Bello, 2012; Traversini; Buaes, 2009). Seja em termos socioeconômicos, institucionais ou até mesmo de escolhas políticas entre os entes federados, o impacto diferenciado das estatísticas observadas por um recorte de localidade afeta até mesmo a forma como o governo federal se relaciona com cada uma das instâncias locais (Segatto; Abrucio, 2016). Assim, conhecer como os indicadores passam a compor a agenda política educacional local possibilita criticamente compreender como essa racionalidade está sendo constituída, suas finalidades, suas ressignificações, seus efeitos. As mensurações não são meros conteúdos.

Elas devem ser vistas como tecnologia, que vinculadas às práticas sociais, mostram-se aos grupos a que servem e a partir das quais pressupostos se engendra (Bello; Traversini, 2011). Berman e Hirschman (2018) sintetizam esse aspecto da sociologia das quantificações em que estamos interessados: é na tomada de decisão tecnopolítica que norteia as escolhas metodológicas - quem decide o que quantificamos e como fazemos isso.

1.2 O Inep e o Censo Escolar

Desde o início do século XX, o Brasil começou a valorizar os dados estatísticos como ferramenta essencial para compreender a situação educacional e promover melhorias no ensino. Entretanto, as primeiras iniciativas para conhecer a educação no país surgiram com o Censo de 1872, que já reunia algumas informações sobre o tema, embora de forma rudimentar. Foi somente nos anos 30, com o estabelecimento do Ministério da Educação e Saúde Pública, que as estatísticas educacionais passaram a ter uma importância mais significativa (Melo; Fernandes; Oliveira, 2017).

Em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, teve início um esforço para organizar melhor a coleta de dados educacionais, embora ainda de forma restrita. Na década de 1940, o Serviço de Estatística de Educação e Saúde passou a elaborar relatórios sobre a situação educacional no Brasil. Nesse período, o trabalho de Lourenço Filho e Teixeira de Freitas foi crucial, com a produção de estatísticas voltadas para compreender as condições da educação no país. Essas iniciativas desempenharam um papel importante na criação de uma base de dados que viria a subsidiar análises futuras e a formulação de políticas educacionais (Gil, 2012).

Contudo, até então, a educação e a estatística, bem como a área de saúde e outras, estiveram intimamente relacionadas durante as décadas de 1930 e 1940. Aos poucos, assistiu-se à separação de responsabilidades e competências, tornando mais complexa e desafiadora a gestão em áreas de interseção institucional. Nesse momento, tornou-se essencial estabelecer as bases para uma afirmação profissional específica. Aqui já se delineiam os fundamentos da lógica de que as estatísticas são um recurso valioso para o planejamento, para a avaliação e para a alocação de recursos na educação. Isso porque elas proporcionariam informações objetivas e

confiáveis, essenciais para uma tomada de decisão eficaz na gestão pública. Em vez de serem guiadas por perspectivas parciais dos governantes, as políticas educacionais supostamente deveriam se basear em critérios puramente técnicos, ou seja, em números (Gil, 2012).

Durante as décadas de 1950 e 1960, o Inep concentrou-se na formação de professores e na construção de escolas, com a coleta de estatísticas realizada de maneira muito pouco sistemática. No entanto, esses diagnósticos contribuíram para o avanço de reformas educacionais em alguns estados e até em países vizinhos, como o Paraguai. Em 1976, a transferência do Inep do Rio de Janeiro para Brasília refletiu a estratégia do governo de descentralizar a administração pública federal (Damásio, 2011).

Entre os anos 1970 e 1980, o governo passou a reconhecer a importância de uma estratégia baseada em informações educacionais precisas para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. No entanto, o censo enfrentou desafios na coleta e processamento de dados, resultando em informações frequentemente desatualizadas e não padronizadas. Damásio (2011) ressalta que o principal feito do Inep nesse período foi a criação da primeira ação chamada deliberadamente Censo Escolar.

Chegando aos anos 1990, é que houve um fortalecimento do Censo Escolar como parte das reformas educacionais implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso apoiadas pelos organismos multilaterais e pelo Banco Mundial. O processo de recuperação das estatísticas educacionais teve início em 1995 com a elaboração do projeto de criação do Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd), que foi desenvolvido com a finalidade de informar decisões que impactam diretamente a qualidade da educação no Brasil (Diniz, 1999).

Havia o reconhecimento da necessidade de dados atualizados, uma vez que as informações sobre a educação básica eram escassas e desatualizadas. O último censo concluído antes de 1995 foi o de 1989, e abrangia apenas o ensino regular. Portanto, o Censo Escolar foi estabelecido para reunir informações extensas sobre a educação básica em diversos níveis e modalidades, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sob a responsabilidade do Inep.

A partir do início dos anos 1990, o Censo Escolar passou a adotar uma abordagem mais estratégica para enfrentar os desafios educacionais, focando tanto

na descentralização requerida nas reformas da época, quanto na necessidade dos respectivos recursos adequados. Essas questões estavam intrinsecamente ligadas às mudanças nos padrões de financiamento educacional. Nesse contexto, o Censo Escolar e o então emergente Saeb se destacaram como principais ferramentas para orientar os gestores públicos, especialmente diante da escassez de informações que dirimisse o financiamento da educação (Damásio, 2011).

O instrumento de medida foi o Censo Escolar, reformado para atender este objetivo. O fato de o Inep assumir a coordenação do Censo Escolar (um antigo banco de dados, criado em parceria entre o Inep e o IBGE, durante o momento da agenda desenvolvimentista), ajuda a explicar como este banco de dados se tornou o instrumento que define quanto os Estados recebem de um imenso fundo público. O Fundef assumiu a responsabilidade pela distribuição dos recursos destinados à descentralização do ensino fundamental. Foi criado em 1996, reunindo alguns fundos de arrecadação governamental e distribuindo conforme o número de matrículas em cada Estado. Em 2007, foi estendido e passou a distribuir também os fundos do ensino médio, sendo chamado por Fundeb (Damásio, 2011).

A partir dos anos 2000, o Censo passou por processos de melhoria contínua nos métodos de coleta e validação de dados, buscando sempre assegurar a qualidade e a acurácia das informações. A partir de 2007, o sistema online empregado para a coleta e organização desses dados passou a ser o Educacenso, o que permitiu a transmissão e disseminação por meio de registros de várias unidades de conhecimento, alcançando avaliações, exames, programas e diversas pesquisas. Pesquisas acadêmicas também se beneficiaram dos dados do Censo Escolar e, atualmente, os usos da pesquisa servem como base para mais de uma dezena de políticas públicas e para a análise do desempenho escolar em diferentes contextos.

Atualmente, a abordagem do Censo Escolar é evidenciada em duas etapas principais, conforme descrito pelo INEP:

- a. Matrícula Inicial: Refere-se ao número de estudantes registrados na data de referência. Esta etapa fornece informações detalhadas sobre os indivíduos matriculados na escola, com o objetivo de oferecer uma representação precisa da situação educacional em todo o país.
- b. Situação do Aluno: Reflete o desempenho e a progressão dos estudantes ao final do ano letivo. Os alunos podem ser classificados em uma das seguintes

situações: aprovado, reprovado, transferido, ausente ou falecido. Esses dados são essenciais para a elaboração de indicadores de fluxo escolar, como taxas de aprovação, reprovação, abandono e conclusão.

O sumário do Censo Escolar pode ser visto da seguinte maneira:

Quadro 2 — Sumário do Censo Escolar

CARACTERÍSTICAS E USOS	CENSO ESCOLAR
Data de referência da pesquisa	Última quarta-feira do mês de maio de todos os anos
Quem deve participar da pesquisa	Todos os estabelecimentos de ensino público e privado do país
Unidades de informação	Aluno Escola Gestor escolar Profissional escolar em sala de aula Turma
Etapas da pesquisa	<p><u>1ª Etapa da Coleta do Censo Escolar (Matrícula Inicial)</u> Data de referência do Censo Escolar anual; Período de coleta de dados; Publicação dos resultados preliminares no DOU; Período de conferência e retificação; Período de verificação e conferência feita pelas coordenações municipais; Período de verificação e conferência feita pelas coordenações estaduais e pela Setec/MEC; Período de confirmação de matrículas duplicadas; Publicação dos resultados finais no DOU; Divulgação das Sinopses Estatísticas da Educação Básica.</p> <p><u>2ª Etapa da Coleta do Censo Escolar (Situação do Aluno)</u> Período de coleta de dados; Divulgação preliminar no Sistema Educacenso; Período de retificação; Divulgação dos dados finais.</p>
Usos da informação	Alfabetiza Brasil; Busca Ativa Escolar; Encceja; Enem; Fundeb; Ideb; PDDE; Pisa; Pnae; Pnaic; Pnate; PNLD; Programa Escola Acessível; Programa Pé-de-Meia; Saeb; Talis, entre outros.

Fonte: Adaptado de Machado (2019).

Embora o Censo Escolar enfrente desafios em suas categorias e indicadores (Alves; Amorim; Souza, 2022; Brero; Rondini, 2022; Machado, 2019; Davies; Alcântara, 2020; Sonobe; Pinto, 2015), ele continua sendo uma ferramenta essencial na ação pública brasileira. Um dos seus principais papéis é fornecer informações valiosas para a avaliação e monitoramento dos Planos de Educação, incluindo o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Estaduais e Municipais. Por meio do Censo, é possível identificar áreas que demandam intervenção, como desigualdades no acesso à educação e na qualidade do ensino em diferentes regiões do país. Além disso, ele permite a integração de dados com outras pesquisas e avaliações, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Ao registrar informações de todas as instituições de ensino, inclusive as localizadas em áreas rurais ou de difícil acesso, o Censo assegura que as necessidades específicas dessas escolas sejam levadas em conta nas decisões políticas. Ao trazer dados sobre pequenas escolas municipais ou aquelas situadas em áreas rurais, em assentamentos da reforma agrária, terras indígenas ou comunidades quilombolas, o Censo constrói representações e significados sociais significativos, contribuindo para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas (Braga; Miranda, 2023).

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este trabalho foi desenvolvido em duas etapas principais. Na primeira etapa, foram abordados os principais conceitos envolvidos, com base em uma revisão da literatura recente. Para isso, foram consultados livros e artigos que ofereceram uma análise aprofundada dos temas relevantes. Essa revisão fundamenta a operacionalização dos objetivos, eixos argumentativo-teóricos, justificativa, materiais e métodos apresentados nos capítulos subsequentes.

Na etapa final, realizamos uma avaliação e síntese do estado da arte da sociologia das quantificações, incorporando evidências de pesquisas que, embora frequentemente adotem diferentes diretrizes teóricas, descrevem e enriquecem o campo. O objetivo é compreender o conhecimento produzido até o momento e situar e justificar a tese dentro de um contexto relevante e atual (Lessa *et al.*, 2015).

2.1 Da sociologia das quantificações

Os estudos históricos sobre o desenvolvimento das estatísticas frequentemente destacam frequentemente as contribuições de várias disciplinas, como matemática, astronomia, geodésia, psicologia experimental e genética. No entanto, a contribuição sociológica é frequentemente subestimada. A perspectiva sociológica oferece uma visão mais abrangente das estatísticas, indo além da mera precisão das medições e abordando questões que transcendem os aspectos históricos de seu surgimento. Essa abordagem permite uma integração mais profunda da pesquisa social e promove a interdisciplinaridade (Okrasa, 2012; Espeland; Stevens, 2008).

Dentro de uma perspectiva sociológica, ressalta-se que as escolhas nas quantificações não são só técnicas, mas socialmente estruturadas. Destaca-se não só uma performatividade para criar quantificações, como também os efeitos que esses números podem ter sobre a realidade, sobre especialmente o comportamento dos indivíduos.

Essa perspectiva multifacetada é complexa e diversos autores foram reconhecidos por inaugurar uma abordagem específica na ciência social, fazendo uso significativo de metodologias de pesquisa social sobre as estatísticas como objeto de

estudo, como Alain Desrosières, Ian Hacking, Theodore M. Porter e Wendy Espeland e seus diversos coautores (Didier, 2021; Diaz-Bone; Didier, 2016).

Não se pode afirmar com total segurança que eles foram os precursores no campo sociológico, pois Okrasa (2012) nos lembra que a influência mútua entre a ciência dos dados e a sociologia ocorreu não com os números como o objeto principal de estudo, mas direcionando um tipo de abordagem voltada para os dados, ou para uma perspectiva concentrada no tipo de avaliação realizada e em suas intersecções disciplinares. Ao olhar retrospectivamente, podemos adotar quatro fases do desenvolvimento histórico da análise de dados, desde o século XVII até o século XX. Importante notar que a sociologia interagiu com a quantificação na pesquisa apenas na terceira fase, de 1820 a 1900.

É com Adolphe Quételet, que é considerado o pai da ciência social quantitativa, que se tem a fase chamada de "socialização da estatística" devido ao seu conceito de "homem médio" e ao trabalho que ele fez sobre o ajuste da distribuição normal a vários conjuntos de dados sociais. A ele também é atribuída a nomenclatura de "física social" como um novo campo de pesquisa, nome predecessor ao termo "sociologia" cunhado por Auguste Comte (Pich, 2013).

Włodzimierz Okrasa (2012) também nos recorda de um dos "pais da sociologia", Émile Durkheim (2000), que baseava seus estudos em dados estatísticos, como nos estudos sobre o suicídio. Já com Paul Lazarsfeld (1961) trata do histórico da quantificação na sociologia, que posteriormente levou a uma disciplina em sua versão carregada de dados. Em cada um desses caminhos foi feito esforço para gerar conhecimento a partir das estatísticas e sua correlação com a sociologia.

No entanto, é quando as informações quantitativas se tornam dominantes, decisivas e autônomas para a demanda pública e governamental que o campo da sociologia das quantificações se solidifica (Espeland; Stevens, 2008). Também quando há a necessidade de aumentar a comunicação entre as comunidades e os governos (Di Fiore *et al.*, 2022) por meio das estatísticas oficiais é que se teve as condições para o surgimento da sociologia das estatísticas.

Em meados da década de 1990, o intelectual francês Alain Desrosières, estatístico e sociólogo, influenciado pelas reflexões de autores como Mauss, Durkheim, Bourdieu, Deleuze e Foucault, lança luz à relação entre a estatística e as ciências sociais.

Para Desrosières (2011), a emergência da sociologia das quantificações é possível quando as estatísticas são colocadas em pauta pelas políticas públicas como: i) como formas de se pensar a sociedade e a economia; ii) quando ela dirige os modos de ação pública; e iii) quando as estatísticas são pensadas, produzidas, disseminadas e usadas na avaliação do desempenho da sociedade e da economia, nos dados administrativos, nos algoritmos estatísticos e tantas outras outras representações e ações.

Assim, a partir de diversos autores, como Desrosières (1998), Desrosières (2009), Porter (2009), Porter (2020), Espeland e Stevens (2008), Davis *et al.* (2012), a sociologia da quantificação se refere ao estudo das implicações comunitárias, políticas e éticas da representação numérica e medição na sociedade. Ela abrange práticas de criação, produção e disseminação de quantificações, métodos estatísticos e processamento de dados para governança de dados, normas comunitárias e comportamentos individuais. Como um campo interdisciplinar, explora as quantificações na dinâmica de poder, governança e construção de realidades coletivas a partir de seus usos.

Estamos de acordo com Diaz-Bone e Didier (2016) que situam Alain Desrosières como A autora-chave que conseguiu trafegar por caminhos teóricos próprios, mas também trabalhou e foi trabalhado por diversas outras perspectivas teóricas ao longo do tempo. Para este trabalho, elegeu-se a inter-relação entre governamentalidade e ação pública que dialoga na arena da sociologia das quantificações.

Alain Desrosières (1990), um dos expoentes da sociologia das quantificações, tratou exaustivamente da necessidade de se administrar as populações pelo Estado, certo de que ela foi operada pelas ciências em duas dimensões: a institucional e a cognitiva, por meio das objetificações estatísticas.

Desrosières trabalha de modo semelhante a Foucault, como se verá adiante, com a notória atenção à criação dos institutos de estatísticas oficiais. Essa aproximação é desencadeada notoriamente nos estudos de política (Desrosières, 2016), em que se sugere que, a partir do século XVIII, os monarcas não mais apenas interessados em se manter no poder, também necessitaram interessar-se pelo bem-estar de sua população - ou de parte dela.

Embora se saiba que a contagem de pessoas e coisas fosse remontada a muito antes, essa forma de governar se acentua no pensamento europeu a partir do século XV e se intensifica muito a partir do século XVII (Desrosières, 1998). Ele remonta essa ligação com as agências estatísticas na aritmética política inglesa e na *statistik* alemã que criaram grandes números oficiais e as ciências do Estado³.

Essa “ciência do Estado” incluía história, direito, ciência política, economia e geografia, ou seja, a maior parte do que mais tarde se tornou matéria de “estudos sociais”, mas apresentada do ponto de vista de sua utilidade para o Estado. Essas várias formas de conhecimento não implicavam necessariamente em medições quantitativas: estavam basicamente associadas à descrição de territórios específicos em todos os seus aspectos. Essa conotação territorial da palavra “estatística” subsistiria por muito tempo no século XIX (Desrosières, 2001).

Desrosières (2001) destaca ainda que esse desenvolvimento das instituições do Estado não se deu inteiramente por sobre medidas quantitativas. Foi importante também que se assenta sobre o progresso das ciências sociais em descrições muito específicas dos territórios e de todos os seus aspectos, como no caso de evolução da antropologia (Desrosières, 2016). Não sem motivo, também o próprio desenvolvimento, no Brasil, do Inep, guarda semelhante interface com as ciências sociais e a estatística, a fim de promover a "consciência nacional" e o desenvolvimento no CBPE (Xavier, 1999; Xavier, 2012; Xavier; Scelza, 2004).

Com isso, se insiste na ideia de que o próprio aprimoramento da ciência estatística é tributário também da criação das instituições de estatísticas oficiais, que se tornam mais ou menos consistentes à medida que já se possuía alguma consistência em termos da construção social da população e do ideal de Estado⁴.

³"This 'science of the state' included history, law, political science, economics, and geography, that is, a major part of what later became the subjects of 'social studies,' but presented from the point of view of their utility for the state. These various forms of knowledge did not necessarily entail quantitative measurements: they were basically associated with the description of specific territories in all their aspects. This territorial connotation of the word 'statistics' would subsist for a long time in the nineteenth century" (Desrosières, 2001).

⁴"But this consistency is not given in advance. It has been created. The aim of survey is to analyze what makes things hold in such a way that they constitute shared representations, which can be affected by actions with a common meaning. Such a language is necessary to describe and create societies, and modern statistics is an important element of it, being especially renowned for its factualness, its objectivity, and its ability to provide references and factual support" (Desrosières, 1998).

Mas essa consistência não é dada de antemão. Ela foi criada. O objetivo das pesquisas é analisar o que faz com que as coisas se mantenham de tal forma que constituam representações compartilhadas, que podem ser afetadas por ações com um significado comum. Essa linguagem é necessária para descrever e criar sociedades, e a estatística moderna é um elemento importante dela, sendo especialmente conhecida por sua factualidade, sua objetividade e sua capacidade de fornecer referências e suporte factual (Desrosières, 1998).

Uma das contribuições essenciais de Desrosières não reside em destacar as capacidades e restrições da quantificação para a avaliação dos fenômenos sociais como um símbolo de status científico na interpretação (Desrosières, 2016). Sim, o contrário: conduzir análises dos indicadores, dos rankings, dos modelos, dos algoritmos a partir das ciências sociais. Pode-se compreender a sociologia das quantificações como⁵:

A sociologia da quantificação analisa os processos de produção e comunicação de números, bem como de gráficos como representações visuais de dados numéricos, não apenas em relação ao poder político que eles desencadeiam, não apenas em relação à “sociedade” e não apenas em relação a questões clássicas de pesquisa sociológica (como desigualdade social, pluralidades de avaliação e coordenação, conflito e crítica, racionalização, divisão do trabalho e sua organização, cognição social etc.), mas também como processos sociais ‘em si mesmos e como tais’ (Diaz-Bone; Didier, 2016).

É importante salientar que se trata de um campo transdisciplinar, e não apenas restrito à sociologia. O campo se beneficia significativamente da contribuição de historiadores, educadores, economistas, estatísticos, filósofos e tantos outros. E ainda agrega as importantes contribuições de outros expoentes, como Fernand Braudel e Charles Tilly que contribuem com críticas das fontes e outras considerações teóricas sobre as quantificações (Diaz-Bone; Didier, 2016).

⁵The sociology of quantification analyzes processes of production and communication of numbers, also of graphs as visual representations of numeric data not only in relation to the political power that they unleash, not only in relation to “society” and not only in relation to classical sociological research questions (as social inequality, pluralities of valuation and coordination, conflict and critique, rationalization, labor division and its organization, social cognition etc.), but also as social processes “in itself and as such” (Diaz-Bone; Didier, 2016).

No Brasil, a chamada sociologia das quantificações é um campo em definição (Senra, 2008). Isso significa que a comunidade de pesquisadores que explicitamente a ela se filiam é pequena, carecendo de melhor formalização (Camargo, 2009). No entanto, essa também parece ser a condição dos estudos nos outros países da América Latina, mesmo tendo importantes pesquisas de caráter principalmente sócio-histórico no Brasil, na Argentina, no México, entre outros (Senra; Camargo, 2009).

2.2 Da governamentalidade

Os estudos em quantificações são muito tributários das reflexões de Michel Foucault, que introduziu o conceito de governamentalidade em suas aulas no Collège de France durante a década de 1970, focalizando especialmente suas obras "Segurança, Território, População" e "Nascimento da Biopolítica". Ele argumentou que houve uma transformação no exercício do poder a partir do século XVIII. Em vez de um modelo baseado na força e repressão, surgiu um voltado para a gestão populacional. Essa nova abordagem manifestou-se em práticas como saúde pública, educação e administração social, refletindo um foco renovado na organização e otimização da sociedade.

A governamentalidade foi a maneira como a conduta de um conjunto de indivíduos esteve implicada, paulatinamente, no exercício do poder soberano. Essa transformação importante é assinalada em diferentes "artes de governar", a partir do final do século XVI e na primeira metade do século XVII. Está ligada à emergência de uma razão de Estado. Ela não é o imperativo em nome do qual se pode ou se deve infringir todas as outras regras. Ela é a nova matriz de racionalidade segundo a qual o governante deve exercer sua soberania governando os homens (Foucault, 1997).

A autora busca quais são as condições e restrições imanentes das técnicas, das racionalidades e das tecnologias por meio das quais o poder governamental é exercido. Em realidade, A autora sempre se preocupou com como a arte de governar atinge pessoas, corpos, almas, sexualidades, crianças, saberes científicos e muitos outros. Não demorou muito para que Foucault se preocupasse também com como o Príncipe se ocupa do seu próprio Estado⁶:

⁶"Government as a general problem seems to me to explode in the sixteenth century, posed by discussions of quite diverse questions. One has, for example, the question of the government of oneself,

O governo como um problema geral parece-me ter explodido no século XVI, colocado por discussões de questões bastante diversas. Temos, por exemplo, a questão do governo de si mesmo, aquela ritualização do problema da conduta pessoal que é característica do renascimento estoico do século XVI. Há também o problema do governo das almas e das vidas, o tema completo da doutrina pastoral católica e protestante. Há o governo das crianças e a grande problemática da pedagogia que surge e se desenvolve durante o século XVI. E, talvez apenas como a última dessas questões a ser abordada, há o governo do Estado pelo príncipe (Burchell; Gordon; Miller, 1991).

Nessa incursão sobre o governo de si próprio e dos outros, Foucault faz imersão nos modos como o Príncipe trafega entre as normas de comportamento, primeiramente em termos de poder, e desse poder passa à análise dos procedimentos, o que ele conceitua como "governamentalidade" (Foucault, 2010).

O conceito de governamentalidade é apresentado como uma forma de poder fundamentada no conhecimento da economia política e operacionalizada por meio de dispositivos de segurança. Ao contrário de reinar, comandar ou legislar, a governamentalidade está associada à arte de governar. Para compreendê-la, é necessário: 1) analisar globalmente suas relações para identificar as técnicas de poder; 2) sair do âmbito dessas tecnologias e reposicionar-se dentro dessa dinâmica de poder; 3) entender o movimento das tecnologias de poder na relação entre poder e saber. Esse tipo de governo não se exerce sobre o Estado, o território ou estruturas políticas, mas sim sobre as pessoas, os indivíduos e as coletividades (Rondon Filho, 2011).

Assim, a caracterização da governamentalidade passa por diversas dimensões dispersas na obra da autora. Uma conhecida é a biopolítica ou o biopoder, que se constitui em um conjunto de processos que tratam dos nascimentos, óbitos, reprodução, fecundidade, entre outros, constituindo primeiros saberes e alvos de controle de populações (Foucault, 2005). Biopoder é um conceito que engloba os mecanismos pelos quais as características biológicas fundamentais da espécie humana são incorporadas em políticas e estratégias de poder. Dessa forma, o

that ritualization of the problem of personal conduct which is characteristic of the sixteenth century Stoic revival. There is the problem too of the government of souls and lives, the entire theme of Catholic and Protestant pastoral doctrine. There is government of children and the great problematic of pedagogy which emerges and develops during the sixteenth century. And, perhaps only as the last of these questions to be taken up, there is the government of the state by the prince" (Burchell; Gordon; Miller, 1991).

biopoder é visto como uma configuração da governamentalidade, apta a transformar a vida dos indivíduos em um objeto de controle e influência (Rondon Filho, 2011).

Outra caracterização da governamentalidade é a descentralização do poder, a qual desafia a ideia de que o poder está, de fato, centralizado no Estado, fazendo crer aos cidadãos que ele se dissemina equitativamente em diferentes níveis da sociedade:

Tendo a descentralização se tornado necessária, porque ninguém pode conscientemente equilibrar todas as considerações relativas as decisões de tão grande número de indivíduos, e claro que a coordenação não poderia ser alcançada por um 'controle consciente', mas unicamente por dispositivos que transmitem a cada agente de execução as informações de que necessita para adaptar eficazmente suas decisões às dos outros." Sobre essa cegueira necessária do Estado em relação ao processo econômico, a leitura que faz Foucault [é a] da "mão invisível" de Adam Smith (Foucault, 2008).

Em seguida, tem-se na microfísica do poder uma maneira de exercer o poder nas interações diárias, nas estruturas institucionais, destacando a presença constante e difusa de um poder judicial que regula as relações. Seja na educação ou em qualquer sistema estatal, a todo momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz quem pode ser o melhor ou pior, em um constante poder judicial por onde a governamentalidade se faz (Foucault, 1999).

Importava saber como gerir a população, por meio de conceitos, de técnicas, não apenas para modificar algumas regras de comportamento, mas para se ter discursos portadores de saber, por meio de instituições apropriadas a isso. Traz ainda uma expressão para esse engajamento entre as ciências sociais, a população e o Estado: para que se fosse capaz de fazer com que "as coisas ficassem juntas". Acredita-se que muitos ramos do conhecimento, incluindo a estatística ou as disciplinas sociais, se ancoram aí⁷.

⁷"Algunos de estos procedimientos eran principalmente administrativos o económicos. Así, gracias a las encuestas sobre el estado de la población, el nivel de riquezas, la cantidad de dinero y de recursos, los agentes reales aseguraron, establecieron y aumentaron el poder real. De este modo se acumuló a finales de la Edad Media y en los siglos xvii y xviii todo un saber económico, de administración económica de los Estados. Así, en fin, nació una forma regular de administración de los Estados, de transmisión y de continuidad del poder político, y nacieron también ciencias como la economía política, la estadística etc." (Foucault, 1999).

Alguns desses procedimentos eram principalmente administrativos ou econômicos. Assim, graças a pesquisas sobre o estado da população, o nível de riqueza, a quantidade de dinheiro e recursos, os agentes reais garantiam, estabeleciam e aumentavam o poder real. Assim, no final da Idade Média e nos séculos XV e XVI, todo um conjunto de conhecimentos econômicos sobre a administração econômica dos Estados foi acumulado. Assim, finalmente, nasceu uma forma regular de administração estatal, de transmissão e continuidade do poder político, e nasceram ciências como a economia política, a estatística etc. (Foucault, 1999).

Nessa senda, é possível pensar dizer que o conceito de governamentalidade, que segundo Edgardo Castro (2009) é o panorama geral de todas as investigações desenvolvidas por Foucault. Por meio dela é que se operacionaliza essa junção de sociedade, economia, população, segurança e liberdade. Vemos uma de suas acepções como a mentalidade do Estado, que motivada pelos saberes racionais, prudentes, constituem-se em uma natureza diferenciada para o governo de populações. O Estado deve ser investigado de acordo com uma mentalidade, uma racionalidade própria, que não se deduzem das puras leis naturais ou divinas, nem somente dos preceitos da sabedoria e da prudência. Tratar de pesquisas no Estado, portanto, deve ser um ofício de encontrar os princípios de sua racionalidade e aquilo que para ele é uma realidade muito específica (Castro, 2009).

Essa abordagem destaca a estatística como uma ferramenta essencial para a governança das populações, permitindo que os Estados categorizem, regulamentem e intervenham na vida dos indivíduos com base em dados quantificáveis. Michel Foucault argumenta que o surgimento da estatística como uma forma de conhecimento governamental é vital para o Estado moderno, pois permite identificar tendências populacionais e implementar políticas que otimizem a saúde, a segurança e o bem-estar públicos.

A abordagem estatística não apenas orienta as decisões políticas, mas também molda as identidades individuais, ao categorizar e compreender as pessoas por meio de representações numéricas. O uso de estatísticas vai além de um mero exercício técnico; está profundamente interligado às narrativas culturais, políticas e psicológicas que definem como as populações são governadas. Essa análise não só aprimora nosso entendimento da governança atual, mas também nos convida a refletir criticamente sobre as implicações das práticas estatísticas na formação de normas sociais e identidades individuais.

2.3 Da ação pública

Nas ciências sociais, numerosas pesquisas têm buscado elucidar as diversas maneiras como o Estado, a gestão governamental, os atores sociais, as políticas governamentais atuam para solucionar as questões coletivas. Assim, hoje em dia é necessário levar em conta aspectos como os planos, os normativos, os programas e projetos, buscando compreender não só os assuntos relacionados ao Estado, mas também as constantes e diferentes relações entre o Estado, o mercado, as entidades não-governamentais, a comunidade nacional e internacional, bem como os tipos de ferramentas e instrumentos utilizados na ação pública (Vargas; Restrepo, 2019).

Sendo assim, a ideia de ação pública não é uma teoria ou uma exclusividade de algum autor. Trata-se de um campo em constante processo de revisão e crítica interna com disputas e clivagens, mas que compartilha dialoga a partir de alguns elementos em comum, próprios à forma como a análise das políticas públicas se constituiu (Oliveira; Hassenteufel, 2021). Neste domínio, vários escritores são convocados a discutir a sua visão de ação pública, como Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Bruno Latour e Pierre Lascoumes. O que faz ponte entre esses diferentes autores é i) o papel das ideias e do conhecimento; ii) o papel das instituições; iii) o papel dos interesses envolvidos; iv) o papel dos instrumentos; v) o papel dos indivíduos; vi) o papel das relações de gênero, raça, etnia, nacionalidade e outros; e vii) o papel das relações internacional e transnacional das políticas públicas.

Os conceitos de ação pública se encontram com os de Alain Desrosières quando se vê o papel específico dos instrumentos na visão de Lascoumes e Le Galès, em que

a instrumentação da ação pública é o conjunto dos problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental (Lascoumes; Le Galès, 2012).

A abordagem de Pierre Lascoumes destaca a importância dos instrumentos não apenas como ferramentas técnicas, mas como construções sociais que moldam as relações entre o Estado e seus cidadãos. Essa perspectiva é crucial para entender como a ação pública é organizada e implementada em diversos contextos. Os

instrumentos de ação pública são intrinsecamente políticos e sociais, influenciando a dinâmica da governança. Eles não são imparciais; pelo contrário, integram princípios e valores específicos que podem produzir efeitos diversos na prática (Lascoumes; Le Galès, 2012).

Lascoumes enfatiza que a eficácia da ação pública necessita de um entendimento das interações complexas e de como os diferentes intervenientes afetam os resultados das políticas. Na governança urbana, por exemplo, a colaboração entre diversos atores pode resultar em abordagens inovadoras para gestão territorial e prestação de serviços públicos (Lascoumes; Les Gales, 2007). De um modo geral, ação pública neste contexto é:

- a. A instrumentação da política pública é crucial, pois expõe uma teorização explícita da relação entre governantes e governados. Cada instrumento representa uma forma condensada de conhecimento sobre o controle social e os meios de exercê-lo.
- b. Os instrumentos em ação não são neutros. Eles geram efeitos específicos que independem dos objetivos originalmente atribuídos. Esses efeitos ajudam a estruturar a política pública de acordo com sua própria lógica.

O conceito de política pública pode ser entendido como um espaço sociopolítico que é moldado tanto por técnicas e instrumentos quanto por seus objetivos e conteúdos. Uma ferramenta de administração governamental é um mecanismo que combina aspectos técnicos e sociais, estruturando interações específicas entre o Estado e os cidadãos de acordo com os significados e representações que eles contêm. Isso faz dos instrumentos de gestão pública um tipo particular de instituição, cujo objetivo geral é incorporar uma visão concreta da relação entre governança e sociedade, apoiada por uma noção de regulação (Lascoumes; Les Gales, 2007).

O conceito de política pública pode ser entendido como um espaço moldado tanto por técnicas e aparatos quanto por seus objetivos e conteúdos. Uma ferramenta de administração governamental é um mecanismo que combina aspectos técnicos e sociais, estruturando interações específicas entre o Estado e Em certa medida, essa abordagem requer uma "desconstrução" baseada nos instrumentos, explorando como a análise instrumental revela dimensões da política pública que podem não ser facilmente visíveis de outra forma (Lascoumes; Les Gales, 2007).

É importante destacar que os instrumentos de política pública não são ferramentas axiologicamente neutras ou igualmente acessíveis. Eles carregam valores e são moldados por interpretações sociais específicas, além de refletirem concepções distintas sobre o tipo de regulamentação que se deseja implementar (Lascoumes; Les Gales, 2007).

É possível diferenciar os níveis de observação em Lascoumes e Les Gales (2007) distinguindo entre “instrumento”, “técnica” e “ferramenta”. Essa distinção ajuda a entender uma ferramenta de administração governamental é um mecanismo que combina aspectos técnicos e sociais, estruturando interações específicas.

- a. Instrumento: refere-se a um tipo de instituição social que engloba processos tais como recenseamento, elaboração de mapas, regulamentação estatutária e tributação.
- b. Técnica: é o dispositivo concreto que operacionaliza o instrumento. Exemplos incluem a nomenclatura estatística, um formato específico de representação gráfica, ou um tipo de lei ou decreto. Ferramenta trata-se de um microdispositivo que atua dentro de uma técnica.
- c. Ferramenta: trata-se de um microdispositivo que atua dentro de uma técnica. Isto pode ser uma categoria estatística, a escala utilizada em um mapa, o tipo de obrigação previsto em um texto ou a presença, ou ausência de sanções administrativas.

Apenas como exemplo, Vargas e Restrepo (2019) atentam que há outras tantas tipologias de ação pública, em adição ao trabalho de Lascoumes e Les Gales:

Quadro 3 — Tipologias de instrumentos na ação pública

Proponentes	Tipos de instrumentos	Observações
Hood	Nodalidade ou informação	Conhecido como modelo da NATO, e se refere aos recursos disponíveis para o estado.
	Autoridade	
	Tesouro/Fazenda	
	Organização	
McDonnell e Elmore	Regras	Propõe estratégias válidas para qualquer entidade ou organização, não apenas para o estado.
	Incentivos	
	Treinamento	
	Delegação	
Schneider e Ingram	Autoridade	Ele propõe estratégias válidas para qualquer entidade ou organização, não apenas para o Estado, e leva em consideração os fatores que os interessados em ação em favor da política.
	Incentivo	
	Treinamento	
	Simbólico ou exortativo	
	Aprendizado	
Weimer e Vining	Intervindo nos mercados	Sua tipologia refere -se às várias medidas disponíveis exclusivamente ao governo para resolver problemas econômicos e sociais.
	Estimular	
	Regular o comportamento	
	Produzindo um bom ou serviço (diretamente ou por terceiros)	
	Fornecimento de seguridade pública	
Doern e Phidd	Autorregulação	Ele enfatiza o grau de intrusão do governo na economia e postula que existem apenas esses cinco tipos de instrumentos.
	Exortação	
	Despesa	
	Regulamento	
	Propriedade pública	
Vedung	Regulamento	Uma tipologia minimalista que coloca a ênfase na natureza obrigatória do estado em suas estratégias de solução. Embora seja uma tipologia que lembre o modelo da OTAN da Hood, ele deliberadamente deixa o recurso de "organização", considerando que isso é "um pré-requisito para a implementação de um instrumento de política e não um instrumento de política em si" (p.15).
	Meios econômicos	
	Informações	
Salamon	Governo direto	

Proponentes	Tipos de instrumentos	Observações
	Regulamentação social Regulamentação econômica Contratação Concessão Empréstimo direto Garantia de empréstimo Seguro público Gasto tributário Despesas tributárias Obrigações legais Corporações governamentais Vouchers ou bônus Informação pública	Mais do que uma classificação, esses são os tipos de instrumentos mais utilizados pelos governos de acordo com A autora, que ao longo do livro que ele publica os classifica com base nos critérios de avaliação que ele propõe, como automação, visibilidade, coerência, entre outros.
Lascoumes e Le Galès	Legislativo ou regulatório Econômico e fiscal Acordos e incentivos Informação e comunicação - estatísticas De fato, e de jure práticas recomendadas	Através dos recursos mobilizados pelo Estado, essa tipologia visa revelar os efeitos em termos das relações políticas e da legitimidade que possibilitam.
Pal	Fazendo nada Agindo indiretamente (informação, despesa, regulamentação) Atuando diretamente (organização)	“Deliberadamente eclético”, esta tipologia destaca não apenas os recursos disponíveis exclusivamente para o estado, mas também sua capacidade de responder a problemas, incluindo a opção de não fazer nada.
Velasco	Organizacional Programático Normativo Financeiro Melhoria do conhecimento Comunicação	Leva em consideração os recursos disponíveis para os tomadores de decisão para implementar suas iniciativas.
Alfama e Cruells	Regulador Informativo	Essa classificação responde mais à função dos instrumentos do que às suas próprias características.

Proponentes	Tipos de instrumentos	Observações
	Participativo Estrutural Monitoramento e avaliação Econômico Formativo	
Howlett et al.	Informação ou nodalidade Autoridade Tesouraria Organização Objetivo geral do uso do instrumento (substantivo ou processual)	Eles são baseados na tipologia de Hood, mas adicionam duas dimensões aos instrumentos: um substantivo, que se refere ao impacto do governo através da política na produção e prestação de bens e serviços à sociedade; e uma dimensão processual relacionada ao impacto do governo nas relações entre as partes interessadas estatais e não estatais.

Fonte: Adaptado de Vargas e Restrepo (2019).

Como se pode observar, a ação governamental aqui definida concentra-se na ideia de que os instrumentos representam uma forma de "modernização" e de "participação" na vida cívica. Os novos instrumentos são introduzidos para garantir uma melhor funcionalidade da gestão estatal, criando condições para um aumento da subjetivação de atores e relações políticas. Além disso, há uma validação, um reconhecimento de que a utilização desses instrumentos é crucial para a reivindicação dos direitos dos cidadãos em relação ao Estado. Aqui, os objetivos superam o simples uso de instrumentos, ele assegura a informação do público governado e sobre situações de risco, indesejadas. De outro lado, exerce uma pressão normativa sobre os atores, estimulando-os a se enquadrarem melhor em suas práticas sociais (Lascoumes; Le Galès, 2012).

Essa maneira de conceber a ação pública tem como ponto de partida redes de ação que criam mobilizações sociais e políticas inéditas, ou até inesperadas, já que seu público está sempre para além das fronteiras do Estado, incluindo a sociedade civil de um modo geral no seu processo de formulação, implementação e controle (Oliveira; Hassenteufel, 2021).

2.4 Relacionamentos entre os conceitos e teorias fundamentais

A relação entre governamentalidade, sociologia da quantificação e ação pública envolve uma interação complexa que destaca a convergência de poder, conhecimento e práticas sociais na governança contemporânea. Michel Foucault introduziu o conceito de governamentalidade, que enfoca as técnicas e racionalidades utilizadas pelos Estados para exercer controle sobre as populações, frequentemente por meio de dados estatísticos para gerir questões sociais (Rondon Filho, 2011). Essa estrutura oferece uma perspectiva essencial sobre como também a ação pública é moldada pela quantificação dos fenômenos sociais.

No entendimento foucaultiano, a governamentalidade abrange a governança de indivíduos e populações por meio de diversos conhecimentos, incluindo estatísticas. Isso mostra como o Estado utiliza a quantificação para classificar, regular e intervir na vida dos cidadãos. A sociologia da quantificação complementa essa visão ao explorar as consequências sociais dos dados numéricos e práticas de medição, examinando como a quantificação influencia a governança e a ação pública. A

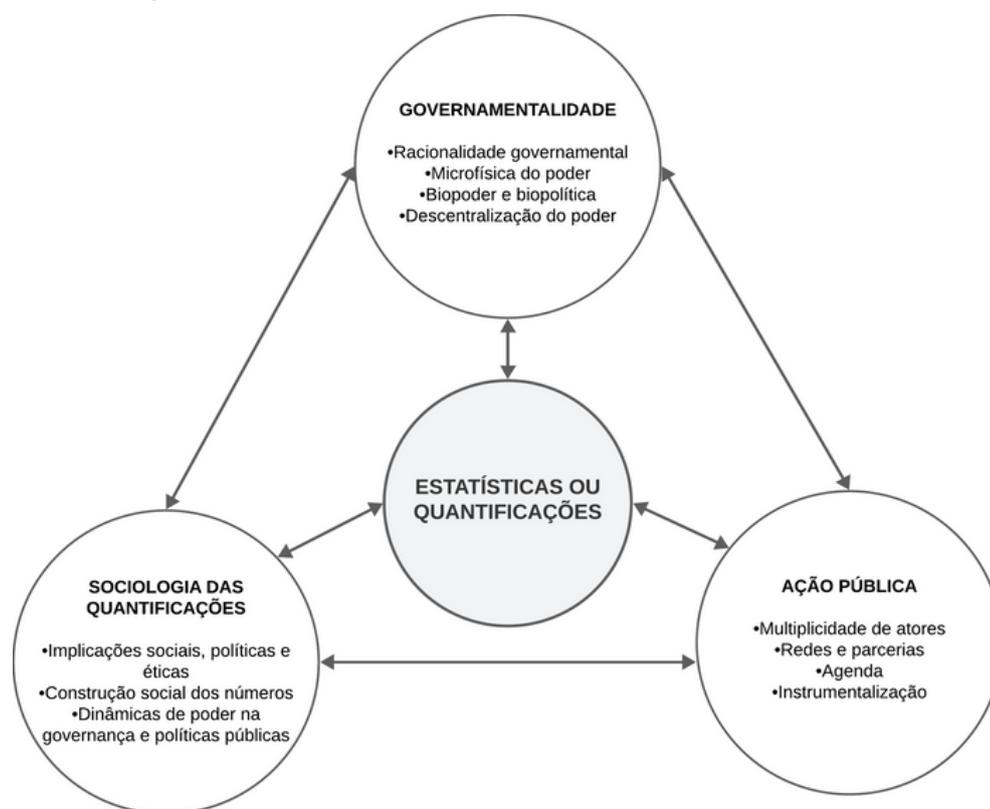
crescente quantificação tem significativas repercussões políticas, pois define categorias pelas quais problemas sociais são entendidos e solucionados. Por exemplo, métricas de desempenho na administração pública podem redefinir responsabilidade e eficácia, impactando a natureza da ação pública (Espeland; Stevens, 2008).

Além disso, essa sociologia revela que processos de medição e categorização de fenômenos sociais estão profundamente inseridos em contextos sociais e políticos, e não sendo apenas técnicos (Desrosières, 2004). Isso está de acordo com a ideia de que instrumentos de política pública são inerentemente políticos, moldando a relação entre Estado e cidadãos (Lascoumes; Le Galès, 2012). Compreender a quantificação como um fenômeno social permite explorar como números são construídos, interpretados e utilizados nas políticas, influenciando a ação pública e as experiências individuais (Desrosières, 1998).

A ação pública é frequentemente enquadrada na governança participativa, enfatizando o envolvimento dos cidadãos e a colaboração de diversas partes. A sociologia da quantificação oferece percepções sobre como abordagens baseadas em dados podem beneficiar ou prejudicar essa participação. Por exemplo, o uso de indicadores quantitativos pode elevar certas vozes enquanto marginaliza outras, afetando a inclusão da ação pública. Essa dinâmica realça a importância de examinar criticamente as implicações éticas da quantificação em políticas públicas, conforme discutidas por aqueles que defendem uma ética da quantificação.

A interação entre a governamentalidade, a sociologia da quantificação e a ação pública se destaca pela confluência de poder, conhecimento e práticas sociais. A governamentalidade esclarece como os Estados utilizam as estatísticas para governar populações, enquanto a sociologia da quantificação oferece uma análise crítica de suas implicações sociais. Combinadas, essas abordagens ampliam nossa compreensão da ação pública, destacando a importância de considerar as dimensões políticas e éticas da quantificação na governança.

Figura 1 — Relacionamento entre os conceitos e teorias usados



Fonte: A autora (2023).

Assim, de modo mais pormenorizado, parece-nos apropriado tratar de governamentalidade porque fala i) de instituições, ii) de procedimentos, de análises e reflexões e de cálculos com muitas táticas que desenvolvem de aparelhos específicos de governo; e iii) de outra parte, permite que haja uma série de saberes que permitem exercer uma forma específica e complexa de poder descentralizado da população, em graus assimétricos, por instrumentos técnicos essenciais (Foucault, 2006).

De outra parte, situou-nos o conceito de ação pública de Lascoumes e Le Galès (2012), Oliveira e Hassenteufel (2021) porque é concebida como i) um espaço sociopolítico de atores e instituições; ii) que tomam como meio central os instrumentos e as técnicas empregadas, e não mais como uma análise dos instrumentos como algo secundário e marginal no processo das ações públicas; iii) permitindo a análise de diversos atores estatais e não estatais em relacionamentos institucionais, territoriais, normativos, econômicos, sociais e culturais diversos.

Por fim, é possível tratar de uma sociologia das quantificações, pois i) implicações sociais, políticas e éticas; ii) há uma construção social dos números; e iii)

as dinâmicas de poder na governança e políticas públicas. Sabe-se que esse confinamento da racionalidade possui relações intrínsecas com a modernidade que o constitui. Os argumentos e usos estatísticos não são binários aos seus interlocutores e constituem uma paleta de recursos e não-recursos que, em recortes analíticos diversos, estão sempre dispostos a serem usados ou recusados (Porter, 2009).

Por meio dessas três abordagens, observa-se que as estatísticas não chegam ao mundo da mesma maneira, até mesmo pela sua natureza contraditória e irreconciliável tratada por Desrosières (2009), já que elas são simultaneamente "lógicas" e "naturais". Todavia, são simultaneamente produzidas por alguns seres humanos, então, "artificiais". Ainda, sim, conseguem descrever, muitas vezes, o mundo como ele é, tornando-se, então, ser "reais".

Por serem tão contraditórias, mas presentes no cotidiano das administrações públicas, elas são passíveis de conciliar. Então, quando é que a quantificação faz diferença (Berman; Hirschman, 2018)? No contexto do federalismo brasileiro, as políticas de educação mudam significativamente no âmbito nacional, regional ou local - e isso não é coincidência. É crucial entender o papel das estatísticas no processo de descentralização, que não foi uniforme para todas as políticas sociais e localidades (Cruz; Farah; Sugiyama, 2014).

Por fim, essas abordagens sugerem que precisamos saber como governamos a partir das quantificações. Ou ainda, como nós poderíamos governar a partir das quantificações. Essas controvérsias estão no cerne de uma sociologia da quantificação, da ação pública e da governamentalidade, abrindo campo à discussão de uma ética da quantificação que leve em consideração mais maturidade nas formas de coexistência entre números e sociedade (Saltelli; Di Fiori, 2020).

De maneira sintética, a partir do relacionamento dos conceitos, esse trabalho parte de um esquema teórico em que:

- a. As estatísticas não chegam aos territórios da mesma maneira.
- b. As estatísticas carregam consigo dubiedades, mas podem fazer a diferença nas localidades.
- c. As estatísticas educacionais, mais do que meros conteúdos, participam de uma construção e de uma ética de Estado.

2.5 Dos estudos em quantificações educacionais no Brasil

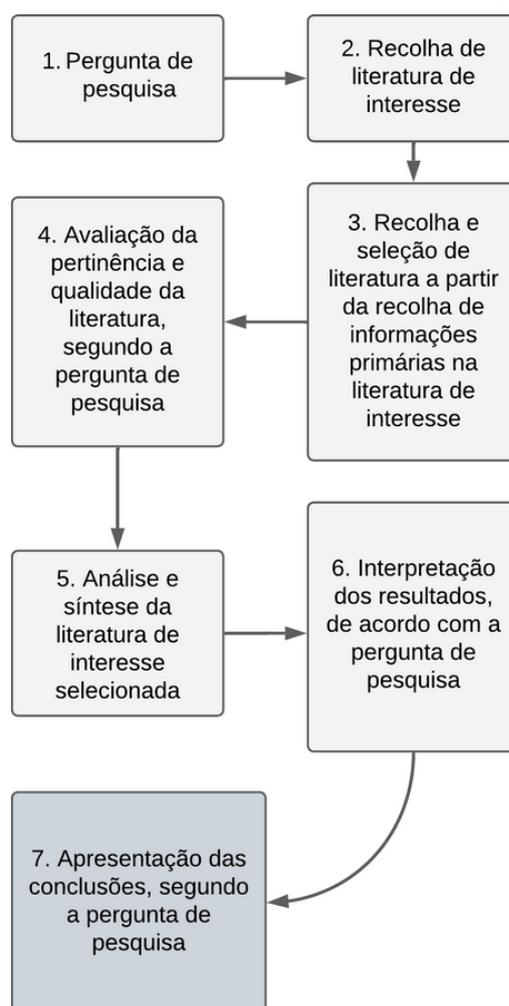
Relacionado aos argumentos anteriores, há que se pensar em como os estudos brasileiros sobre indicadores educacionais estão se posicionando, a partir desse diálogo conceitual. Compreendendo que existem lacunas que moldam a sua produção e uso, mesmo que exista ampla legitimidade de suas evidências, alguns estudos se propõem a abordar a questão a partir de uma sociologia das quantificações (Gil, 2008).

2.5.1 Aspectos conceituais e metodológicos da revisão sistematizada

No segundo momento, o trabalho utilizou-se de uma revisão de literatura sistematizada. Recentemente, as revisões sistematizadas estão se tornando proeminentes nas ciências sociais, na educação, nos estudos de políticas públicas, entre outros, em que pese a necessária discussão de adequação às análises nessas disciplinas (Dacombe, 2018). Nelas foi possível, de forma abrangente, afirmar como este (sub)campo do conhecimento educacional se definiu e estabeleceu suas prioridades, de maneira mais precisa. Com isso, buscou-se ainda identificar potenciais questões de pesquisa em uma matriz analítica que influi em toda a pesquisa, por meio de uma performática estandardizada (Card, 2012).

Para tal, seguiu-se o protocolo adaptado de Cooper, Hedges e Valentine (2019), e trabalhado por Sampaio e Filho (2019):

Figura 2 — Literatura de interesse na revisão esquemática



Fonte: A autora (2023).

Desde o início, para garantir uma metodologia adequada, é essencial elaborar um protocolo de revisão sistemática. Este protocolo deve detalhar os métodos a serem utilizados na condução da revisão, como pode ser visualizado acima, baseado em Cooper, Hedges e Valentine (2019) e Sampaio e Filho (2019).

A primeira etapa envolve a formulação de uma pergunta de pesquisa clara e específica, que seja relevante e voltada para a identificação de lacunas na literatura existente. Em seguida, realiza-se a busca em bases de dados pertinentes, utilizando palavras-chave e termos de pesquisa que correspondam à pergunta formulada.

Na fase de coleta e seleção, os estudos identificados precisam ser avaliados quanto à relevância e qualidade. Isso inclui a leitura dos resumos e, posteriormente, dos textos completos para verificar se atendem aos critérios de inclusão definidos no

protocolo. Dos estudos selecionados, devem ser extraídos dados relevantes, como detalhes sobre a metodologia, resultados e conclusões.

A análise dos dados deve ser realizada de modo a responder à pergunta de pesquisa. Após a análise, é importante interpretar os resultados em profundidade. Por fim, os achados da revisão sistemática devem ser apresentados em um relatório claro e bem estruturado.

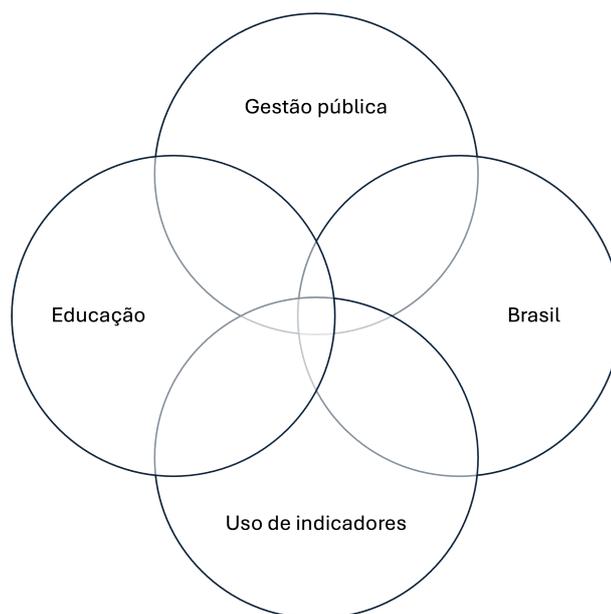
2.5.2 Identificação da revisão sistematizada

Entendido aqui, a partir de Cooper, Hedges e Valentine (2019) como o primeiro ponto da meta-análise (1) sobre o qual é possível definir "o quanto de pesquisa" é suficiente para entender os direcionamentos das investigações realizadas, a partir do escopo teórico definido anteriormente, a pergunta de identificação da pesquisa foi: como os indicadores são usados pelos gestores públicos da educação no Brasil?

Em seguida, operacionalizou-se esquematicamente a literatura de interesse, a fim de se tornarem possíveis as operações de inclusão e a exclusão:

Com base nos conceitos das teorias fundamentais discutidas anteriormente, neste trabalho, a literatura relevante deveria abordar o uso de indicadores, os quais desempenham um papel crucial na nova gestão pública da educação no Brasil.

Figura 3 — Literatura de interesse na revisão esquemática



Fonte: A autora (2024).

2.5.3 Triagem, elegibilidade e inclusão da revisão sistematizada

Ainda no desenho para as operações de busca por literatura (2), seguiu-se à seleção de indicadores:

Quadro 4 — Descritores da revisão sistematizada

Descritores
Sociologia das estatísticas
Sociologia da quantificação
Sociologia dos indicadores
Uso de/o indicador/s
Estatística da educação
Indicador educacional

Fonte: A autora (2020).

Os estudos foram conduzidos ao longo do Programa de Pós-Graduação, em 2020. As bases de dados selecionadas foram: Directory of Open Access Journals (DOAJ); Scielo Brasil; Web of Science; Scopus; e Google Scholar. As quatro primeiras foram viabilizados pelo Portal de Periódicos Capes, por meio do Acesso Cafe. Já a

última foi viabilizada por meio do Harzing's Publish or Perish – Windows Gui Edition – v.7.27.2949.7581.

Foram ainda adotados os filtros de exclusão: de ano indistinto; de língua portuguesa; de todos os materiais que fossem diferentes de artigos, livros ou teses; e de materiais que fossem diferentes da área de educação.

Tabela 1 — Resultado da busca por literatura

Bases dedados	Clusters	Filtros	Data de pesquisa	Totais encontrados
DOAJ; Scielo Brasil; Web of Science; Scopus	- "sociologia das estatísticas" OR "sociologia da quantificação" OR "sociologia dos indicadores"; - "uso d* indicador*" OR "indicador* educaciona*"	- Língua: português; Tipos de materiais: artigos, livros, teses ou dissertações; Tópicos: ciências sociais; educação; indicadores - Língua: português; Tipos de materiais: artigos, livros, teses ou dissertações; Tópicos: ciências sociais; educação; indicadores	06/10/2020	88
Google Scholar	- "sociologia da~ estatística~" OR "sociologia do~ indicador~" OR "sociologia da quantificação"; - "uso de indicador~" OR "uso do~ indicador~" - "estatística~ da educação" OR "indicador* educaciona*"	- Nenhum - Título: palavra "educação" ou "educacional" ou "educacional"	06/10/2020	594

Com um número muito elevado de trabalhos encontrados, iniciou-se a fase de triagem (2), no que resultou a queda de mais de 93% do total encontrado, a partir da leitura dos títulos e resumos apenas. Cabe ressaltar que as dificuldades foram enormes nesse momento e eram da seguinte natureza:

1. Dificuldade em selecionar descritores padronizados para os trabalhos em ciências sociais, algo ainda bastante difícil de ocorrer no campo, em comparação com as ciências da saúde, por exemplo;

2. A existência de muitos trabalhos que não têm em conta o uso das estatísticas, e sim o aperfeiçoamento dessas métricas para que representem melhor os objetivos educacionais do país, do município, da escola, da legislação;

3. A existência de numerosos trabalhos sobre o ensino de estatística ou de bioestatística nas instituições de educação superior (IES).

Com um total de apenas 42 trabalhos triados, foi possível iniciar a fase de coleta de informações (3) e elegibilidade (4), pela leitura integral dos mesmos, pelo gerenciador de referência Mendeley Desktop (v. 119.4). O quadro sintético das informações extraídas dos trabalhos:

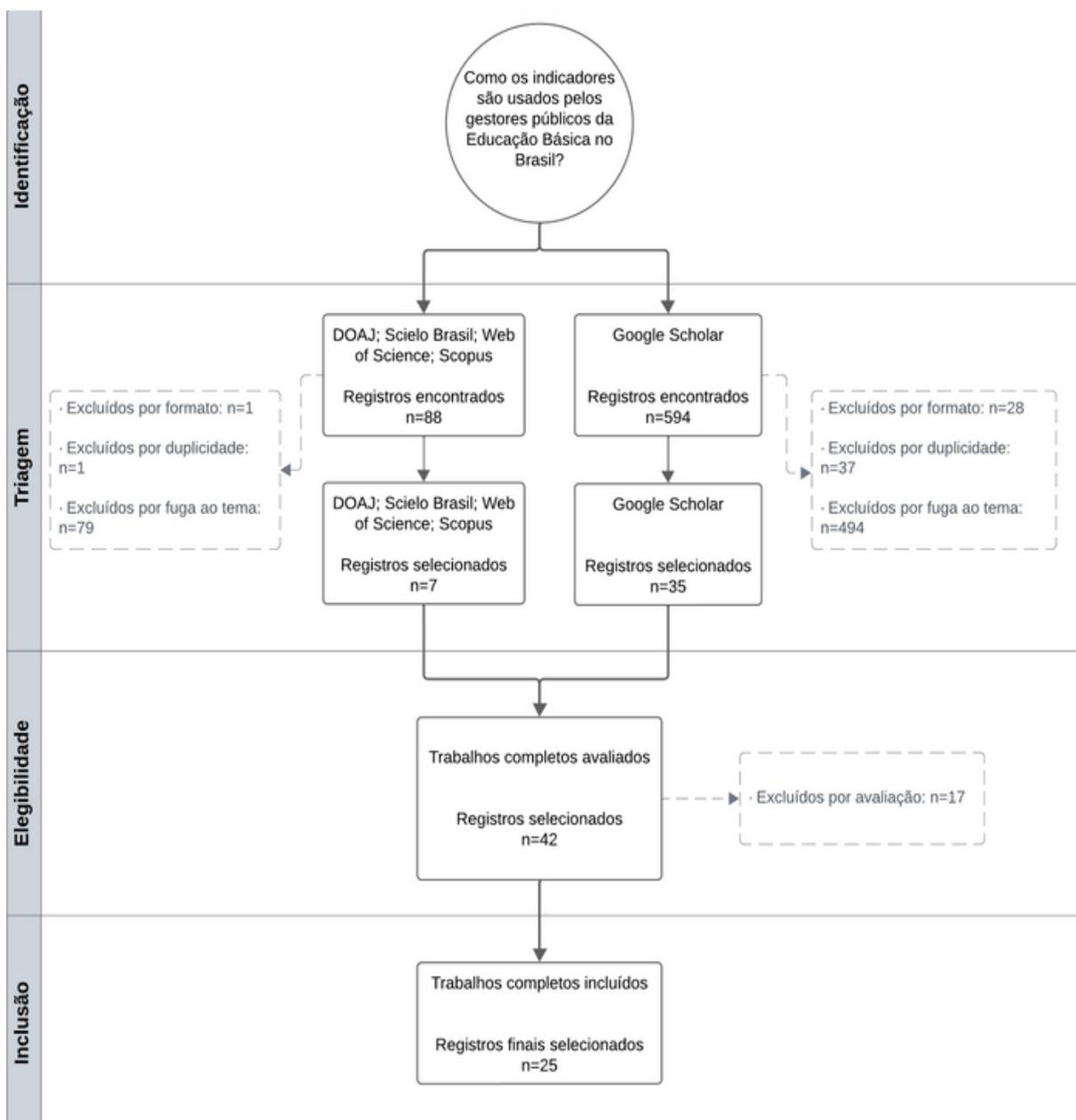
Quadro 5 — Informações coletadas

Variável	Descrição
Título	Indica o título do trabalho
Referência	Indica a referência dos trabalhos, segundo as normas ABNT
Tipo	Indica os tipos de trabalho admitidos na pesquisa (livros ou artigos)
Autores	Indica a propriedade intelectual do trabalho
Ano	Indica o ano de publicação do trabalho
Objetivo(s)	Indica o teor sintético do(s) objetivo(s) do trabalho
Tipo de abordagem	Indica a possível vinculação com os tipos de pesquisa mais usualmente empreendidos na sociologia estatística realizada no Brasil
Metodologia	Indica sinteticamente os materiais e métodos considerados no trabalho
Principal(is) achado(s)	Indica sinteticamente a(s) principal(is) contribuição(ões) do trabalho ao objetivo analisado na revisão
Abrangência	Indica se tipo de estudo e se há possibilidade de replicação do(s) achado(s)
Nível	Indica a abrangência territorial do estudo (local, regional, nacional ou internacional comparado)
Período histórico	Indica a seleção temporal de análise do objeto de pesquisa do trabalho
Localidade	Indica a delimitação micro relacional territorial educacional (urbana ou rural)

Fonte: A autora (2020).

Ao fim da avaliação (4), chegou-se ao número de 25 trabalhos selecionados, que foram lidos na íntegra para a execução das etapas (5), (6) e (7). A Figura mostra o diagrama do fluxo de exclusão:

Figura 4 — Fluxo de exclusão da revisão sistematizada



Fonte: A autora (2023).

2.5.4 Resultados e discussão da revisão sistematizada

Como dito anteriormente, foram selecionados 25 trabalhos, os quais podem ser vistos na seção Apêndice desta tese. Na base de dados construída, apenas 12% dos trabalhos eram livros (3), os demais eram artigos (22).

Em um olhar inicial, já foi possível identificar a presença de nomes ligados aos estudos em quantificações sócio-históricas e ainda a presença de temas que se relacionam frequentemente ao Estado, como "convênio", "políticas", denotando o caráter institucional dos estudos.

Em seguida, foi identificado que todos os trabalhos eram muito novos: datavam dos anos 2001 em diante, sendo mais intensivos a partir dos anos 2010, corroborando as informações obtidas na revisão narrativa (Senra, 2008; Camargo, 2009).

Os estudos foram separados pela temática desenvolvida, principalmente pesquisas sócio-históricas (13), sociológicas (11) e revisões de literatura (1). No entanto, esta discussão focará apenas nas duas primeiras, devido à sua maior relevância.

2.5.4.1 As pesquisas sócio-históricas

A sociologia da quantificação tem desempenhado um papel crucial na análise educacional, especialmente ao abordar questões sócio-históricas⁸. Destacam-se aqui os trabalhos desenvolvidos por Natália Gil. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais que influenciam a educação, ao mesmo tempo em que fornece ferramentas analíticas para interpretar dados quantitativos. Assim, um dos principais objetivos das pesquisas sócio-históricas é explorar como condições sociais e históricas influenciam a formação de identidades, práticas culturais e estruturas sociais. Essas pesquisas frequentemente utilizam métodos qualitativos, como história oral, para capturar as vozes e experiências de grupos marginalizados ou sub-representados. Ainda se pode considerar a análise de biografias em estudos de memória coletiva (Karacan, 2019).

⁸Para esta tese, adicionamos referências bibliográficas complementares que enriquecem o entendimento do leitor, baseadas na revisão sistematizada realizada antes da elaboração deste trabalho final.

Outro aspecto crucial das pesquisas sócio-históricas é a análise crítica das fontes históricas. Os pesquisadores são encorajados a questionar as narrativas oficiais e a considerar como poder e política moldam a produção e a preservação da história. Ao examinar as práticas educacionais, os pesquisadores podem analisar as políticas históricas e as estruturas educacionais atuais para identificar continuidades e mudanças ao longo do tempo (Leite *et al.*, 2023).

No caso das análises aqui empreendidas, o intuito dos trabalhos nesta categoria esteve focado mais no período de 1910-1930 ou ainda iniciado ao fim do século XIX. E ao focar neste período, e até um pouco antes, é pensar na construção do ideal de nação desenvolvida, em que a educação seria a "esfera que pavimentaria a construção da nacionalidade, entendida em termos de unidade territorial, moral, cultural e política" (Camargo, 2010). Para isso, essas informações são frequentemente utilizadas para destacar as necessidades educacionais, mostrando o quanto ainda precisa ser feito. Elas quantificam a difícil situação do ensino brasileiro, ajudando a criar uma percepção positiva das ações governamentais, que ganham um tom heroico quando contrastadas com os dados anteriores (Gil, 2005).

Frequentemente tais informações são também evocadas para ilustrar as necessidades educacionais, indicando quanto ainda precisava ser feito. Essas informações dimensionavam a situação difícil do ensino brasileiro em termos quantitativos preparando uma compreensão positiva da atuação governamental que se envolve de certo heroísmo pelo contraste com os dados precedentes (Gil, 2005). O uso dos números como ferramentas de prova, argumento, juntamente com as diversas formas de considerar a interação entre o Estado e a sociedade, permitiu explorar temas clássicos das ciências sociais e questões públicas relevantes sob uma perspectiva renovada (Camargo; Lima; Hirata, 2021).

A discursividade para os temas problemáticos do país estava imbuída de uma linguagem de salvação por meio da racionalidade estatística na condução dos diagnósticos das políticas educacionais, sem que se tenha tanto em conta as falhas possíveis e até esperadas nas coletas de dados da época (Gil, 2014). E ainda estava focado na necessidade de institucionalização de um sistema nacional de estatísticas, já tentada desde os anos 1920 (Paulilo; Gil, 2017), mas enfatizadas com a era Vargas:

o assentamento de um plano orgânico e suficientemente amplo, de medidas governamentais, em que estreitamente cooperem as três linhas de força de nossa estrutura política, não será possível enquanto o país não conhecer exatamente, isto é, com atualidade, minúcia e verdade, o alcance da obra educacional que já se realiza, suas falhas, suas possibilidades e toda a extensão do esforço que ainda precisa empregar tendo em vista nossas profundas diferenciações geográficas e sociais (Senra *et al.*, 2014).

É aqui também que estão trabalhados um pouco mais as questões de diferenciação territorial, no binômio rural-urbano, já na discussão do federalismo (Viviani, 2017; Camargo, 2010): "Verifica-se aí a oposição que encerra uma dimensão territorial, entre o litoral urbano e o interior rural, que, segundo esses ideólogos, teria sido agravada pelo federalismo da Primeira República" (Camargo, 2010).

Já depois da Primeira República, as discussões sobre a educação rural não desapareceram. Questões como a carreira docente estão postas pelo

(...) afastamento indevido de professores, na zona urbana e rural. (...) associa-se a uma grande discussão sobre a inexistência do chamado professor rural, uma vez que esse docente seria criado e formado em centros urbanos, negando-se a morar no interior e removendo-se para as cidades assim que possível (Viviani, 2017).

E ainda:

(...) licenças, remoções e comissionamentos indevidos dos docentes, especialmente nas escolas da zona rural, em que haveria uma vontade de abandono por parte desses profissionais, associada a precárias condições de trabalho e à pouca importância atribuída socialmente às atividades de ensino (Viviani, 2017).

As estatísticas desse período servem, sobretudo, para compreender como se construiu a legitimidade desse discurso. Destacamos o achado de que há um exercício de equilíbrio que permite que, ao mesmo tempo em que são divulgados dados estatísticos educacionais evidenciando deficiências na área, também sejam

destacados numerosos elogios àqueles que se dedicam a melhorar a educação nacional (Gil, 2014).

A imagem de destituição e abandono gerou grande comoção entre intelectuais e as classes médias urbanas, levando à mobilização em favor da expansão do Estado para áreas interiores, especialmente através da criação de postos de profilaxia rural e escolas de ensino primário. Fundaram-se as "ligas nacionalistas", que aproximaram as forças armadas da perspectiva sanitarista, combinando a visão do exército como salvador nacional com a ênfase na doença física e moral do povo brasileiro. O foco não estava mais apenas na demonstração da soberania do país, mas na gestão da população como alicerce da atividade governamental. Isso desafiou o pacto político do federalismo oligárquico, que dificultava a cooperação entre União e estados em temas de saúde e educação, os quais, em pouco tempo, seriam reconhecidos como de interesse público e nacional (Camargo, 2025).

Contudo, Gil (2014) sustenta que àquela época, não existia o real interesse em comprometer o funcionamento da área educacional, sem a qual as estatísticas de educação perdem toda sua razão de ser. Se havia críticas à educação, isso se devia muito mais a uma estratégia relacional que visava aumentar o prestígio do poder central e a diminuição relativa do prestígio dos outros presentes no campo político.

A combinação entre a sociologia da quantificação e as pesquisas sócio-históricas proporciona uma perspectiva valiosa para compreender as práticas educacionais. A análise histórica das políticas educacionais mostra que as decisões atuais são frequentemente influenciadas por heranças do passado, como questões de classe, raça, gênero e outras interseccionalidades. A investigação das métricas educacionais indica que a forma como os dados são coletados e utilizados pode moldar as práticas educacionais de maneiras que muitas vezes passam despercebidas (Madsen, 2021).

2.5.4.2 As pesquisas sociológicas

A sociologia da quantificação⁹ voltada para pesquisas educacionais tem investigado o impacto das métricas na governança educacional e suas consequências sociais. Ao quantificar o desempenho escolar, a qualidade do ensino e as desigualdades no sistema educacional, são reveladas disparidades significativas relacionadas a fatores como raça, gênero, classe social e outros. Essas pesquisas são bastante diversificadas e possuem interfaces com a educação básica, a educação superior e até a internacional comparada.

Elas têm contribuído significativamente para a compreensão das dinâmicas educacionais e das políticas públicas. Esses estudos não apenas analisam a eficácia dos indicadores, mas também exploram como eles refletem e influenciam as práticas de gestão educacional em diferentes contextos. Um aspecto crucial nas pesquisas sobre sociologia da quantificação é o impacto das classificações raciais e de gênero no desempenho escolar. Carvalho (2005) cita um dos exemplos destas pesquisas quando, em sua análise sobre a categorização racial dos estudantes, examina como a percepção das educadoras quanto à raça dos alunos pode afetar suas expectativas e, por extensão, o desempenho escolar desses alunos.

Destaca-se o trabalho de Marília Pinto de Carvalho (Carvalho, 2009), onde a análise das estatísticas de desempenho escolar também expõe um aspecto negativo: a produção e o uso desses dados podem perpetuar desigualdades. Carvalho aborda como políticas educacionais focadas em reduzir a evasão e a repetência frequentemente se apoiam em dados que não representam a real qualidade do ensino, mas sim uma manipulação estatística que pode mascarar problemas estruturais.

(...) aquilo que nos discursos oficiais aparece como melhoria de fluxo, racionalização, eficiência e mesmo elevação da qualidade do ensino, no contexto da escola significava apenas excluir da lista de retidos os alunos que “vão levando”, e manter o número o mais baixo possível, inventando o conceito “NS mesmo”. Isto é, o principal efeito das medidas de progressão automática era que a escola se envolvia, antes de qualquer coisa, com a

⁹Para esta tese, adicionamos referências bibliográficas complementares que enriquecem o entendimento do leitor, baseadas na revisão sistematizada realizada antes da elaboração deste trabalho final.

produção de um índice alto de sucesso e não com a produção do sucesso escolar propriamente (Carvalho, 2001).

Os gestores educacionais desempenham um papel crucial na interpretação e aplicação dos indicadores. O uso de dados de desempenho influencia diretamente a elaboração dos projetos pedagógicos e o direcionamento das atividades docentes. Essa dependência de indicadores pode resultar em uma visão limitada da qualidade educacional, onde o foco recai quase exclusivamente nas métricas, negligenciando outros aspectos essenciais do processo educacional, como o desenvolvimento integral dos alunos e a criação de um ambiente escolar positivo (Sabia, 2020).

Ou ainda que os sujeitos envolvidos, mesmo aqueles que não são gestores, ao usar as estatísticas, não possuem suficiente maturidade ou suficiente conhecimento sobre aquilo que lhes é apresentado (Santaiana, 2012). A postura dos gestores em relação aos indicadores é especialmente importante e pode impactar significativamente a cultura escolar. Gino et al. enfatizam que a liderança pedagógica é vital para a eficácia da administração escolar e que a maneira como os gestores interpretam e utilizam os dados pode influenciar o clima escolar e a motivação dos professores. Uma gestão baseada em indicadores pode promover um ambiente colaborativo, onde os dados são usados não apenas para controle e auditoria, mas também para reflexão e melhoria contínua das práticas pedagógicas (Gino; Carvalho; Carrasqueira, 2022).

Como dito, o aspecto de controle, de responsabilização estão no nível da gestão educacional está no cerne do uso das estatísticas. A gestão baseada em indicadores pode instaurar uma cultura de controle que desestimula a inovação e a reflexão crítica. Quando os indicadores são usados apenas como ferramentas de controle, sem promover um diálogo aberto sobre seu significado e implicações, o trabalho educativo pode perder seu sentido, resultando em um ambiente de trabalho menos colaborativo e mais competitivo (Carrasqueira *et al.*, 2015; Gino; Carvalho; Carrasqueira, 2022).

A contratualização de resultados nos entes federados, por exemplo, ilustra como a gestão por indicadores pode ser utilizada para definir metas rigorosas que gestores e professores devem alcançar. Essa abordagem pode gerar extrema pressão sobre os educadores, forçando-os a concentrar-se em resultados mensuráveis,

frequentemente em detrimento de práticas pedagógicas mais enriquecedoras. O foco em resultados quantificáveis pode ocasionar superficialidade nas abordagens educacionais, onde o sucesso é avaliado apenas por números, negligenciando a qualidade do ensino e o bem-estar dos alunos.

Os riscos de conformação do processo pedagógico a um esforço contínuo para cumprimento de metas “pactuadas” reduzem o próprio sentido do processo educativo como atualização histórico-cultural humana (Garcia, 2019).

Todavia, de maneira contraditória, o uso de quantificações pode não ter impacto tão marcante no cotidiano educacional. Estudos sobre gestão democrática indicam que o método de seleção dos diretores pode influenciar a percepção e uso dos indicadores. Diretores eleitos frequentemente têm uma conexão mais forte com a comunidade escolar, o que pode levar a uma gestão mais atenta às necessidades de alunos e professores. Isso sugere que a participação comunitária na gestão pode ajudar a dar mais significado aos indicadores, promovendo uma abordagem mais integrada e contextualizada (Silva, 2018).

Em síntese, a pesquisa sociológica sobre quantificações ressalta a complexidade das interações entre dados, políticas educacionais e fenômenos sociais de maneira reflexiva. A análise crítica e multifacetada dos indicadores é crucial para entender como eles podem mudar ou perpetuar desigualdades e como a gestão educacional pode ser reestruturada por quantificações em um campo de tensões que afeta o sistema escolar.

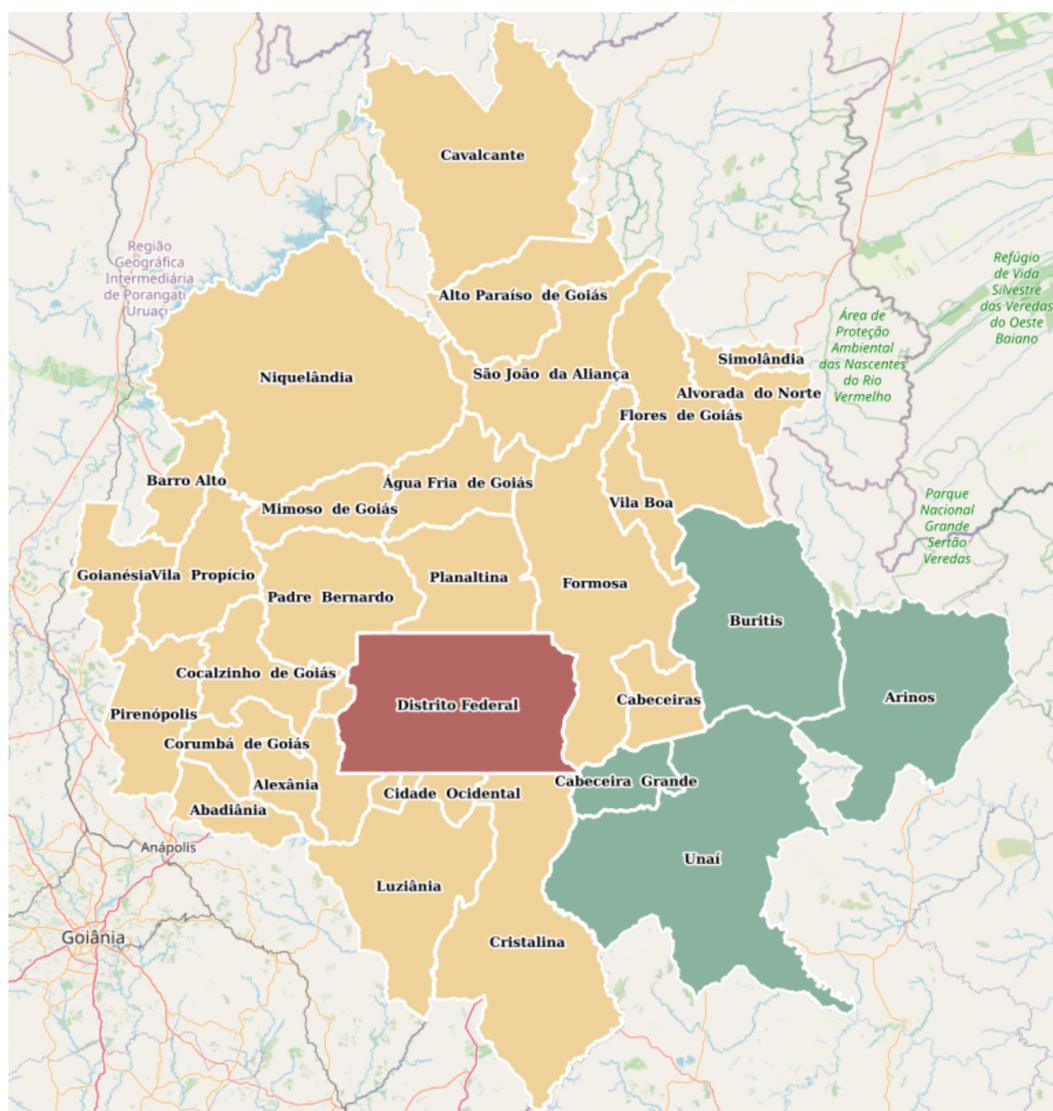
3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 Justificativa e relevância

A Ride-DF foi criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n.º 7.469, de 04 de maio de 2011, e ainda modificada pela Lei Complementar n.º 163, de 14 de junho de 2018 para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal.

Os interesses dessa região integrada são: infraestrutura; geração de empregos e capacitação profissional; saneamento básico; uso, parcelamento e ocupação do solo; transportes e sistema viário; proteção ao meio ambiente e controle da poluição ambiental; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; serviços de telecomunicação; turismo; e segurança pública (Brasil, 2011).

Figura 5 — Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF)



Fonte: IPEDF Codeplan.

Esse arranjo foi possível após a redemocratização com o dispositivo presente no § 3o do Art. 25 da Constituição Federal de 1988, em que os Estados poderiam "mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum" (Brasil, 1988). Com isso, esperava-se levar em consideração as especificidades sociais, econômicas, geográficas e culturais de uma determinada área; algo que não costumava acontecer até então, quando havia a centralização do governo federal (Araújo; Fernandes; Coêlho, 2016).

Fotografia 2 — Município de baixa densidade populacional da Ride-DF



Fonte: A autora (2024).

É possível ver os municípios da Ride-DF e sua população estimada, em 2019, quando do delineamento desta tese:

Tabela 2 — População residente estimada na Ride DF (2009)

UF	MUNICÍPIO	TOTAL
GO	Mimoso de Goiás (GO)	2.597
GO	Água Fria de Goiás (GO)	5.735
GO	Vila Propício (GO)	5.821
GO	Vila Boa (GO)	6.171
GO	Simolândia (GO)	6.856
MG	Cabeceira Grande (MG)	6.949
GO	Alto Paraíso de Goiás (GO)	7.624
GO	Cabeceiras (GO)	7.993
GO	Alvorada do Norte (GO)	8.660
GO	Cavalcante (GO)	9.709
GO	Corumbá de Goiás (GO)	11.110
GO	Barro Alto (GO)	11.167
GO	São João d'Aliança (GO)	13.740
GO	Flores de Goiás (GO)	16.557
MG	Arinos (MG)	17.875
GO	Abadiânia (GO)	20.042
GO	Cocalzinho de Goiás (GO)	20.240
MG	Burititis (MG)	24.841
GO	Pirenópolis (GO)	24.908
GO	Alexânia (GO)	27.653
GO	Padre Bernardo (GO)	33.835
GO	Niquelândia (GO)	46.388
GO	Cristalina (GO)	58.997
GO	Goianésia (GO)	70.084
GO	Cidade Ocidental (GO)	71.376
GO	Santo Antônio do Descoberto (GO)	74.744
MG	Unaí (MG)	84.378
GO	Planaltina (GO)	89.918
GO	Novo Gama (GO)	115.711
GO	Formosa (GO)	121.617
GO	Valparaíso de Goiás (GO)	168.468
GO	Luziânia (GO)	208.299
GO	Águas Lindas de Goiás (GO)	212.440
DF	Brasília (DF)	3.015.268
BRASIL		210.147.125

Fonte: IBGE (2019).

Embora os números sejam de 2019, quando este projeto foi inicialmente elaborado, as estatísticas mais recentes sobre a população residente permanecem consistentes. Esses dados estão disponíveis no final do trabalho, no Apêndice.

A Ride-DF e outras regiões metropolitanas simbolizam um esforço para o desenvolvimento integrado e uso eficiente dos recursos públicos, especialmente relacionado ao objetivo deste trabalho: municípios de baixa densidade demográfica (Fernandes, 2005). Com sua capacidade institucional, fiscal e financeira limitada, eles dependem de recursos de transferência intergovernamental (Arretche, 2009). A lógica quantitativa de distribuição, principalmente no nível federal, pode resultar em conquistas significativas no nível local (Araújo; Fernandes, 2014).

Para a definição deste estudo, como dito anteriormente, foram enfocados justamente os municípios situados até 50% da distribuição da população estimada, em 2019, o que se encontrou para até 22.540 habitantes.

Contudo, mesmo com a instituição das regiões integradas não se logrou definir os interesses e objetivos desses espaços enquanto coletividade, o que pode ser interpretado como uma tradição brasileira que se perpetua de pensar problemas políticos sempre dentro da lógica do limite municipal (Santos; Fernandes; Teixeira, 2013). De outra parte, o próprio governo federal e os governos estaduais têm demonstrado dificuldade de cumprir sua parte no desafio da governança dos diversos perfis municipais inseridos, muitas vezes, caoticamente na instituição dessas regiões (Fernandes; Araújo, 2015).

Também foram notadas algumas estatísticas educacionais relativas ao tamanho da rede municipal elegível ao estudo da Ride-DF que, como pode ser percebido, representam considerável expressão nas áreas urbanas e nas áreas rurais se todas as redes de ensino forem examinadas. Ou seja, o comportamento dos gestores públicos municipais, nesse caso, é imperativo para a compreensão em se tratando do uso de indicadores educacionais:

Por fim, do ponto de vista político, destacamos o citado por Cavalcanti (2019) que identificou no atual modelo de assistência técnica e financeira da União com seus engendramentos estatísticos, especialmente nos municípios de pequeno porte, necessário pensar, vincular esse debate à qualidade e à equidade da educação. Esse vínculo introduz uma primeira tensão, que envolve a necessidade de políticas de assistência que incorporem ao mesmo tempo elementos de equidade e qualidade, já

que, dessa forma, não é possível garantir a equidade sem a garantia da qualidade para todos, de modo que a simples redistribuição de recursos disponíveis se torna insuficiente para tal (Cavalcanti, 2019).

E sobre isso, os municípios de baixa densidade populacional da Ride-DF possuem uma série histórica bastante desigual apenas entre aqueles de pequeno porte se observado o Ideb e as metas projetadas para as respectivas redes municipais, nos anos iniciais do ensino fundamental. Portanto, é importante questionar como as cidades de pequena população na região lidam com esse índice e muitos outros que orientam a governança brasileira.

Após a revisão da literatura com conceitos e teorias fundamentais, necessitou-se de metas ou propósitos específicos para realizar o estudo. Após esse delineamento, os objetivos orientaram o foco da pesquisa e o desenho dos métodos e técnicas que serão empregados, garantindo que o trabalho fosse realizado de forma estruturada e organizada.

O objetivo geral conduz a uma visão geral do estudo com uma abordagem da questão de pesquisa, permitindo uma ideia clara do propósito. Já os objetivos específicos são mais esmiuçados e desdobram-se em partes menores e manejáveis, tornando mais claro como a pesquisa irá progredir.

3.2 Objetivo geral

Ao narrar o contexto em que se inserem as estatísticas educacionais no relacionamento federativo e à percepção de que há usos muito assimétricos entre os diferentes municípios brasileiros, elaboramos ao seguinte problema de pesquisa:

Como os indicadores educacionais do Inep são usados pelos gestores de educação dos municípios de baixa densidade populacional da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF)?

Desse modo, expõe-se o objetivo geral da pesquisa:

Conhecer como se dá a relação entre os gestores municipais de educação e os indicadores educacionais produzidos pelo Inep com vista à ação pública.

Entende-se aqui como "gestores municipais de educação" todo o conjunto de colaboradores diretos ou indiretamente vinculados à secretaria municipal de educação (ou equivalente) e que possuem a incumbência oficial de tratar dos indicadores educacionais e seus usos no município.

Considera-se também "indicadores educacionais" as construções sociais que carregam consigo um poder de conhecimento acerca de um fenômeno, sendo seu nome fundamental para criar e decidir o tipo de conhecimento produzido por tal fenômeno (Merry, 2011). É uma coleção nomeada de dados ordenados que pretendem representar o desempenho passado ou projetado de unidades diferentes. Os dados em forma simplificada e processada podem ser usados para comparar unidades particulares de análise, de forma síncrona ou ao longo do tempo, e para avaliar seu desempenho por referência a um ou mais padrões (Merry, 2016).

E se conceitua "municípios de baixa densidade populacional da Ride-DF", neste trabalho, como aqueles com o menor número de habitantes, sendo pelo menos 50% do total de municípios da Ride-DF, em 2019 (IBGE, 2019), ou seja, até 22.540 habitantes.

Desse modo, seguem as localidades elegíveis:

Quadro 6 — Municípios elegíveis da Ride-DF

UF	Município
GO	Abadiânia
GO	Água Fria de Goiás
GO	Alto Paraíso de Goiás
GO	Alvorada do Norte
MG	Arinos
GO	Barro Alto
MG	Cabeceira Grande
GO	Cabeceiras
GO	Cavalcante
GO	Cocalzinho de Goiás
GO	Corumbá de Goiás
GO	Flores de Goiás
GO	Mimoso de Goiás
GO	São João d'Aliança
GO	Simolândia
GO	Vila Boa
GO	Vila Propício

Fonte: A autora (2023).

Para este estudo, ainda são considerados os seguintes termos:

"Dados" referem-se a fatos e números brutos que, por si sós, carecem de contexto e significado. Na sociologia da quantificação, os dados são frequentemente considerados elementos fundamentais que podem ser convertidos em construções mais significativas. Eles estão sujeitos a múltiplas interpretações e manipulações, o que ressalta a importância da reflexão crítica na compreensão das implicações da coleta e apresentação de dados. Relevante também é reconhecer que os dados não são neutros; eles são moldados pelos contextos em que são coletados e utilizados (Petzke, 2021).

"Estatística" é a disciplina dedicada à coleta, análise, interpretação, apresentação e organização de dados. Ela oferece as ferramentas essenciais para obter insights dos dados, permitindo que pesquisadores identifiquem padrões e façam inferências. Ao mesmo tempo, são constructos resultantes de métodos estatísticos aplicados para examinar e interpretar conjuntos de dados, revelando assim dinâmicas sociais subjacentes. Na sociologia da quantificação, as estatísticas não são

meramente ferramentas matemáticas; elas são também construções sociais que refletem e moldam valores sociais e relações de poder (Madsen, 2021).

"Informação" é produzida quando os dados são processados e contextualizados, conferindo-lhes significado. Ela se apresenta como uma forma mais refinada de dados, capaz de fundamentar a tomada de decisões. No contexto da quantificação, a informação é crucial para compreender fenômenos sociais e guiar decisões políticas. As métricas não são meramente números; elas estão carregadas de significados que podem influenciar práticas e políticas públicas. As informações derivadas das quantificações têm implicações profundas nas estruturas sociais e nos comportamentos individuais (Madsen, 2021).

"Conhecimento" é o entendimento e a percepção que emergem da síntese de informações. Ele envolve a capacidade de aplicar informações em contextos práticos e frequentemente é influenciado por fatores sociais e culturais. A sociologia da quantificação explora como o conhecimento é construído através de práticas de quantificação e como isso influencia as ações sociais. Inicialmente, a sociologia da quantificação demorou a considerar como esse conhecimento impacta as relações sociais e as dinâmicas de poder. Todavia, compreender essas influências é essencial para reconhecer as implicações da quantificação em diversos campos, como educação, saúde, segurança pública, economia, entre outros (Berman; Hirschman, 2018).

3.3 Objetivos específicos

Segue a relação dos objetivos específicos, associados aos eixos teórico-argumentativos abordados anteriormente, e pertinentes ao problema de pesquisa e outras perguntas orientadoras singulares, que foram utilizadas para formar os procedimentos metodológicos, a serem discutidos em seção distinta.

Quadro 7 — Objetivos específicos

Eixos teórico-argumentativos	Perguntas norteadoras específicas	Objetivos específicos
As estatísticas não chegam ao território nacional da mesma maneira	Qual o perfil socioeducacional dos gestores municipais?	Descrever o perfil socioeducacional dos gestores municipais;
	Como as estatísticas são percebidas pelos gestores municipais?	Conhecer a percepção de estatísticas pelos gestores municipais;
	As estatísticas possuem o mesmo grau de poder e prestígio, segundo os gestores municipais?	Identificar o arranjo institucional que abriga o uso dos indicadores.
	As estatísticas se relacionam com quais agentes sociais exatamente?	
As estatísticas carregam consigo um caráter contraditório, mas podem fazer a diferença às localidades	Como se dá a apropriação das estatísticas, segundo os gestores municipais?	Compreender as relações entre os agentes internos e os agentes externos no uso das estatísticas;
	Existem "intermediários" externos à comunidade local para realizar a apropriação das estatísticas, segundo os gestores municipais?	Observar como são avaliados os recursos humanos e tecnológicos para o uso dos indicadores;
	Como se dá o treinamento dos usuários das estatísticas, segundo os gestores municipais?	Compreender as relações locais e regionais no uso das estatísticas.
	Como são apropriados os recursos humanos e tecnológicos para o uso das estatísticas, segundo os gestores municipais?	
	As estatísticas municipais se relacionam com as estatísticas de outros municípios, segundo os gestores municipais?	
	Caso haja relacionamento com as estatísticas de outros municípios, como se dá isso, segundo os gestores municipais?	
As estatísticas educacionais, mais do que meros conteúdos, participam de uma construção e de uma ética de Estado	Quais experiências são citadas como uso dos indicadores, segundo os gestores municipais?	Identificar os usos das estatísticas nas políticas e ações dos gestores municipais;
	Em que constitui a ideia de bom uso dos indicadores, segundo os gestores municipais?	Entender o histórico de uso dos indicadores nas políticas e ações da rede municipal;
	Por que certas estatísticas são mais usadas do que outras, segundo os gestores municipais?	Entender o fluxo de comunicação proveniente do uso dos indicadores.
	Qual o histórico de uso dos indicadores, segundo os gestores municipais?	

Eixos teórico-argumentativos	Perguntas norteadoras específicas	Objetivos específicos
	Como está organizado o fluxo de uso dos indicadores, segundo os gestores municipais?	
	Como se usa a informação de que os indicadores foram aplicados, segundo os gestores municipais?	

Fonte: A autora (2023).

4 MÉTODOS E MATERIAIS

Este trabalho surge da aplicação de métodos mistos, unindo procedimentos analíticos qualitativos e quantitativos em uma investigação, principalmente na coleta e análise de dados. A combinação de métodos segue a premissa pragmática. Assume que abordagens qualitativas e quantitativas são compatíveis e suplementares. Isso gera conhecimento científico relevante e socialmente útil, inerente à sociologia das quantificações.

Convém relacionar, não sem grandes esforços, que as linhas qualitativas e quantitativas são hoje percebidas como menos opositoras e, portanto, menos polarizadoras - pelo menos nos meios acadêmicos. Conforme discutido por Maggetti (2018), é viável que diversos métodos sejam unificados em um framework consistente para aumentar a confiabilidade e a validade das análises, ou seja, garantindo a convergência de resultados ao se aplicar múltiplas perspectivas. Isso também proporciona amplitude quando o número de ocorrências é mais restrito, como na situação dos municípios elegíveis da Ride-DF. E ainda possibilita profundidade de ideias, uma vez que permite que novos elementos ricos de análise possam ser discutidos quando há um pequeno número de casos.

Em particular nesta tese, usaremos a triangulação, tal qual tratada por Maggetti (2018) e Fawcett e Pockett (2015), por meio do quadro metodológico e ao final da tese. Isso possibilitará ao leitor a visão do confronto de diferentes classes de dados, ou seja, quantitativos e qualitativos, para que os pontos fortes de um método compensem os pontos fracos de outro. E, claro, para ver as particularidades que validam o modo cruzado das evidências revelando a presença de erros ou de ambiguidades, se existirem.

4.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo dos planos municipais de educação, tanto ao nível qualitativo quanto quantitativo, ocorreu na perspectiva proposta por Bardin (2011), que é:

- a. Pré-análise dos PME;
- b. Exploração dos materiais; e
- c. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Aliado a isso, o trabalho de Saviani (1999), foi tomado como elemento de referência para a elaboração de índices analíticos e de indicadores, em que são apresentados os passos principais para implantar o sistema de ensino municipal, bem como as ações básicas para a confecção de qualquer PME. De acordo com a estrutura de Bardin (2011), ter em funcionamento a classificação de componentes constitutivos de um tema auxilia na diferenciação dos documentos examinados e, posteriormente, estes podem ser reorganizados de acordo com o gênero (analogia), seguindo os padrões previamente estabelecidos. As categorias criadas são como rubricas ou classes, que reúnem um certo grupo de elementos que possibilitam agrupamentos em razão de características comuns. Assim, pode-se sintetizar:

- a. Recorte temático, ou seja, a escolha das unidades de análise dada por Saviani (1999);
- b. Enumeração lógica-argumentativa dos PME; e
- c. Classificação e a agregação de categorias de análise.

Desse modo, o instrumento aplicado seguiu teoricamente a seguinte estrutura:

Quadro 8 — Organização da análise de conteúdo dos planos municipais de educação dos municípios elegíveis da Ride-DF

Numeração	Recortes básicos de um PME genérico	Categorias gerais de análise dos PME dos municípios da Ride-DF
1	1.1 Projeto de lei do sistema de ensino do município a ser aprovado pela Câmara Municipal	Possui PME?
	1.2 Dar ciência dessas iniciativas à Secretaria Estadual de Educação e ao Conselho Estadual de Educação	É um ato do Poder Legislativo?
	1.3 Dar publicidade à lei aprovada pela Câmara Municipal	Qual a vigência? O PME é acessível?
2	2.1 Efetuar um diagnóstico das necessidades educacionais a serem atendidas pelo Sistema de Ensino Municipal, começando pelos setores definidos pela Constituição Federal e pela LDB como prioritários para o município (Ensino Fundamental e Educação Infantil) e seguindo com os setores considerados de atendimento relevante como educação especial, alfabetização e educação básica de jovens e adultos, Ensino Médio	Possui diagnóstico com uso de quantificações?
	2.2 Explicitar as diretrizes que orientarão a elaboração do plano, justificando as opções adotadas e as prioridades assumidas	Possui diagnóstico com uso de quantificações?
	2.3 Definir as metas a serem alcançadas distribuindo-as num cronograma que indique as etapas a serem vencidas ao longo do tempo de vigência do plano	Possui indicadores ou temas de interesse claros?
		Quantidade de estratégias do PME
		Quantidade de metas das estratégias que foram quantificadas claramente
2.4 Especificar, para cada setor e respectivas metas, os meios disponíveis e aqueles que deverão ser providos envolvendo quantificações pertinentes aos temas (por exemplo, o número de escolas, de salas de aula, material didático, professores em exercício e aqueles que será necessário incorporar, o seu nível de qualificação e de remuneração, procedendo-se de forma semelhante em relação ao pessoal de apoio como secretários de escola, serventes, merendeiras etc.)	Possui indicadores ou temas de interesse claros?	
	Quantidade de metas das estratégias que foram quantificadas claramente	
	Prevê acompanhamento das metas quantificáveis?	
Prevê disseminação das metas quantificáveis?		
Prevê participação plural da sociedade no acompanhamento das metas quantificáveis?		

Numeração	Recortes básicos de um PME genérico	Categorias gerais de análise dos PME dos municípios da Ride-DF
	2.5 Elaborar um quadro claro dos recursos financeiros disponíveis assim como das fontes de recursos adicionais de modo a assegurar a viabilidade das metas e ações planejadas	Quantidade de metas das estratégias que foram quantificadas claramente
		Indicadores financeiros
		Prevê acompanhamento das metas quantificáveis?
		Prevê disseminação das metas quantificáveis?

Fonte: Adaptado de Bardin (2011).

Para a análise de conteúdo dos PME foram coletados 15 documentos dos municípios elegíveis. Mesmo após várias solicitações e o uso da Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), os 2 planos faltantes não foram obtidos.

Quadro 9 — Planos municipais de educação dos municípios elegíveis da Ride-DF

UF	Município	Vigência	Extensão (em páginas)
GO	Abadiânia	2015-2025	27
GO	Água Fria de Goiás	2015-2025	133
GO	Alto Paraíso de Goiás	2016-2026	86
GO	Alvorada do Norte	2015-2025	37
MG	Arinos	-	-
GO	Barro Alto	2015-2025	59
MG	Cabeceira Grande	2015-2025	77
GO	Cabeceiras	2015-2025	81
GO	Cavalcante	2015-2025	30
GO	Cocalzinho de Goiás	2015-2025	79
GO	Corumbá de Goiás	2015-2025	113
GO	Flores de Goiás	-	-
GO	Mimoso de Goiás	2015-2025	72
GO	São João d'Aliança	2015-2025	105
GO	Simolândia	2015-2025	303
GO	Vila Boa	2015-2025	46
GO	Vila Propício	2015-2025	68

Fonte: A autora (2023).

Assim, a análise de conteúdo proposta parte da visão de metas e estratégias trabalhadas como em Dourado, Junior e Furtado (2016), em que os planos de educação são chamados a ter em seu corpo claramente como e quando monitorar, avaliar, as responsabilidades dos atores e as periodicidades finais e intermediárias, sempre que cabível.

Da mesma forma, é fundamental não realizar avaliações sem que estejam presentes, segundo Dourado, Junior e Furtado (2016):

- a. As informações obtidas por meio do monitoramento contínuo, utilizando indicadores adequados;
- b. A mobilização e participação da sociedade no acompanhamento do processo de monitoramento e avaliação dos planos, pois isso é essencial para garantir a transparência no acesso às informações e para contribuir efetivamente com o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas;
- c. O reconhecimento dos gestores da política educacional, como secretários de educação ou similares e diretores coordenadores, como lideranças no território, o que os torna articuladores-chave para a execução das ações propostas;
- d. A necessidade de que as equipes responsáveis pelo processo desenvolvam um cronograma de trabalho, designando responsáveis por cada ação a ser executada, incluindo momentos específicos para análise e replanejamento;
- e. É imprescindível o estabelecimento de indicadores e ferramentas de gestão para a coleta de informações ao longo de todo o trabalho, visando à organização da série histórica e formação de um banco de dados.

Para a abordagem das Secretarias de Educação um *survey* com diversas etapas e considerações fundamentais a partir, sobretudo, das contribuições de Maggetti, Radaelli e Gilardi (2013) e Edmonds e Kennedy (2017). Esse instrumento é uma das formas mais tradicionais de pesquisa e a seleção levou em consideração os gestores das SEMED que fazem uso das quantificações.

Para a estruturação do instrumento foram adotados os seguintes passos, sempre seguindo compromissos éticos de assinatura de termo livre e esclarecido, bem como compromisso com o sigilo de dados pessoais e funcionais:

- a. Definição dos objetivos do instrumento, de acordo com os objetivos específicos definidos em projeto previamente;
- b. Consideração de um instrumento apropriado às teorias de base consideradas no projeto e aplicável à realidade de se realizar pesquisas em municípios de baixa densidade populacional, como narrado por Souza (2004) e Dombrowski (2008), o que será mostrado em seguida;
- c. Validação por pares do instrumento de pesquisa desenvolvido para garantir a confiabilidade e a validade da pesquisa;
- d. Consideração dos métodos para a realização da coleta de dados, tendo em conta as melhores experiências anteriores de contato de pesquisa junto a municipalidades pequenas, sendo decidido pela seguinte ordem de aproximação, segundo seu sucesso ou insucesso: i) contato telefônico com a SEMED; ii) contato por e-mail com a SEMED; iii) visita *in loco* ao município;
- e. Teste piloto em uma municipalidade de baixa densidade populacional fora da Ride-DF para identificar e resolver possíveis problemas relacionados à clareza, à relevância e à carga de resposta ao respondente;
- f. Aplicação do *survey* aos municípios elegíveis na Ride-DF;
- g. Validação ou conclusão estatística da pesquisa preservando a identidade dos respondentes e de seus locais de trabalho;
- h. Avaliação das taxas de resposta, assegurando que houvesse a participação de, ao menos um respondente por município elegível, tendo em conta que sabidamente esse método carece de resposta alta.

Assim, a estrutura geral do *survey* foi e pode ser vista no Apêndice da tese.

Quadro 10 — Estrutura geral do survey

Numeração	Estrutura geral do survey
1	Informações do município
2	Informações do gestor
3	Gestão educacional
4	Produção das estatísticas educacionais
5	Uso das estatísticas educacionais
6	Avaliação das estatísticas educacionais

Fonte: A autora (2023).

Ao final da aplicação, foi garantida a participação de 1 (um) respondente em cada um dos 13 municípios visitados.

4.2 Entrevista semiestruturada

Como as visitas aos municípios puderam ser *in loco*, após o fim da emergência em saúde pública de importância nacional pela Covid-19 (Brasil, 2022), as entrevistas puderam ser um recurso para a pesquisa. Um protocolo de entrevista semiestruturada foi implementado com vistas a obter informações para abordar as questões de pesquisa de maneira abrangente. Com isso, a natureza das questões, até certo ponto, pode se concentrar nas experiências, nas emoções, nos significados, nos valores e na base de conhecimento subjacente dos participantes (Fawcett; Pockett, 2015).

Para o roteiro de entrevistas, foram seguidos os seguintes passos baseados em Turner Iii (2010), sempre seguindo compromissos éticos de assinatura de termo livre e esclarecido, bem como compromisso com o sigilo de dados pessoais e funcionais:

- a. Elaboração de um roteiro de entrevista;
- b. Elaboração de ficha auxiliar de indicadores demográficos e educacionais dos municípios elegíveis, com ano base 2022 sempre que possível, para pedido de esclarecimentos aos entrevistados (vide Apêndice);
- c. Estabelecimento de um relacionamento de confiança e tranquilidade com o entrevistado;

- d. Condução da entrevista com gravação de áudio, sempre que possível;
- e. Transcrição de áudio, sempre que disponível;
- f. A análise de dados.

O roteiro da entrevista semiestruturada possuía estrutura paralela ao *survey* e servia para oferecer informações valiosas a fundo sobre o que havia sido dito no questionário ou ainda tratar de questões pessoais ou sensíveis sobre os temas.

Ao final da aplicação, foram obtidos 13 registros, um em cada município visitado *in loco*. Cabe dizer que esses respondentes foram os mesmos do *survey* aplicado.

4.3 Triangulação de métodos e materiais

A tese emprega uma triangulação de métodos e materiais com o objetivo de integrar diversas abordagens, oferecendo uma análise mais abrangente e profunda do tema em estudo. A triangulação, como abordagem metodológica, reforça a validade dos resultados ao combinar múltiplos métodos, fontes, teorias e/ou pesquisadores. Esta prática pode se manifestar em diversas formas, compreendendo a triangulação de diferentes fontes de dados, a triangulação metodológica mediante o uso de métodos variados e a triangulação entre vários pesquisadores (Farmer *et al.*, 2006). Na presente pesquisa, optou-se por empregar múltiplos métodos.

Neste contexto, a pesquisa concentra-se significativamente no uso de estatísticas educacionais, integrando-as com diversos agentes públicos e sociais, incluindo escolas, instituições governamentais, e entidades que representam a sociedade civil, como os conselhos municipais. A triangulação engloba a análise do estado dos equipamentos tecnológicos e da qualidade do acesso à internet nas instituições educacionais, aspectos essenciais para a coleta e interpretação precisas dos dados estatísticos.

Além disso, a metodologia é enriquecida pela coleta de dados qualitativos através de entrevistas semiestruturadas com gestores municipais. Essas entrevistas são fundamentais para explicar como as estatísticas são aplicadas no âmbito local para moldar políticas públicas e decisões educacionais. A pesquisa investiga em profundidade a interação entre agentes internos e externos na utilização desses dados para avaliar sua eficácia e relevância.

Outro componente é a análise crítica dos processos de capacitação recebidos pelas pessoas envolvidas na produção e validação das estatísticas, além de identificar quem providencia essa formação. Essa análise destaca a importância de uma equipe bem treinada e informada para assegurar a qualidade da produção e do uso dos dados educacionais.

Finalmente, a tese explora a interação com outros entes federados e organizações na Ride-DF, buscando compreender como as estratégias e as metas locais se alinham e se interrelacionam em uma escala mais ampla. Em suma, a triangulação de métodos e materiais nesta tese está centrada na interface entre governamentalidade, aspectos sociológicos das quantificações e a ação pública,

proporcionando uma compreensão profunda e integrada sobre a gestão e o uso de dados educacionais.

Quadro 11 — Triangulação dos métodos e materiais de pesquisa

Eixos teórico-argumentativos	Perguntas norteadoras específicas	Objetivos específicos	Análise de conteúdo (PME)	Survey (gestores)	Entrevista semiestruturada (gestores)
As estatísticas não chegam ao território nacional da mesma maneira	Qual o perfil socioeducacional dos gestores municipais?	Descrever o perfil socioeducacional dos gestores municipais;		Sexo Idade Nível de escolaridade Cargo/função Tempo no cargo/função Capacitação sobre gestão educacional	Sexo Idade Cargo/função Tempo no cargo/função
	Como as estatísticas são percebidas pelos gestores municipais?	Conhecer a percepção de estatísticas pelos gestores municipais;	Possui diagnóstico com uso de quantificações	Conteúdos relacionados a indicadores sociais na capacitação em gestão educacional Avaliação sobre conteúdo aprendido em indicadores sociais na capacitação em gestão educacional	Sugestões para melhoria do Censo Escolar
	As estatísticas possuem o mesmo grau de poder e prestígio, segundo os gestores municipais?	Identificar o arranjo institucional que abriga o uso dos indicadores.	É um ato do Poder Legislativo Acessibilidade do PME Extensão dos PME Possui indicadores ou temas de interesse claros	Secretaria a que as estatísticas educacionais pertencem oficialmente. Locais em que são produzidas as estatísticas. Quais quantificações são mais usadas	O espaço da SEMED é compartilhado. Os técnicos da SEMED trabalham em outras pastas

Eixos teórico-argumentativos	Perguntas norteadoras específicas	Objetivos específicos	Análise de conteúdo (PME)	Survey (gestores)	Entrevista semiestruturada (gestores)
	As estatísticas se relacionam com quais agentes sociais exatamente?		Parcerias previstas no PME	Quem são as pessoas envolvidas na produção estatística Quantas pessoas estão envolvidas na produção estatística Recebe capacitação para produzir estatísticas. Quem oferece capacitação para produzir estatísticas. Quem são as pessoas envolvidas na conferência das estatísticas. Quem são as pessoas envolvidas na correção das estatísticas	Quem mais cobra pelas quantificações
As estatísticas carregam consigo um caráter contraditório, mas podem fazer a diferença às localidades	Como se dá a apropriação das estatísticas, segundo os gestores municipais?	Compreender as relações entre os agentes internos e os agentes externos no uso das estatísticas;	Quantidade de estratégias do PME Quantidade de metas das estratégias que foram quantificadas claramente	Como as quantificações são usadas	Relacionamento com outros atores do Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, escolas, Tribunal de Contas, Undime, MEC e órgãos vinculados, pais/responsáveis,

Eixos teórico-argumentativos	Perguntas norteadoras específicas	Objetivos específicos	Análise de conteúdo (PME)	Survey (gestores)	Entrevista semiestruturada (gestores)
					conselhos municipais, Ride-DF e outros
	Existem "intermediários" externos à comunidade local para realizar a apropriação das estatísticas, segundo os gestores municipais?	Observar como são avaliados os recursos humanos e tecnológicos para o uso dos indicadores;	Possui parcerias previstas	Contam com computadores para as estatísticas. Contam com acesso à internet de qualidade	Estado de funcionamento dos computadores para as estatísticas. Contam com acesso à internet de qualidade. Como se dá a compilação e análise das estatísticas localmente
	Como se dá o treinamento dos usuários das estatísticas, segundo os gestores municipais?	Compreender as relações locais e regionais no uso das estatísticas.	Possui meta para o SIGE, dados administrativos ou Censo Escolar		Frequência no relacionamento com o Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, escolas, Tribunal de Contas, Undime, MEC e órgãos vinculados, pais/responsáveis, conselhos municipais, Ride-DF e outros
	Como são apropriados os recursos humanos e tecnológicos para o uso das estatísticas, segundo os gestores municipais?		Possui meta para o SIGE, dados administrativos ou Censo Escolar		Qualidade dos equipamentos e internet na SEMED e escolas
	As estatísticas municipais se relacionam com as estatísticas de outros		Há menção à Ride-DF		Há menção à Ride-DF Tipo de interação com a Ride-DF

Eixos teórico-argumentativos	Perguntas norteadoras específicas	Objetivos específicos	Análise de conteúdo (PME)	Survey (gestores)	Entrevista semiestruturada (gestores)
	municípios, segundo os gestores municipais?				
	Caso haja relacionamento com as estatísticas de outros municípios, como se dá isso, segundo os gestores municipais?		Prevê participação plural da sociedade no acompanhamento das metas quantificáveis		Há menção a outros entes federados Tipo de interação com outros entes federados
As estatísticas educacionais, mais do que meros conteúdos, participam de uma construção e de uma ética de Estado	Quais experiências são citadas como uso dos indicadores, segundo os gestores municipais?	Identificar os usos das estatísticas nas políticas e ações dos gestores municipais;	Indicadores financeiros	Qual a finalidade de uso das estatísticas	Qual a maior preocupação com o uso das quantificações
	Em que constitui a ideia de bom uso dos indicadores, segundo os gestores municipais?	Entender o histórico de uso dos indicadores nas políticas e ações da rede municipal;		Grau de confiança para interpretar, usar e explicar as quantificações do município	O que poderia ser feito para melhorar o grau de confiança
	Por que certas estatísticas são mais usadas do que outras, segundo os gestores municipais?	Entender o fluxo de comunicação proveniente do uso dos indicadores.	Indicadores usados Indicadores que poderiam ser usados	Quais ações públicas estão vinculadas às quantificações usadas	Tipo de interação com entes federados
	Qual o histórico de uso dos indicadores, segundo os gestores municipais?			Tempo em que as quantificações são usadas	Tempo em que as quantificações são usadas

Eixos teórico-argumentativos	Perguntas norteadoras específicas	Objetivos específicos	Análise de conteúdo (PME)	Survey (gestores)	Entrevista semiestruturada (gestores)
	Como está organizado o fluxo de uso dos indicadores, segundo os gestores municipais?		Possui prazos intermediários para atingimento das metas quantificáveis. Prevê acompanhamento das metas quantificáveis. Prevê disseminação das metas quantificáveis	Há divulgação das estatísticas. Quem produz os materiais de disseminação das quantificações	Como ocorre a divulgação das estatísticas
	Como se usa a informação de que os indicadores foram aplicados, segundo os gestores municipais?		Indicadores que são de proposição dos municípios	Quem utiliza as quantificações	Qual a qualidade do uso das quantificações

Fonte: A autora (2023).

5 RESULTADOS

Na primeira parte deste trabalho, busca-se aprofundar a compreensão teórica e metodológica acerca da complexa relação entre governabilidade, ação pública e a produção de quantificações. Esta análise salienta a contribuição essencial das Secretarias Municipais de Educação na elaboração dos dados e das estatísticas e na formação social dessas quantificações. Destaca-se sua influência nas atividades governamentais, especialmente em municípios caracterizados por uma estrutura estatal reduzida e baixa densidade populacional, onde a integração no planejamento e nas políticas públicas se mostra fundamental.

Para garantir a obtenção eficaz de dados e estatísticas educacionais, é fundamental compreender profundamente as etapas do Censo Escolar, que se desenvolve principalmente através de um sistema online, estruturado em duas fases principais.

A primeira fase, conhecida como Matrícula Inicial, começa com a liberação do sistema Educacenso para a declaração de dados. Essa etapa é conduzida pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed/Inep), em colaboração com a Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais (DTDIE/Inep). Durante essa fase, os dados são coletados por meio de preenchimento online ou migração de informações, procedimento gerido pelos responsáveis das escolas e administradores dos municípios, estados e do Distrito Federal.

Após a coleta inicial, os dados preliminares são enviados ao Ministério da Educação (MEC) e, em seguida, publicados no Diário Oficial da União (DOU). A publicação desses dados possibilita que relatórios detalhados, por escola, sejam disponibilizados no Educacenso para revisão pelos gestores municipais e estaduais, que são formalmente notificados para proceder com a verificação das informações fornecidas.

Posteriormente, abre-se um período para conferência, confirmação e correção das informações inicialmente declaradas, se necessário. Essa revisão é supervisionada pela DTDIE/Inep, oferecendo aos gestores uma oportunidade final para revisar e ajustar os dados. Simultaneamente, ocorre uma verificação adicional para corrigir quaisquer erros antes da submissão definitiva ao MEC. Finalmente, os dados são preparados e divulgados publicamente.

A segunda etapa do Censo Escolar desempenha um papel vital ao coletar informações detalhadas sobre o desempenho acadêmico e a situação escolar dos alunos ao final do ano letivo, complementando os dados iniciais coletados na primeira etapa. Durante esta fase, o sistema Educacenso abre novamente, permitindo que gestores escolares e autoridades educacionais dos municípios, estados e Distrito Federal revisem e, se necessário, corrijam quaisquer erros nos dados previamente submetidos. Este passo é essencial para garantir que os dados reflitam com precisão a realidade das escolas, incorporando informações críticas sobre o movimento e rendimento dos alunos.

Após as revisões, é realizada uma verificação final dos dados processados. Esta tarefa é coordenada por setores competentes dentro dos estados e pelo Ministério da Educação, assegurando que todas as informações estejam completas e corretas antes de serem oficializadas.

A etapa final envolve a geração de relatórios detalhados por escola, que são disponibilizados para análise. Esta transparência permite a confirmação e eliminação de possíveis duplicações ou inconsistências nos registros de matrículas, fortalecendo a confiabilidade das estatísticas coletadas.

Os dados validados são então preparados para envio a órgãos como o Tribunal de Contas da União e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Este meticuloso processo de verificação sublinha a importância do Censo Escolar como uma ferramenta central para o planejamento e implementação de políticas educacionais efetivas.

Para mais informações detalhadas sobre estas etapas, a partir de Brasil (2024), consulte os apêndices desta tese.

Fotografia 3 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

Prosseguindo para a segunda parte, os resultados são organizados com base nos objetivos específicos delineados previamente. O propósito é fornecer respostas claras e sistemáticas às questões de pesquisa formuladas para esta tese. Primeiramente, discutiremos os objetivos específicos 1 e 2 através de métodos como *survey*, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos pertinentes ao tema. Em seguida, a abordagem do terceiro objetivo específico será feita por meio de uma investigação detalhada, incluindo entrevistas e uma análise minuciosa dos planos municipais de educação, com o intuito de entender como são utilizadas as quantificações nos municípios estudados.

Durante a pesquisa, foram realizadas visitas a 13 dos 17 municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF), que estavam aptos na fase de proposta da tese. Novamente, sublinha-se a importância das Secretarias Municipais de Educação na produção e utilização de estatísticas,

promovendo uma estrutura social de quantificação indispensável nas operações governamentais. Todavia, tal desempenho não é uniforme em todos os municípios; isto se aplica predominantemente aos lugares com um aparato estatal mais compacto, densidade populacional reduzida, e uma inerente sinergia nas práticas de planejamento e execução das políticas. A partir destas atividades, foram obtidos os resultados descritos a seguir.

5.1 Criação e Implementação das quantificações

A caracterização dos perfis das 13 Secretarias Municipais estudadas correspondeu ao primeiro objetivo específico do trabalho, em que se procurou saber o perfil socioeducacional dos gestores municipais; como as estatísticas são percebidas pelos gestores municipais; se as estatísticas possuem o mesmo grau de poder e prestígio, segundo os gestores municipais; e, por fim, se como as estatísticas se relacionam com quais agentes sociais.

Para os relacionamentos estabelecidos no uso das quantificações educacionais pelos mesmos 13 municípios, foram estudados os pontos do segundo objetivo específico do trabalho, que são: estudar as relações entre os agentes internos e externos no uso das estatísticas; avaliar como os recursos humanos e os recursos tecnológicos são usados para os indicadores; e investigar as relações locais e regionais no uso das estatísticas, dando destaque à compreensão da Ride-DF.

Fotografia 4 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

Os gestores educacionais são agentes internos que, ao invés de se limitarem à simples coleta de dados, exercem um papel ativo na definição de categorias e classificações que influenciam diretamente as políticas públicas. Essa capacidade reflete as complexas lutas sociais e dinâmicas de poder, evidenciadas nas suas escolhas e decisões. Sabe-se que, no cenário atual da gestão educacional, há uma crescente dependência de métricas e indicadores para a avaliação do desempenho escolar e a eficácia das políticas educacionais. Assim, o uso de dados quantitativos é uma ferramenta poderosa que permite aos gestores identificar áreas que necessitam de melhorias e implementar intervenções de forma mais direcionada e eficaz.

Interpretar e utilizar dados de maneira crítica é uma competência essencial para a construção de uma gestão pública que seja eficaz e responsável (Lima; Sinhoretto; Bueno, 2015). Assim, saber a formação e a capacitação dos gestores em análise de dados e estatísticas são primordiais. Esse desenvolvimento profissional fortalece as instituições, contribuindo para a melhoria contínua das políticas públicas e garantindo que estas se alinhem com os princípios a que se pretende chegar nos sistemas educacionais.

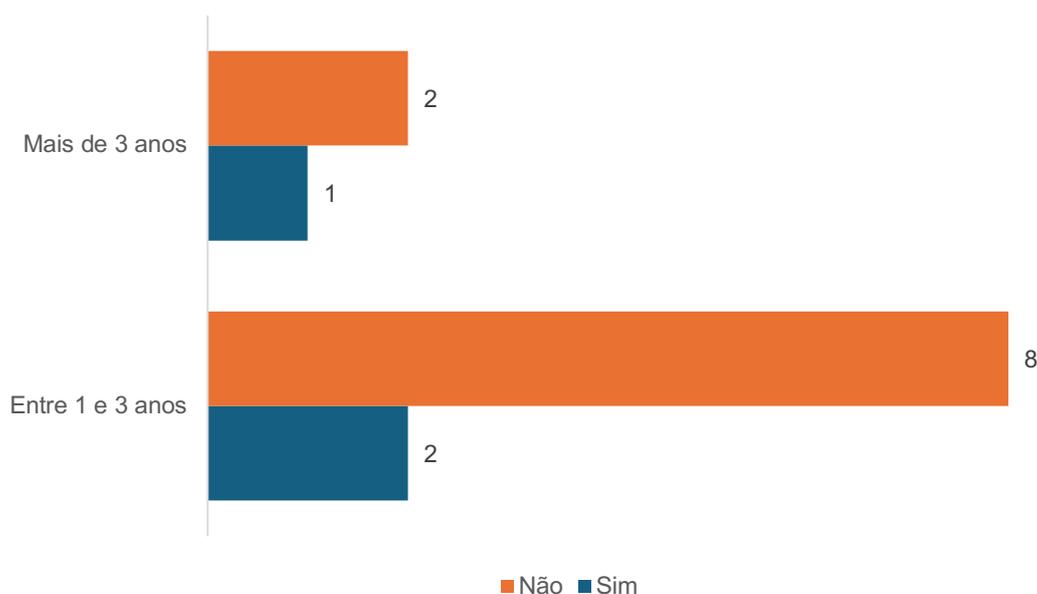
Com isso em mente, ao chegar aos municípios, quando pedíamos para falar com os gestores que usam as estatísticas, éramos encaminhados para uma seção/divisão de estatísticas ou mais diretamente a uma seção/divisão do Censo Escolar (12). Em apenas 1 (uma) situação, a Secretária é quem nos atendeu. Assim, sem tanta estranheza, verificamos que os gestores que lidam com as quantificações dos municípios são, sobretudo, aqueles que dedicam a maior parte do seu tempo à geração de informações, ou seja, no longo processo de coleta de dados administrativos junto às escolas. Embora possa parecer comum, pois é frequente, as duas tarefas acabam por competir e diminuir o tempo de elaboração e de análise, o que transpareceu em boa parte das entrevistas. E para complementar, as atividades dos gestores não são exclusivas em 12 delas, a começar pela sua própria lotação na pasta ou pelo modo que essas pastas funcionam efetivamente quando se realizou a visita *in loco*, abrigando ações de cultura, esporte e lazer e até atividades de assistência social.

Os gestores não são novatos em suas tarefas e nem no serviço público, tendo 42 anos em média e paridade de sexo. Eles conhecem as quantificações usuais do governo brasileiro e trabalham em sua produção usando registros administrativos. São

os principais agentes de análise quantitativa, porém, não possuem qualificação em gestão educacional ou estatística.

Este é um ponto importante para uma interpretação das estatísticas, onde os profissionais não são meros informantes metodológicos, mas objetos de investigação em si mesmos na padronização de registros, nas classificações e no alcance da interpretabilidade (Costa; Lima, 2017). E, neste caso, possuem pouca qualificação necessária ao exercício de suas tarefas (10), sendo mais crítico entre os mais novatos, que exercem suas atividades entre 1 e 3 anos (8). Gestores públicos qualificados são importantes para o desenvolvimento do país, uma vez que sua formação adequada impacta diretamente a qualidade dos serviços prestados.

Figura 6 — Profissionais que já receberam algum curso sobre gestão educacional ou estatísticas por tempo de exercício no cargo/função nos municípios visitados



Fonte: A autora (2024).

Todavia, a maior necessidade de qualificação narrada por todos os respondentes é para a coleta do Censo Escolar e suas inúmeras etapas e subetapas, o que parece estar reificado no discurso da quantificação. Como se verá adiante, também esta ação que possui diferentes subações está carregada de diferentes tipos de simbolismo nas quantificações para os respondentes. Contudo, importa que a

percepção de todos eles seja que produzir números é mais importante do que usá-los na ação pública.

Nas entrevistas, o discurso é muito semelhante ao deste entrevistado:

Dá muito trabalho. (...) Tem que falar com todas as escolas da rede. (...) Dura o ano todo, né? (...) [A] auditoria é sempre no número, né? Eles não vão lá na escolha olhar.

De alguma maneira, a importância em criar números não é desconhecida nas ciências sociais, onde se popularizou o termo "avalanche de números". Ele descreve a crescente e intensa influência que a quantificação exerce sobre as sociedades. Esse fenômeno se manifesta através da proliferação sem fim de dados que desempenham um papel crucial no discurso de tomada de decisão, moldando não apenas as relações sociais, mas também as práticas institucionais (Porter; Espeland, 2022). Nesse caso, criar e organizar uma avalanche de números parece ser "a" própria prática institucional.

De fato, ao longo da pesquisa, a organização dos dados administrativos da maioria dos respondentes para gerar dados parece dar muito trabalho. Como visto nas visitas, ela é realizada em 11 casos nos sistemas de gestão (SIGE) informatizados dos Estados ou em sistemas informatizados privados. No caso dos SIGE estatais, a queixa era de que não foram desenvolvidos para as necessidades específicas de cada município. Além disso, em 2 (dois) municípios visitados, não existia um sistema informatizado de gestão de dados unificado: a organização dos dados administrativos era manual, em papel, e/ou organizada eletronicamente em planilhas, tipo Microsoft Excel, descentralizada, ou seja, por iniciativa da direção de cada escola. Na ocasião, foi informado que a adesão ao SIGE estatal ocorreria em breve.

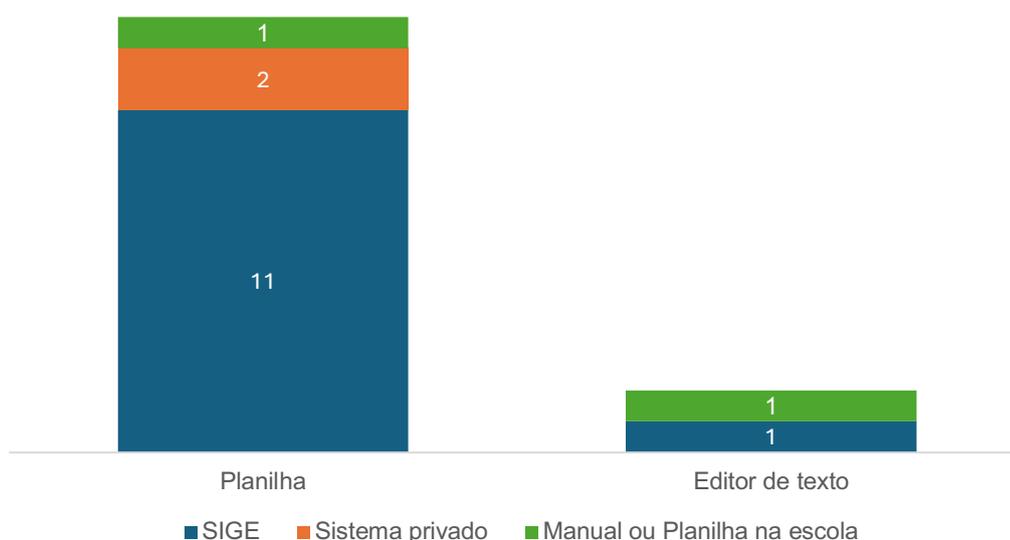
A utilização de métricas como ferramentas de governança levanta importantes questões sobre a organização dos agentes públicos. As quantificações não apenas refletem a realidade, mas também a moldam ativamente, influenciando tanto o comportamento das partes interessadas quanto das instituições (Madsen, 2021). No entanto, essa dinâmica pode gerar consequências não intencionais às SEMEDs, onde o foco excessivo na produção de números parece tender a obscurecer a qualidade da

governança educacional. Esse desequilíbrio exacerba desigualdades e ignora contextos sociais da Ride-DF, conforme observado em campo.

Mesmo com a informatização organizando os dados administrativos, a necessidade de procedimentos adicionais de inteligência é evidente. Isso contradiz o que geralmente se pensa ou se lê na literatura sobre o uso desses dados para censos. Nesse caso, a impressão é a de que usando dados administrativos o informe é automático ou apenas operacional. Todavia, para inserir, conferir e corrigir dados administrativos que vão ao Educacenso (Inep, 2023), no sistema informatizado de coleta de dados do Censo Escolar, o *modus operandi* dos respondentes é semelhante, e muitas vezes combinado: uns abrem planilhas, tipo Microsoft Excel, nas visitas para mostrar sua organização de dados estatísticos. Entenda-se aqui apenas organizar, e não operar funções estatísticas simples como média, moda etc.

E para surpresa, alguns respondentes mostravam também o compilado de suas quantificações em arquivos de texto, tipo Microsoft Word, onde realizavam as conferências estatísticas:

Figura 7 — Tipo de repositório de dados administrativos por organização de dados estatísticos para o Censo Escolar



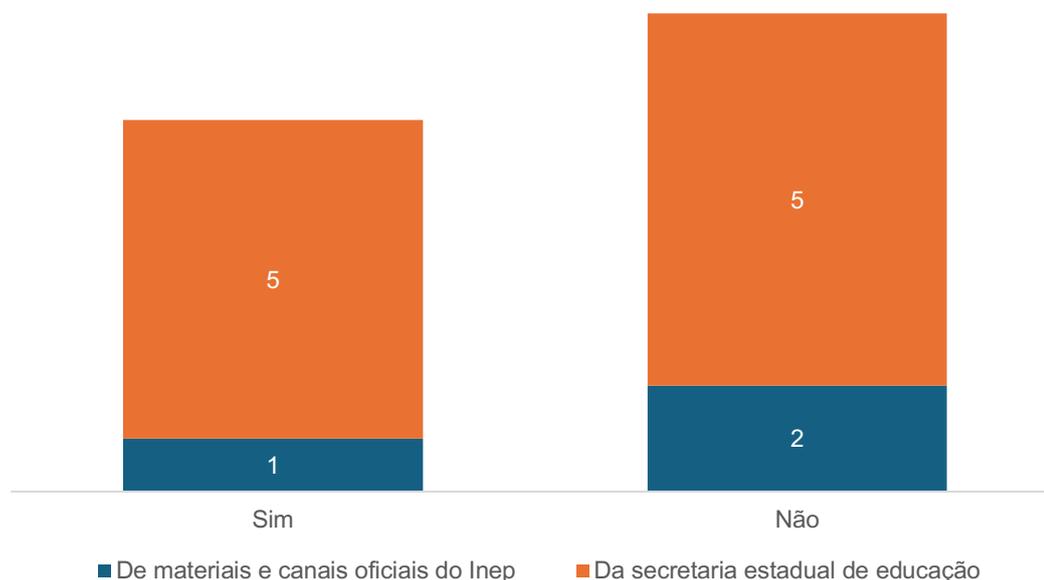
Fonte: A autora (2023).

Como é conhecido, usar o Excel ou Word como uma base de dados tem limitações consideráveis, especialmente quando comparado a sistemas de gerenciamento de depósito de dados (SGBDs) mais robustos. Isso significa lidar com uma escalabilidade de dados limitada; recursos insuficientes de controle de confiabilidade e de integridade; pouco de controle de transações efetuadas; ferramentas de segurança de banco de dados débeis; restritas operações de análises avançadas; baixa automação e integração com outras aplicações; os backups e as restaurações são menos automatizados e mais sujeitos a erro humano; e a desempenho de consulta tende a ser pior com um volume de dados mais significativo.

No entanto, a análise dos planos municipais de educação não revelou muitas evidências de que o aprimoramento tecnológico ou a capacitação de recursos humanos para a geração de dados fosse considerado necessário ou relevante. A realidade mostra que muitos municípios ainda não dispõem de planos municipais de educação bem contextualizados, o que limita a capacidade de implementar políticas eficazes que integrem tecnologia e capacitação adequadas. Além disso, a escassez de recursos financeiros e a falta de infraestrutura são obstáculos significativos. Isso destaca a necessidade de que os planos municipais sejam mais bem elaborados para lidar com a complexidade da gestão local. Deve haver um monitoramento contínuo para garantir que as estratégias efetivamente se reflitam nas metas estabelecidas, incluindo a capacitação *in loco* e a integração de tecnologias para todos os agentes públicos educacionais (Nascimento; Junior; Pereira, 2017; Nascimento; Militão, 2022).

Como o Censo Escolar é tratado como trabalhoso pelos respondentes, a maior demanda é por uma capacitação prática, do tipo *hands-on*, e não em uma virtualização do conhecimento, como ocorre nos manuais on-line (Inep, 2023; Inep, 2023) ou nos vídeos tutoriais do Censo (Inep, 2023). Sobre esses últimos, apesar dos respondentes reconhecerem o esforço do Inep, a qualidade da internet na Secretaria e nas escolas nem sempre ajuda no aprendizado, como se verá adiante. Apesar disso, a impressão do Inep por todos os entrevistados manteve-se satisfatória, citando-se sempre que "o atendimento é bom" e que "tiraram minha dúvida".

Figura 8 — Profissionais que receberam capacitação para preencher o Censo Escolar por tipo de auxílio no preenchimento nos municípios visitados



Fonte: A autora (2023).

Os profissionais locais recebem assistência de entes federados acima de suas competências, sugerindo uma fragilidade da autonomia local ou até a ineficiência na implementação de políticas públicas calcadas em outros municípios ao redor, que são constituintes da Ride-DF. O resultado acima mostra que há uma certa tendência de que os gestores locais não se sintam compelidos a desenvolver soluções próprias ou conjuntas para os problemas semelhantes ao redor de suas próprias comunidades, como por exemplo, dentro da Ride-DF.

A ausência de parcerias eficazes não é uma novidade nos estudos de gestão pública. A diversidade das condições socioeconômicas e as variações na infraestrutura educacional complicam a formação de colaborações bem-sucedidas. Municípios menores ou hipossuficientes costumam enfrentar dificuldades para implementar políticas educacionais de maneira autônoma, tornando a cooperação com municípios vizinhos uma alternativa que poderia ser viável. No entanto, essa cooperação muitas vezes não se concretiza devido à falta de incentivos e à inexistência de um marco regulatório claro que promova essa colaboração (Segatto; Abrucio, 2016; Abrucio; Filippim; Dieguez, 2013).

Fotografia 5 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

De fato, são as Secretarias Estaduais de Educação de Goiás e de Minas Gerais as maiores interlocutoras das Secretarias visitadas, pelo que se informou nas visitas. Contudo, essa visão contrasta com a visibilidade que há nesse trabalho nos instrumentos municipais, no caso dos PME analisados (15). Como antecipado anteriormente, em apenas 8 (oito) municípios, o gerenciamento dos dados administrativos com finalidade estatística constitui uma estratégia específica das metas. Em 1 (um) deles, a tarefa está expressa no diagnóstico municipal, mas não nas metas. Veja alguns exemplos:

Garantir que (...) todas as creches ou equivalentes da Rede Municipal de Ensino estejam regularizadas perante o respectivo sistema de ensino e incluídas no Sistema Nacional de Estatísticas Educacionais (Alto Paraíso De Goiás, 2015).

Mapear por meio do Censo Educacional Municipal os adolescentes, entre 15 e 17 anos, fora da Escola, por Bairro ou Distrito de residência, visando localizar a demanda e universalizar a oferta de ensino obrigatório (Cabeceira Grande, 2015).

Buscar parceria junto ao Estado de Goiás para informatizar a gestão das escolas públicas e da secretaria municipal de educação, bem como manter programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da secretaria municipal de educação, bem como fomentar a possibilidade de utilização do SIGE junto ao Núcleo de Tecnologia Educacional - NTE (Cabeceiras, 2015).

Em nenhum momento, quando perguntados sobre a Região Integrada, os respondentes foram capazes de elencar ações de colaboração entre os municípios, sequer as Unidades mais próximas ao Inep, como o Distrito Federal.

A já conhecida falta de identidade com a Ride-DF se manifesta em uma coordenação ineficaz entre os diferentes níveis de governo e na ausência de um planejamento integrado capaz de harmonizar as ações. Como resultado, a maximização dos recursos disponíveis e a implementação de projetos que poderiam beneficiar toda a região são comprometidas. Essa desarticulação é agravada pela diversidade socioeconômica dos municípios, que possuem capacidades administrativas e financeiras assimétricas, dificultando a elaboração de planos comuns que atendam às necessidades de todos (Silva; Oliveira; Gomes, 2023).

A análise dos resultados da pesquisa indica que a criação da região foi dirigida por decisões políticas centralizadoras, com pouca ou nenhuma participação dos municípios menores. No contexto educacional, esses municípios continuam enfrentando desafios significativos, como a definição clara de sua posição como região de desenvolvimento, questões de governança, alocação de fundos, mapeamento de fluxos e demandas locais, além de uma participação ativa insuficiente (Silva; Oliveira; Gomes, 2023). Têm sido poucas as ações direcionadas aos serviços ou funções públicas que são de interesse comum para os municípios (Souza, 2020).

Assim, a menção à Ride-DF é raríssima nos PMEs. Verificou-se que dos 15 planos, apenas 1 (um) deles previa estratégia no âmbito da Ride-DF:

Promover e coordenar, intersetorialmente, projetos e programas de inserção de sujeitos de direito e/ou comunidades no mundo do trabalho na observância dos arranjos produtivos locais em Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) (Cabeceira Grande, 2015).

Outro plano citava um diagnóstico que situava o município como parte de uma Ride, nada mais. Por fim, 1 (um) deles previa ação integrada em uma de suas estratégias com outros municípios, mas aí não deixava claro se isso era parte ou não da Ride-DF:

Generalizar, em dez anos, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no ensino fundamental, inclusive através de consórcios entre Municípios, quando necessário, promovendo, nestes casos, o transporte escolar (Corumbá De Goiás, 2015).

Em realidade, durante as entrevistas quase todos não souberam sequer dizer algo sobre a Ride-DF ou seus papéis, sendo necessário que eu citasse o nome de alguns municípios vizinhos que integravam a Região para o entrevistado da pasta educacional. Após esse esclarecimento, muitos reconheceram longinquamente seus pares nas outras Secretarias de Educação e se referiam a eles em tom amistoso, de brincadeira, e até um pouco pejorativo, mas nunca em tom colaborativo em termos de ações públicas - pelo contrário.

Observou-se a presença de contradições evidentes na proliferação de regiões e regionalizações, onde o Estado se apropria da polissemia do termo "Ride" sem implementar uma política regional de forma eficaz. Ao contrário do que Carneiro e Souza (2016) encontraram, não parece existir um processo cooperativo desenvolvido de maneira mais eficiente, com comunicação efetiva e boas relações interpessoais entre os sujeitos envolvidos. Não se identificou satisfação entre os envolvidos em relação às interações interpessoais na educação da Ride-DF, o que poderia ser um elemento crucial para a implementação de boas práticas educacionais.

Ao discutir sobre outras Secretarias, frequentemente se ouvia que a cidade A "perdeu" determinado estudante para a localidade B, ou que outra "roubou" um estudante, especialmente em casos de famílias itinerantes de trabalhadores rurais. Isso ilustra um ambiente de intensa competição, impulsionado pelas quantificações que determinam os repasses do governo federal às localidades. Essa situação reflete a realidade de outras Regiões Integradas, marcada por uma ausência de estratégias claras de gestão e critérios definidos para sua implementação, o que frequentemente gera disputas.

Isso é particularmente problemático porque não se tem a identidade do todo, a identidade de Ride. As contendas entre municípios acerca dos recursos educacionais da administração federal além de mostrar uma ausência de coordenação entre os níveis de autoridade, podem resultar na necessidade de mediação ou até mesmo na judicialização de casos. Isso não é realidade apenas nas Regiões Integradas, mas no regime de colaboração da educação na União (Segatto; Oliveira; Silva, 2024).

Fotografia 6 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

A atuação das unidades regionais desses Estados junto aos municípios, embora constante, é considerada ruim ou média (9), sendo mais frequente o atendimento por WhatsApp (13), telefone (8) ou e-mail (5), mas quase nunca presencial, pois que as próprias SEMEDs reconhecem que as "regionais são grandes demais", "eles têm muito serviço".

No Brasil, as regionais de ensino têm um papel essencial na estruturação e gestão da educação básica, refletindo a descentralização e a autonomia dos municípios na aplicação de políticas educacionais. Elas coordenam e supervisionam as atividades educacionais em áreas geográficas determinadas, englobando municípios que, teoricamente, possuem características socioeconômicas e culturais similares. Contudo, os contextos de cada regional podem diferir significativamente entre as unidades federativas e até dentro delas.

Assim, um ponto bastante relevante sobre as regionais é que elas não atuam de modo homogêneo. Enquanto parte dos municípios visitados sempre relatava a boa interação com um certo técnico de educação da regional de Goiás, outros nem sabiam o nome do responsável na regional de ensino responsável ou apenas relatavam que no passado havia a pessoa "A" ou "B" que era muito boa, "nos ajudava muito, mas aposentou".

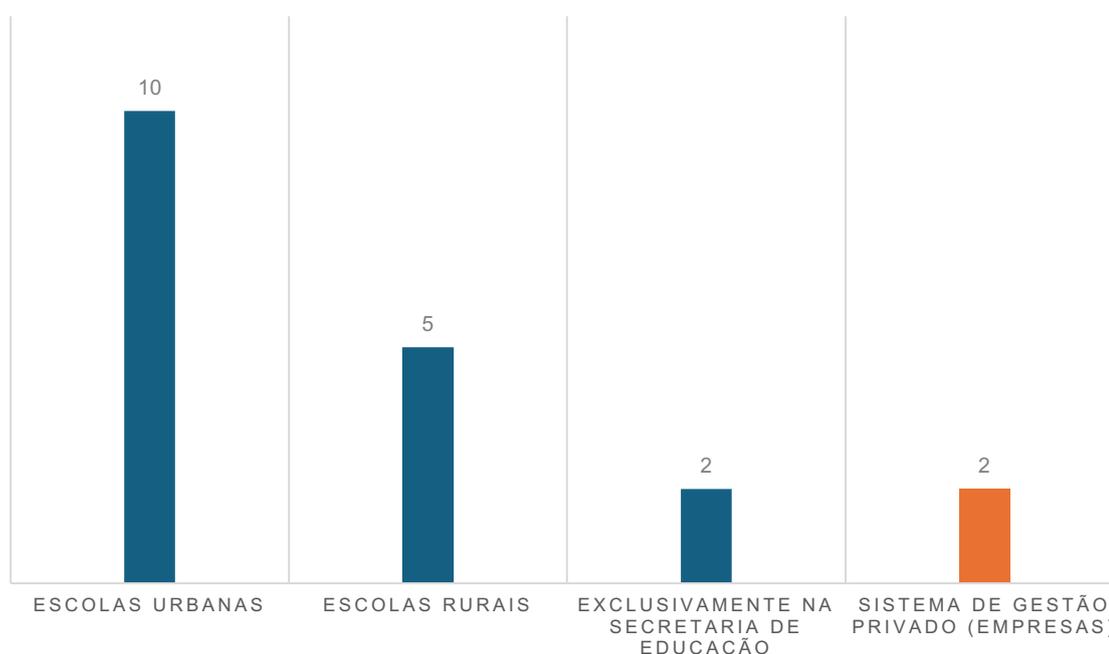
Entendemos que o melhor relacionamento dos municípios de baixa densidade populacional quase exclusivamente com o Estado, ao invés das localidades vizinhas, é sutilmente perigoso. Em geral, os Estados possuem melhores dados e indicadores em todos os temas. Já os municípios têm problemas de dados que necessitam de compreensão diferenciada em campos de pesquisa ou regras de preenchimento com os quais não detêm intimidades. Em outras palavras, eles precisam adotar uma postura reservada em relação a redes de ensino muito mais precárias que as suas, especialmente em aspectos como dados de infraestrutura escolar ou escolaridade dos docentes. Isso exige um entendimento abrangente de pesquisa e de conceitos que não são comuns em seu dia a dia.

Sobre o uso de mídias para o município se relacionar com o Estado, tal como o WhatsApp, na gestão pública, apesar da celeridade e simplicidade no manuseio, pode ser problemático por várias razões. Tanto as que envolvem questões de privacidade dos dados institucionais, como o sigilo de dados pessoais presentes no Censo. Além disso, as mídias podem veicular desinformações mais facilmente. E por

faltarem regulamentações no âmbito administrativo, revela-se uma potencial fragilidade da comunicação e interação institucional.

Quando o assunto é o trabalho interno ao município para a produção de números, os respondentes relatam que ela está concentrada em escolas com apoio da Secretaria Municipal (urbanas ou rurais) ou exclusivamente na Secretaria (2). Há também o caso de empresas que fazem a gestão dos dados administrativos e organizam as estatísticas para o ente federado (2), conforme a Figura¹⁰ abaixo:

Figura 9 — Tipos de locais em que são preenchidas as informações do Censo Escolar nos municípios visitados



Fonte: A autora (2023).

As empresas são contratadas para realizar pesquisas e levantamentos de dados, empregando metodologias que atendem aos padrões estabelecidos pelas agências governamentais. No entanto, o relacionamento entre essas empresas e o Estado tem dado origem a novos mecanismos de poder, fundamentados em uma nova razão estatística e em um modelo de governança centrado nos números. Isso implica

¹⁰Os totais de escolas urbanas e rurais não bate com o total de respondentes.

uma necessidade urgente de debater a transparência e a qualidade dos dados coletados (Sousa, 2023; Camargo; Lima; Hirata, 2021).

A produção de dados estatísticos não se limita a aspectos técnicos; é uma questão política que envolve decisões sobre quais categorias e indicadores são considerados relevantes e dignos de medição. Essas escolhas podem ter um impacto significativo na alocação de recursos e na implementação de políticas públicas. Portanto, essa dinâmica de poder exige um monitoramento cuidadoso para garantir a integridade e a responsabilidade no uso dos dados. Há que cuidar na forma como os dados são apresentados, pois pode haver obscurecimento das informações, levando a interpretações errôneas e decisões baseadas em dados incompletos ou distorcidos (Madsen, 2021; Sareen; Saltelli; Rommetveit, 2020).

Contudo, nas visitas *in loco*, é importante ressaltar que os municípios em que a organização administrativa parecia mais estruturada eram justamente aqueles que contavam com sistemas de gestão privados para a produção dos dados educacionais. Nesses contextos, o foco das entrevistas se manteve sempre na eficiência do Estado, no aprimoramento do gerenciamento de dados administrativos e até mesmo em uma insistente justificativa acerca da lisura ocorrida na licitação que os contratou, sugerindo que essa havia se transformado em uma grande polêmica em um dos municípios visitados.

De certa forma, a participação de empresas privadas na gestão de dados educacionais contribuiu para promover a transparência e sustentar os discursos de veracidade nas Secretarias. No entanto, o processo de criação, tratamento e divulgação desses dados por empresas privadas continua sendo um ponto crítico na democratização dos sistemas educacionais. Como a produção de estatísticas e indicadores não é isenta de subjetividade nem no serviço público, os atores privados refletem também suas interpretações da realidade por meio de suas ações coletivas. Por isso, a necessidade de controle e auditoria permanece sempre em foco, garantindo que as práticas sejam conduzidas com integridade e responsabilidade (Bueno; Lima; Costa, 2021). Por isso, nos pareceu que esse assunto sempre aparecia, ainda que não fosse perguntado.

Adicionalmente, outro ponto que nos chamou a atenção foi a dissociação entre a ideia do que é educacional ou não. Nesse caso, a gestão e o uso de dados não era educação para um dos entrevistados:

A gente conseguiu contratar a empresa e resolver os problemas das matrículas nas escolas, acabou aquela confusão. (...) [A empresa] faz a organização dos dados e manda para o Inep. A gente aqui só acompanha o trabalho e se preocupa mais com as questões mais de educação mesmo, sabe? As educacionais.

Foucault (2008) argumenta que a governamentalidade possui uma dimensão tanto interior quanto exterior em sua existência. Em outras palavras, o Estado é simultaneamente uma entidade que já se concretiza e algo que ainda não está plenamente desenvolvido. A razão de ser do Estado, portanto, constitui-se entre uma concepção de um Estado consolidado e a ideia de um Estado em processo de construção e edificação. O Estado não é uma entidade fixa ou completamente realizada, mas sim uma construção social em constante evolução, que se manifesta de maneiras diferentes nos mais variados contextos.

As estatísticas, enquanto ferramentas utilizadas pelo Estado, devem possuir uma legitimidade técnico-científica que ateste sua validade como instrumentos de prova, mas isso por si só não é suficiente. Elas também necessitam de uma legitimidade social para desempenhar efetivamente o papel de instrumentos de governança, estabelecendo uma linguagem comum entre os diversos atores sociais. A partir do relato do entrevistado, parece que as estatísticas habitam uma dualidade: existem e, ao mesmo tempo, não existem; são reconhecidas, mas ainda carecem de legitimidade para se integrarem de maneira efetiva à gestão pública educacional nos municípios (Sousa, 2023).

Fotografia 7 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

Os agentes que aparecem como grandes parceiros na produção estatística educacional nos municípios, de forma não exclusiva, são os técnicos das próprias escolas (11), os diretores de escola (9) e os técnicos da Secretaria de Educação (9). Não há envolvimento de outros entes governamentais que têm potencial de se beneficiar das quantificações. Isso é particularmente preocupante porque as Secretarias visitadas são hipossuficientes, em sua maioria, contudo, todas relataram que as estatísticas são relevantes para outras Secretarias, como as que lidam com o Bolsa Família ou outros programas sociais, de muita capilaridade por todos os municípios.

Nos municípios onde a gestão dos dados administrativos é realizada por empresas, as Secretarias de Educação estabelecem parcerias em duas frentes. Primeiramente, através da fiscalização dos contratos, desenvolvendo uma relação de controle administrativo. Em seguida, a parceria se expande para incluir uma triangulação de dados, em que a Secretaria atua em conjunto com a empresa e as escolas, mediando e corrigindo possíveis equívocos ou lacunas nos dados.

Durante as entrevistas, perguntou-se sobre o Conviva, ao que todos conheciam as ações (Undime, 2023). Cruz (2024) conta que essa entidade nasceu a partir do 14º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), em parceria com o Instituto Natura, apresentou a trajetória da plataforma Conviva Educação, lançada em 2011. Um conjunto de institutos, incluindo a Fundação Itaú Social e outras organizações, uniu esforços para desenvolver projetos educacionais de maneira colaborativa. Reconhecendo a duplicidade e o isolamento de iniciativas semelhantes, esse grupo concentrou-se na formação de parcerias para ampliar a abrangência e o impacto das ações educativas.

A proposta inicial visava a reformulação do Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime), um programa que contou com a participação ativa de Maria do Pilar Lacerda, que na época era a secretária de Educação Básica do MEC. Essa reformulação pretendia aumentar a eficácia das ações formativas destinadas aos dirigentes municipais de educação. No entanto, a natureza política das prefeituras e a instabilidade nas equipes de secretários municipais de educação tornaram evidente que a continuidade das iniciativas poderia ser comprometida, prejudicando os resultados almejados.

Frente a esses desafios, optou-se pela criação de uma plataforma que proporcionasse suporte regular aos secretários de Educação, levando à consolidação do Conviva. Desde 2021, a plataforma é gerida pela Undime, com o objetivo de preservar informações essenciais para o funcionamento das secretarias de educação, independentemente das mudanças políticas. Assim, buscou-se superar a fragmentação e evitar a necessidade de recomeçar a cada nova gestão, garantindo a continuidade das atividades educacionais.

O interesse dos respondentes no Conviva parecia se concentrar no sentido de ajudar a “dar menos trabalho para preencher o Censo” ou para organizar melhor os registros administrativos, mas nunca no sentido de usar ou analisar melhor os indicadores produzidos. Não eram usados para tomada de decisão exatamente. Apesar disso, o Conviva segue sustentando que a plataforma e esses muitos painéis de indicadores podem servir como uma ferramenta central de gestão para os gestores e suas equipes. Recentemente, houve até a inclusão de diretores escolares, professores e conselheiros municipais na plataforma com a promoção de cursos à distância desenvolvidos pela Undime em colaboração com outras organizações, como o Itaú Social (Cruz, 2024).

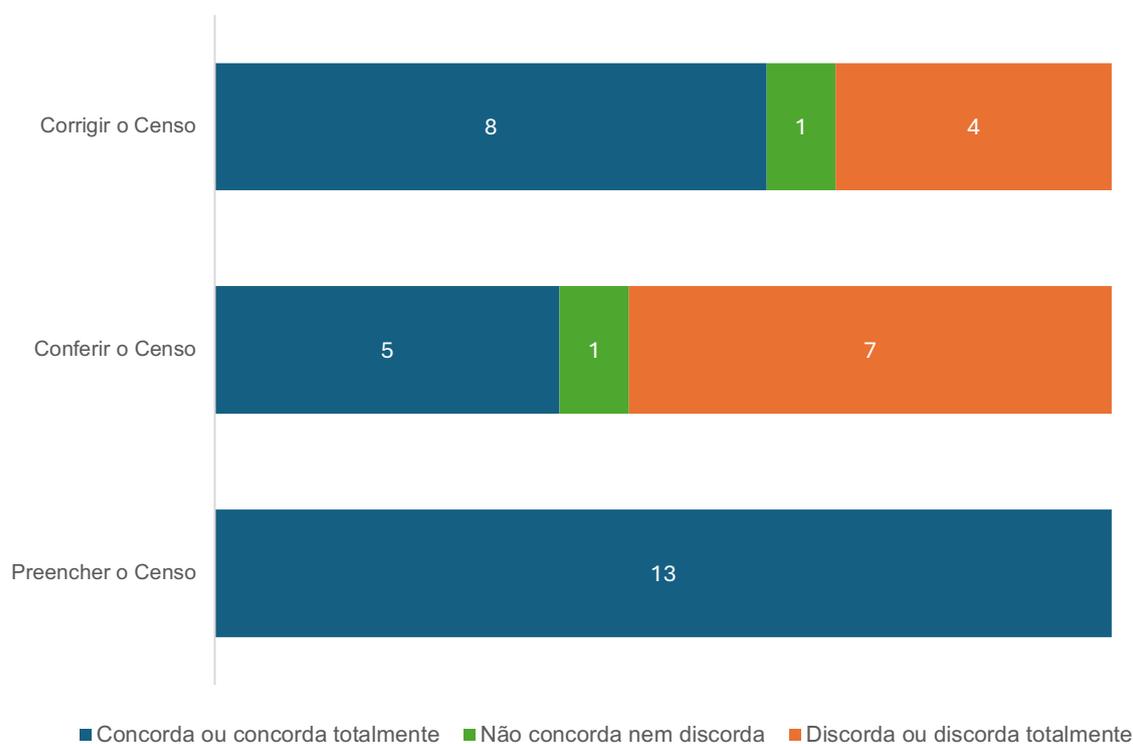
Em relação à infraestrutura para a produção estatística, observamos que os equipamentos não representam um obstáculo para as Secretarias. No entanto, a conectividade, embora presente, não atende a padrões de qualidade adequados em 3 (três) Secretarias de Educação. Nos demais municípios, a principal reclamação diz respeito à qualidade da internet nas escolas, especialmente nas áreas rurais, que desempenham um papel fundamental no preenchimento do Censo.

A qualidade da internet nas secretarias municipais de educação é um aspecto crítico que impacta diretamente a gestão educacional e a implementação de políticas públicas. A disparidade no acesso à internet gera desigualdades e dificuldades no processo de criação de dados estatísticos, que se concentram no Educacenso, o sistema online de coleta do Censo Escolar. Portanto, é essencial reconhecer que apoiar as secretarias na garantia de uma internet de qualidade é um passo fundamental para superar os desafios enfrentados por um sistema estatístico educacional eficaz.

Passada a fase inicial de preenchimento do Censo Escolar, os municípios ou seus delegados chegam à conferência/verificação dos dados declarados e às

possíveis correções. Aqui, parece haver uma quebra de confiança dos respondentes, uma vacilação diante do comando, segundo o tipo de atividades demandadas:

Figura 10 — Confiança dos profissionais para executar ações nos municípios visitados



Fonte: A autora (2023).

A confiança é fundamental para executar atividades administrativas de maneira eficaz, oferecendo uma base sólida, especialmente em atividades recorrentes e anuais, como as do Censo Escolar. No entanto, a ausência desse elemento crucial em algumas ações pode causar hesitação ou paralisia no fluxo de trabalho, resultando em ineficiências e oportunidades perdidas.

Nas Secretarias, as atividades que envolvem execução ou medidas operacionais, como preencher (13) e corrigir o Censo (8), são realizadas com maior confiança. Contudo, tarefas que exigem mais conferência ou escrutínio, como conferir o Censo (5), são aquelas em que a confiança é significativamente menor. Ora, conferir é parte de quem preencheu e corrigiu: é o passo final da produção estatística.

Esse ponto é inicialmente porque mostra que há diferença na confiança dos respondentes entre um fluxo de ações que poderiam ser equivalentes. Contudo, ao

inverter a ordem de submissão, agora com o Inep enviando dados ao município, com uma série de análises de consistência estatística para conferência, o respondente parece vacilar um pouco sobre esse feedback, não sendo possível determinar se isso ocorre por um grau de legitimidade diferenciado do Governo Federal em relação aos Governos Municipais. Se houve receio de penalização, auditoria de dados ou penalização em programas federais, ou estaduais. Ou se simplesmente faltarem elementos para compreensão das análises estatísticas realizadas ao nível central. Todas essas ideias foram levantadas durante as entrevistas.

Neste ponto, é fundamental abordar um tema frequentemente negligenciado nas discussões sobre quantificações: as dimensões éticas, conforme discutido por Espeland e Yung (2019). As quantificações possuem uma dimensão moral ao lidarem com preocupações acerca de justiça, equidade, confiança e danos. Elas refletem como indivíduos e grupos entrelaçam suas crenças, comportamentos e objetivos em relação ao que consideram apropriado, eficaz, confiável e digno. Assim, a quantificação se transforma em uma questão ética, uma vez que essas preocupações morais são relevantes para as condutas dentro e fora das instituições.

De certa forma, as questões de confiança e desconfiança estão intrinsecamente ligadas à crescente prevalência da quantificação e da auditoria em diversas esferas da vida. Muitas vezes, essas práticas emergem como resposta a preconceitos, buscando aumentar a eficiência e mitigar conflitos. A autoridade conferida aos dados quantificáveis decorre de métodos padronizados, regras rígidas e formas assimétricas de combinação e distinção, que possibilitam comparações e avaliações. Essas práticas têm um impacto significativo na confiança.

A expansão dos processos de auditoria e gerenciamento de riscos no contexto estatístico representa uma resposta às crescentes preocupações com a confiança, até mesmo entre gestores públicos comprometidos com a transparência e a justiça (Mennicken; Espeland, 2019). O exemplo do Censo Escolar, conforme delineado na Portaria nº 181, de 15 de maio de 2024 (Brasil, 2024), ilustra claramente essa dinâmica, com suas múltiplas etapas e atividades interativas. Esse processo envolve diversas formas de mensuração, classificação, estratificação e rastreamento, estabelecendo responsabilidades claras e exigindo que os usuários ajam de maneira uniforme, modulando assim os padrões de comportamento em um grupo diverso de usuários e consumidores de dados quantificados.

As instituições, tanto em nível nacional quanto subnacional, ajustaram-se a essa demanda incessante por auditorias, tornando os indicadores fundamentais na nova gestão pública. Isso contribuiu para um ambiente muitas vezes caracterizado pela desconfiança. Nesse contexto, a quantificação se estabelece como uma condição essencial para o cálculo e a ação econômica no setor público. Os números não apenas tornam o desempenho individual e organizacional mais visível e rastreável, mas também moldam a percepção de confiança ou desconfiança em relação às práticas de gestão (Mennicken; Espeland, 2019).

Outra questão de destaque é que parece haver certa confusão entre as atribuições das Secretarias Municipais. Ora, elas atuam idealmente na proposição, no planejamento, no desenvolvimento, na coordenação e na avaliação de políticas públicas educacionais, como abordado nos PME. Em pelo menos 12 deles, as Secretarias possuem responsabilidades interessantes em quantificação como, por exemplo, propor censos, indicadores, avaliações, pesquisas. Chama atenção, portanto, que os respondentes se sintam mais confiantes, justamente, em executar ações operacionais, como corrigir e preencher, e não de inteligência sobre os dados informados.

Realizar, a partir da aprovação deste plano, censo dos jovens e adultos analfabetos e com ensino fundamental incompleto, para identificar a demanda por vagas na educação de jovens e adultos em Simolândia, sob responsabilidade do poder público, em parceria Intersectorial e com a sociedade civil, conforme prevê a LDB 9.394/96 (Simolândia, 2015).

Instituir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio de constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas... (Alvorada Do Norte, 2015).

Construir um indicador da qualidade educacional municipal...

Durante as entrevistas, mais da metade dos participantes aproveitou a oportunidade de encontrar "alguém do Inep" para esclarecer dúvidas sobre alterações na pesquisa ou nas regras do Censo Escolar, especialmente aquelas decorrentes da pandemia. Ficou bastante claro que não chegava ao respondente o sentido das

modificações na coleta e disseminação das quantificações, restringindo a visão do entrevistado às necessidades locais, regionais e nacionais.

Perguntou-se ainda no que o Censo poderia melhorar, uma vez que os planos municipais de educação eram razoavelmente robustos em quantificações, em sua maioria. Nenhum dos entrevistados deu contribuição relevante, sendo mais importante tirar dúvidas sobre algum detalhe das operações censitárias passadas ou ainda em curso.

5.1.1 Interações sociais na criação e implementação das quantificações

Após a conclusão das entrevistas, ficou claro que as interações sociais são fundamentais para a criação e implementação de quantificações na ação pública. Essas interações ocorrem entre diferentes atores, como o Estado, a sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos, sendo cruciais para a definição de agendas políticas e a eficácia das ações governamentais.

As interações sociais foram classificadas nos seguintes níveis:

- Inexistente: Nenhuma interação ou comunicação, sem tendências para relacionamentos positivos ou negativos.
- Muito fraco: Interação quase inexistente, com trocas de informações limitadas e sem colaboração significativa.
- Fraco: Interação baixa, caracterizada por contatos esporádicos sem influência relevante nos resultados.
- Forte: Interação frequente, com comunicação e colaboração que impactam positivamente as operações e decisões.
- Muito forte: Interação contínua e intensa, com cooperação significativa essencial para o sucesso em comum.

A seguir, detalhamos as interações entre os atores envolvidos na quantificação nos municípios analisados na produção quantitativa:

- a. Conselhos Educacionais e Tribunais de Contas (muito fraco): Embora mencionados oficialmente, sua participação direta na elaboração das quantificações é quase nula.
- b. Outros municípios da Ride-DF (fraco): Mantêm interações reduzidas, focadas em disputas relativas a matrículas, influenciando a alocação de recursos.
- c. Prefeitura, Câmara de Vereadores e Pais ou Responsáveis (inexistente): Não se envolvem frequentemente nas quantificações, mas precisam ser incentivados a participar dessas discussões.
- d. MEC, Inep e FNDE (forte): Estabelecem normas claras para as quantificações, que são seguidas por meio das Secretarias Estaduais de Educação, levando a interações fortes.

- e. Secretaria de Assistência Social (forte): Atua com forte ligação devido à busca ativa de estudantes e o impacto em programas sociais, embora não exclusiva à educação.
- f. Outros setores da SEMED (muito forte): Colaboram intensamente na criação de estatísticas, com interesse direto após a divulgação das quantificações.
- g. Secretarias Estaduais de Educação (muito forte): Parceiras chave na coleta de dados e informações, mantendo interações contínuas e fortes.
- h. Escolas (muito forte): Possuem conhecimento essencial para a criação de estatísticas, influenciando significativamente a representação dos dados devido ao entendimento das realidades diárias.

Essas interações variam em intensidade e impacto, sendo vitais para compreender melhor a dinâmica da ação pública nos municípios estudados. A seguir, uma representação gráfica desses relacionamentos:

Figura 11 — Interação dos atores na criação e implementação de quantificações



Legenda:

— Relacionamento inexistente
 — Relacionamento forte

— Relacionamento muito fraco
 — Relacionamento muito forte

— Relacionamento fraco

Fonte: A autora (2024).

5.2 Uso e relacionamentos das quantificações

Com a caracterização das Secretarias Municipais de Educação (SEMED) na Ride-DF, seus agentes e os relacionamentos estabelecidos na criação de números, é momento de aprofundar na análise dos usos das quantificações e das novas relações que emergem desse processo. O objetivo é compreender as interações entre os agentes internos e externos que utilizam indicadores, bem como a forma como os recursos humanos e tecnológicos são aplicados nesse contexto.

É fundamental identificar de que maneira esses indicadores influenciam as políticas e ações municipais. Além disso, é importante examinar o histórico dessas aplicações, bem como o fluxo de comunicação que os gestores municipais estabelecem ao utilizá-los. Essa compreensão nos permitirá avaliar a eficácia das quantificações e seu impacto nas práticas educacionais e na gestão pública.

Fotografia 8 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

Um dos principais usos das quantificações se destaca nos Planos Municipais de Educação (PMEs), que desempenham um papel essencial na organização e implementação das políticas educacionais no Brasil. Esses planos são fundamentais no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Mediante as ações articuladas, os entes federados se comprometeram em implementar planos estaduais e municipais, acompanhando o cumprimento das metas e fomentando fóruns para que estas se tornassem realidade, no que tange a qualidade da educação brasileira. Desse modo, consagrou-se a aplicação de estatísticas e metas quantificáveis para a elaboração, monitoramento e avaliação dos PMEs, garantindo a eficácia das ações educacionais e o cumprimento dos objetivos de melhoria da qualidade da educação (Vassoler, 2019; Nascimento; Junior; Pereira, 2017; Nascimento; Militão, 2022; Júnior; Moraes; Oliveira, 2023).

Estudos indicam que muitos municípios têm incorporado indicadores educacionais que permitem mensurar o progresso em relação às metas estabelecidas. Com o acesso a esses dados, é possível verificar, para cada meta, indicadores que mostram, percentualmente, a meta prevista e a situação atual, abrangendo o cenário nacional, regional, estadual e municipal. Portanto, o acompanhamento e a avaliação das metas estruturantes de um plano exigem o uso contínuo de dados quantitativos e qualitativos como práticas comuns na gestão da educação básica e superior (Nascimento; Militão, 2022; Júnior; Moraes; Oliveira, 2023).

Scaff e Oliveira (2023) destacam que, embora 99% dos municípios tenham elaborado seus planos, a quantidade de relatórios de monitoramento e avaliação não ultrapassa 35%. A presente pesquisa encontrou situação semelhante, revelando uma certa pobreza de dados, diagnósticos ou metas específicas nos PMEs analisados. Essa lacuna compromete a efetividade das políticas educacionais, que são fortemente centralizadas e dependem criticamente de quantificações para funcionar adequadamente.

Nos 15 Planos Municipais de Educação (PMEs) analisados, apenas dois apresentam metas e estratégias futuras sem qualquer diagnóstico quantitativo prévio. Nos outros 13, a caracterização das metas, ainda que esparsa, se baseia em 4 (quatro) principais fontes de informação:

- a. Estatísticas do IBGE: Essas incluem dados sobre perfil demográfico, perfil produtivo, informações sobre trabalho e emprego, entre outros aspectos relevantes.
- b. Estatísticas do Inep: Aqui se destacam indicadores do Censo Escolar e de exames e avaliações da Educação Básica em âmbito nacional e internacional, como Saeb, Enem, Encceja e Pisa, além do Ideb.
- c. Estatísticas dos Estados: Aqui entram as fontes estaduais, integrando avaliações municipais e estaduais, como as do Simave e do Saego.
- d. Estatísticas das outras secretarias dos municípios: Envolvem dados relativos a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), assistência social, trabalho e emprego, saúde, entre outros setores.

Outra maneira de analisar o uso das quantificações nos Planos Municipais de Educação é considerar a extensão documental e a proporção de estratégias claramente quantificadas. Sabe-se nem sempre seja possível atribuir números precisos às estratégias no momento que em os documentos são redigidos, já que muitas vezes esses números são moldados ao longo do desenvolvimento dos planos. No entanto, é fundamental observar as proporções encontradas nos casos analisados:

Tabela 3 — Extensão de metas e estratégias dos PME dos municípios elegíveis

Planos	Número de páginas	Número de estratégias do PME	Número de metas das estratégias que foram quantificadas claramente	Proporção de estratégias quantificadas / total de estratégias
1	113	68	16	23,5%
2	77	154	25	16,2%
3	37	145	21	14,5%
4	79	203	28	13,8%
5	68	164	22	13,4%
6	86	131	17	13,0%
7	27	184	23	12,5%
8	303	160	20	12,5%
9	72	346	39	11,3%
10	59	177	19	10,7%
11	105	201	21	10,4%
12	30	246	17	6,9%
13	46	106	7	6,6%
14	133	235	14	6,0%
15	81	221	10	4,5%
Média	87,7	182,7	19,93	11,72%

Fonte: A autora (2023).

A análise revela uma média de 87,7 páginas por plano, com uma significativa variabilidade, variando de 27 a 303 páginas. O número médio de estratégias é de 182,7, sendo o plano 9 o mais abrangente, com 346 estratégias. No entanto, a média de metas claramente quantificadas é consideravelmente mais modesta, situando-se em 19,93. A proporção de estratégias quantificadas em relação ao total apresenta uma média de 11,72%, exibindo variações significativas entre os planos: enquanto o documento 1 atinge 23,5%, o documento 15 registra apenas 4,5%.

Os dados revelam uma disparidade na elaboração e clareza das metas quantificadas, destacando a necessidade de um maior alinhamento entre os municípios da Ride-DF. Essa articulação poderia aprimorar a precisão e a eficácia das estratégias educacionais em toda a região. A falta de um alinhamento claro em relação às metas regionais impede que os municípios colaborem de maneira mais eficaz, resultando em uma utilização menos otimizada dos recursos disponíveis, o que limita o potencial de resultados educacionais positivos.

Outra vantagem significativa que se perde com essa falta de alinhamento é o fortalecimento da capacidade de gestão municipal. O alinhamento nas metas educacionais poderia criar um ambiente propício ao aprendizado, permitindo que os municípios compartilhem experiências, boas práticas e soluções inovadoras para desafios comuns. Além disso, a harmonização das metas e estratégias facilitaria a avaliação e o monitoramento das políticas educacionais. Com indicadores comuns, os municípios poderiam realizar comparações e análises mais precisas sobre o desempenho educacional, utilizando plataformas de dados que favorecem uma gestão mais transparente e baseada em evidências.

Em 2 (dois) PME não há nenhuma meta quantitativa intermediária em relação aos prazos finais de vigência. Já nos outros 13 casos, a escrita até trata de entregas quantificáveis intermediárias, mas isso é bastante raro ou ainda incrivelmente impreciso, tal como:

Definir metas de ampliação do atual atendimento da Educação Infantil, por meio da construção, reforma e ampliação dos atuais CMEI – Centros Municipais de Educação Infantil, universalizando a médio e longo prazo o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos (Cabeceiras, 2015).

A universalização da educação infantil no Brasil é considerada um objetivo fundamental em diversos planos municipais. No entanto, é possível observar um esvaziamento das diretrizes e compromissos estabelecidos, tais como: "a médio e longo prazo". Essa lacuna compromete a transparência das ações governamentais e, conseqüentemente, o direito à educação para todos. Seria importante que os planos não apenas estabeleçam metas claras, mas também implementem mecanismos de monitoramento e avaliação, sejam quantitativos ou qualitativos assegurando que os direitos educacionais sejam efetivamente garantidos a cada criança.

Junto aos gestores municipais, todos (13) foram enfáticos em dizer que os dados do Censo Escolar são "muito usados". Todavia, a pesquisa propôs saber exatamente quais estatísticas eram mais usadas em perguntas abertas e fechadas. Aqui, eles puderam assinalar mais de uma resposta, ou seja, o somatório das respostas não coincide com o total de respondentes:

Figura 12 — Usos das estatísticas educacionais pelos municípios elegíveis



Fonte: A autora (2023).

O gráfico ilustra os usos das estatísticas educacionais por municípios elegíveis, destacando a predominância de certas categorias de dados. As matrículas e as matrículas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) se destacam como os dados mais utilizados, com 13 e 12 ocorrências, respectivamente. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) também é amplamente referenciado, com 10 registros.

Programas sociais como o Bolsa Família/Auxílio Brasil são citados por 9 municípios, evidenciando sua importância nas estratégias educacionais. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), mencionado por 5 municípios, reflete a preocupação com a qualidade do ensino.

Outros indicadores, como a proficiência no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), indicadores financeiros educacionais, a média de alunos por turma e

a taxa de aprovação, têm 4 ocorrências cada, mostrando uma consideração balanceada em relação ao acesso e desempenho.

Dados relacionados a docentes são menos abordados, com 3 referências a informações sobre professores com formação superior, enquanto a distorção idade-série é mencionada 2 vezes. Aspectos como a infraestrutura das escolas e a taxa de abandono são os menos citados, cada um com apenas 1 ocorrência. Além disso, não há referências sobre esforço docente, adequação da formação de professores, média de horas-aula diárias e taxa de reprovação.

Essa distribuição sugere uma forte ênfase em estatísticas que lidam com acesso e financiamento, enquanto questões de infraestrutura e formação docente recebem menos atenção. Observa-se que os gestores não valorizam suficientemente os indicadores relacionados aos docentes, exceto a verificação da formação superior. Contudo, essa análise não abrange se os professores estão adequadamente qualificados para ensinar as disciplinas pertinentes, conforme as diretrizes do Inep (2022). O uso de indicadores que medem o esforço docente, como a carga horária, o número de alunos atendidos e as etapas de ensino, também revela uma área obscurecida nas estratégias de gestão educacional.

Por outro lado, isso pode indicar que a administração pública tende a focar em indicadores convencionais, como "inputs" ou "outputs", ao mesmo tempo em que negligencia indicadores "soft" que poderiam proporcionar uma visão mais holística e qualitativa do impacto social e da qualidade do sistema educacional. Essa ênfase em métricas quantitativas pode limitar a compreensão das dinâmicas em municípios pequenos, onde o desempenho dos estudantes, por exemplo, é fortemente influenciado por seus contextos pessoais e familiares.

Fotografia 9 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

Quatro (4) gestores trataram da taxa de aprovação e 5 (cinco) trataram do Ideb. Contudo, nenhum relatou uso do indicador de taxa de reprovação, sugerindo, em um primeiro olhar, que essa não é a direção das políticas públicas locais. Talvez, a reprovação seja naturalizada na educação brasileira, como sugeriu (Gil; Klein;

Scherer, 2024), em que mesmo que não seja desejada, permanece como sendo vista como banal, algo da vida.

Em uma entrevista, o servidor esclareceu seu ponto de vista. As estatísticas, técnicas tradicionais de governança à distância, não estão exatamente incorporadas em pequenas comunidades. Nesses lugares, todos se conhecem e se compreendem mutuamente, sendo os fenômenos da vida muito banais, muito naturais e não necessariamente passíveis de intervenção:

A gente sabe quem reprovou, quem abandonou. A gente acaba entendendo porque conhece a família (...) [e] não tem condições mesmo, (...) quem sai da escola para ajudar na roça, quem tem que ajudar em casa, quem engravidou...

Esse comportamento acaba por ser crítico à influência das estatísticas e classificações na educação. Primeiro, porque destaca como esses métodos quantitativos podem ofuscar uma abordagem mais holística, mais comunitária. A ideia central atualmente é que as estatísticas, ao invés de serem meramente descritivas, acabam se tornando prescritivas (Desrosières, 1998), moldando a realidade educacional de acordo com os parâmetros que definem. Mas, ao invés disso gerar uma espécie de "retroação" ou "efeito de feedback", onde os dados estatísticos influenciam as práticas e percepções, fazendo com que a realidade se alinhe aos números, os gestores preferem outra interpretação dos fenômenos sociais.

A performatividade que poderia levar à criação de identidades escolares baseadas em métricas padronizadas, reduzindo a complexidade da educação a resultados mensuráveis e negligenciando aspectos qualitativos essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos, é reduzida nessas localidades. Essa dinâmica é particularmente evidente em contextos como a educação e a saúde, onde indicadores e métricas podem determinar políticas públicas e influenciar a alocação de recursos, impactando diretamente a vida das pessoas (Desrosières, 2014).

Além disso, a quantificação na educação favorece uma mentalidade de controle e prestação de contas, que em muitos casos resulta em uma pressão excessiva sobre alunos e educadores para alcançarem determinados indicadores de desempenho,

como destacado nas discussões sobre a influência de avaliações padronizadas com forte correspondência com outros internacionais (Nilsen; Skarpenes, 2022).

Isso é tratado por Sugrue *et al.* (2023), Rincón-Gallardo (2020) quando abordam as avaliações de matriz global promovendo um conjunto de ações públicas focados na alfabetização como medidas essenciais de sucesso educacional. Essa orientação levaria a um estreitamento das práticas pedagógicas mais abrangentes e inovadoras que considerem as necessidades culturais e contextuais dos alunos. Ao priorizar a quantificação das habilidades por meio de avaliações estandardizadas, poderiam desvalorizar o desenvolvimento pedagógico mais amplo, incluindo o papel dos professores como mediadores fundamentais de aprendizado que podem adaptar seus métodos à realidade local.

Voltando a outros resultados da pesquisa, procuramos tensionar o uso dos indicadores do Censo Escolar, em 9 (nove) municípios, para programas sociais dos governos, sobretudo os federais. Em nenhum momento, foram citados outros tipos de benefício de assistência social estadual ou municipal. Isso não é exatamente uma novidade, uma vez que a integração de bases de dados nos governos é uma realidade. Contudo, esse uso supera, em muito, temas estritamente educacionais, como Ideb, Saeb, ou até outros repasses financeiros estaduais ou municipais, ou ainda outros indicadores e ações que versavam sobre o sistema de ensino municipal.

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, consolidou-se como a principal política nacional de combate à pobreza até ser substituído pelo Auxílio Brasil em 2021. Antes disso, em 2001, os programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, que funcionavam de forma descentralizada, já beneficiavam muitos municípios brasileiros. O Bolsa Família marcou um avanço significativo ao ampliar o público atendido e unificar todos os programas de transferência de renda voltados para famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. O programa busca promover a emancipação dos beneficiários por meio de condicionalidades, como a assiduidade escolar das crianças. Além disso, incentiva o acesso a serviços essenciais de saúde, educação e assistência social. Para participarem, as famílias precisam estar classificadas como de extrema pobreza ou pobreza (Souza; Ney, 2023), incluindo os municípios de baixa densidade populacional na Ride-DF.

Aliás, isso não é surpresa quando se analisam escutam os gestores municipais, em que a interação do uso das estatísticas educacionais se dá, prioritariamente, com

os programas de transferência de renda no Brasil. No caso mais emblemático, o gestor cuida das duas bases informacionais na Secretaria, que é oficialmente apenas de Educação, o que demonstra a importância de triangular métodos e técnicas, como a entrevista semiestruturada in loco:

Eu cuido do Censo Escolar e do Bolsa Família. Porque acabam sendo coisas juntas, né? (...) A assistência social anda junto com a educação aqui porque são muitas famílias pobres...

Bem, se estatísticas educacionais são usadas, importa saber com qual finalidade são usadas. Mais uma vez, os gestores puderam assinalar mais de uma resposta, ou seja, o somatório das respostas não coincide com o total de respondentes. E ainda foram deixadas intencionalmente categorias de pesquisa que não foram respondidas por nenhum gestor. Assim, pela pesquisa, os resultados são:

Figura 13 — Finalidade do uso de estatísticas pelos gestores dos municípios elegíveis



Fonte: A autora (2023).

O gráfico apresentado evidencia as principais finalidades do uso de estatísticas por gestores nos municípios pesquisados. As três principais razões, que dividem igualmente a liderança com 13 menções cada, são: "Para pleitear mais recursos estaduais ou federais", "Para a alimentação escolar" e "Para o Saeb". Isso indica uma forte preocupação dos gestores com a obtenção de recursos, sejam financeiros ou para a nutrição escolar, e igualmente para a avaliação educacional através do sistema Saeb, que mede a qualidade da educação básica. Contudo, também o Saeb também se relaciona com recursos, já que o uso dos dados é um instrumento para a gestão, a formação de professores, a disseminação de informações sobre o sistema educacional, a produção de materiais pedagógicos, os critérios de distribuição de recursos e, por fim, as políticas de incentivo salarial (Basso; Ferreira; Oliveira, 2022).

Logo abaixo, com 9 menções, está "Para o Ideb", reforçando o foco dos gestores na melhoria dos índices educacionais. A ênfase nos resultados do Ideb mostra que os gestores estão atentos às métricas que refletem a qualidade do ensino, considerando tanto aprovação quanto desempenho dos alunos. Sem dúvida, não sem críticas, o Ideb representou uma mudança significativa na forma como a educação é acompanhada no Brasil, permitindo a comparação entre diferentes unidades da federação e escolas.

O Ideb tem sido crucial para a formulação, acompanhamento e avaliação de políticas educacionais, pois os números gerados podem orientar decisões sobre onde alocar recursos e quais áreas necessitam de intervenção. Além disso, a análise dos resultados ajuda a identificar boas práticas em escolas que obtêm desempenho superior, possibilitando a disseminação dessas práticas em outras instituições. Contudo, é a na fala de um dos gestores que se vê um aspecto subjetivo: a responsabilização dos gestores educacionais. O Ideb é frequentemente utilizado como um critério para avaliar a eficácia das administrações municipais e estaduais em relação à educação. Os resultados do Ideb podem influenciar a distribuição de recursos financeiros e a implementação de programas de apoio, criando um sistema de *accountability* que pressiona os gestores a melhorar a qualidade do ensino (Júnior; Moura, 2023):

Quando o prefeito vai no governador, a primeira coisa que ele quer ver são os números do município, né? [...] o Ideb... sem isso não tem apoio...

No contexto da gestão educacional, a distribuição específica dos recursos do Fundeb é mencionada sete vezes, destacando sua importância na alocação de fundos para escolas nos municípios. Apesar das críticas, o Fundeb é uma política fundamental para o financiamento da educação no Brasil, desempenhando um papel redistributivo crucial ao buscar reduzir as disparidades financeiras entre diferentes municípios e estados. Ao unificar recursos de fontes estaduais e municipais, ele garante que municípios com menor capacidade econômica tenham acesso a verbas adequadas para a educação (Peres; Capuchinho; Limonti, 2024).

A legislação do Fundeb estipula que uma parte dos recursos deve ser utilizada para a valorização do magistério, incluindo melhorias nas condições salariais e de

trabalho dos educadores. Essa valorização é essencial para atrair e manter profissionais qualificados, impactando diretamente a qualidade do ensino. Além disso, o Fundeb tem possibilitado investimentos em infraestrutura escolar, formação de professores e programas de apoio aos alunos. Em 2022, o fundo arrecadou um total de R\$ 264.543.961.661,59 (FNDE, 2022).

Observamos que os propósitos descritos pelos gestores, como "Infraestrutura das escolas", "Avaliações estaduais", "Avaliações municipais", "Publicidade do município" e "Políticas de formação de professores", receberam apenas uma ou duas menções. Isso sugere que esses aspectos, embora importantes, podem se enquadrar nas seguintes categorias: a) não são prioridades imediatas; b) já estão contemplados em outras políticas, como o Fundeb; c) não são práticas sociais relevantes para os contextos municipais; e/ou d) enfrentam desafios específicos no uso de estatísticas para sua melhoria.

Por fim, algumas finalidades, como "comparabilidade entre municípios", auditorias diversas e planejamento pedagógico, não receberam nenhuma menção. Essa situação é interessante, pois as quantificações não estão sendo efetivamente aplicadas no ambiente escolar de onde se originaram inicialmente, como visto na seção anterior. Além disso, mostra que o foco em controle e auditoria de dados, tão prevalente na administração pública, não tem sensibilização ou não tem capacitação adequada para os gestores. Durante nosso trabalho de campo, percebemos que os aspectos de *accountability* dependiam menos da Secretaria de Educação e muito mais de outras áreas da gestão municipal, ou até mesmo do prefeito.

Como se observa, a maior parte do uso das quantificações está focada na obtenção de recursos. Em todos os 13 municípios, o objetivo principal é acessar mais verbas federais, especialmente considerando sua condição de hipossuficiência ou no contexto da alimentação escolar, como no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O Saeb também desempenha um papel significativo, sendo mencionado 13 vezes, o que destaca sua importância em comparação com as avaliações estaduais e municipais, cada uma com 3 (três) menções. Isso ressalta a influência predominante do governo federal na realidade municipal.

Em relação à comparabilidade com outros municípios, é interessante que se incentive o uso de estatísticas para promover melhores práticas na ação pública em localidades semelhantes, especialmente considerando que esses municípios estão

inseridos em uma Região Integrada. Nos Planos Municipais de Educação (PMEs), a noção de regionalidade é abordada de forma imprecisa, sem a devida atenção às quantificações necessárias.

Um exemplo dessa abordagem é evidenciado na proposta de Corumbá de Goiás, que menciona a criação de um fórum regional, incentivado pela Undime, até 2020, para discutir melhorias no ensino especial:

Por meio de incentivo da Undime, até 2020 a criação de fórum regional para discutir as melhorias no ensino especial (Corumbá De Goiás, 2015).

Outro destaque é a proposta de estabelecer "fóruns regionalizados de inclusão" para fortalecer a pesquisa e a prática, assegurando um atendimento especializado e eficaz.

4.3 - Fóruns regionalizados de inclusão para fortalecer a pesquisa e a prática assegurando um atendimento especializado e com êxito (Corumbá De Goiás, 2015).

Ou seja, há intenção dos municípios de fomentar a colaboração regional, mas carecem de estratégias mais específicas e quantificáveis que permitam uma avaliação clara dos avanços e desafios no contexto educacional.

Fotografia 10 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

Como se viu, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) destaca-se como o principal indicador, mencionado nove vezes, superando até mesmo o Fundeb nos resultados. Mas é importante observar outros aspectos. Na análise de conteúdo dos Planos Municipais de Educação (PME), o Ideb é parte integrante das estratégias de 15 municípios. É importante notar que, apesar de quase todos os PMEs analisados (13) preverem a possibilidade de indicadores ou avaliações municipais, nenhum outro indicador específico foi mencionado no levantamento.

Além do uso extensivo do Ideb, alguns municípios demonstraram a intenção de desenvolver métricas locais mais abrangentes para avaliar a qualidade educacional. Por exemplo, Barro Alto sugere a construção de um indicador baseado no desempenho dos alunos que também considere fatores como o perfil dos profissionais da educação, infraestrutura escolar, recursos pedagógicos, gestão escolar e outras dimensões relevantes, levando em conta as especificidades das diferentes modalidades de ensino:

Construir um indicador da qualidade educacional municipal com base no desempenho do alunado que considere o perfil do corpo de profissionais da educação, as condições de infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis, as características da gestão e outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino (Barro Alto, 2015).

Além disso, Mimoso de Goiás coloca como meta a definição de indicadores de qualidade e políticas de avaliação e supervisão para as instituições que atendem alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa iniciativa está prevista para o segundo ano de vigência do PME.

Definir, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Mimoso De Goiás, 2015).

Essas abordagens destacam a preocupação dos municípios em não apenas se alinhar aos parâmetros nacionais, mas também em desenvolver sistemas de

avaliação, e conseqüentemente, indicadores que reflitam melhor suas realidades locais e desafios específicos.

Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes (Barro Alto, 2015).

Fotografia 11 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

Os PME não são os únicos instrumentos para avaliar a ação pública. Contudo, os Planos são muito ricos em temas, são transdisciplinares, e muitos deles já estão disponíveis à gestão municipal. Ainda, sim, é importante visualizar as demandas que existem nos planos para entender idealmente as finalidades e os usos quantificados que se requer.

Os temas dos Planos Municipais de Educação (PME) concentram-se em diversas áreas fundamentais para o desenvolvimento educacional, visando à melhoria da qualidade da educação e à inclusão social. Aqui estão alguns temas abordados:

- a. Matrículas e Acesso à Educação: Expansão e universalização das matrículas na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA); Ampliação das matrículas em tempo integral.
- b. Qualidade do Ensino e Desempenho Estudantil: Alfabetização; Melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); Acompanhamento das taxas de aprovação, abandono e reprovação.
- c. Inclusão e Diversidade: Adequação da infraestrutura para pessoas com deficiência (PCD) e atendimento especializado (AAE); Valorização da história e cultura indígena e afro-brasileira; combate a preconceitos e discriminações de gênero e orientação.
- d. Formação e Valorização de Profissionais: Formação continuada e plano de carreira para docentes; Remuneração adequada e contratos de trabalho.
- e. Infraestrutura e Recursos: Melhoria da infraestrutura escolar, incluindo tecnologias da informação e comunicação (TICs); Recursos para transporte e alimentação escolar.
- f. Saúde, Cultura e Esporte: Promoção da saúde física e mental de docentes e alunos; incentivo a programas culturais e esportivos nas escolas.
- g. Gestão Democrática e Participação: Promoção da gestão democrática e participação da comunidade escolar; Integração com serviços de saúde, assistência social e justiça para apoio estudantil.

Esses temas refletem um enfoque abrangente e integrado na educação, buscando não apenas garantir o acesso à educação, mas também melhorar a qualidade do ensino e promover a inclusão social e a diversificação étnico-cultural:

Tabela 4 — Temas das metas e estratégias dos PME dos municípios elegíveis

Temas das metas e estratégias dos PME	Número de ocorrências
Dados de alfabetização	14
Matrículas EI	14
Matrículas EF	14
Matrículas EM	14
Matrículas em tempo integral	14
Taxa de aprovação	14
Taxa de abandono	14
Taxa de reprovação	14
Ideb	14
Dados de infraestrutura das escolas EI	14
Dados de adequação das escolas EI para PCD e AAE	14
Dados de TICs nas escolas	14
Dados integrados para PCD e AAE na saúde e assistência social	14
Dados de plano de carreira docente	14
Docentes que fazem atendimentos diferenciado (AAE, EJA, professor alfabetizador)	14
Dados de formação continuada de docentes	14
Dados de livros e materiais didáticos	14
Indicadores financeiros	14
Dados de esportes na escola	14
Matrículas EF - EJA	13
Matrículas EPT	13
Dados de distorção idade-série	13
Dados de correção/aceleração do fluxo escolar	13
Dados de espaços e profissionais de fora da escola que promovem a integração dos alunos (psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, psiquiatras e outros)	13
Dados de remuneração docente	13
Dados de recursos de transporte escolar	13
Dados integrados na saúde, assistência social e Poder Judiciário para busca ativa	13
Matrículas EM – EJA	12
Dados de gestão democrática	12
Dados de infraestrutura escolar em geral	12
Dados de cultura e lazer nas escolas	12
Dados da educação superior voltada ao município	12

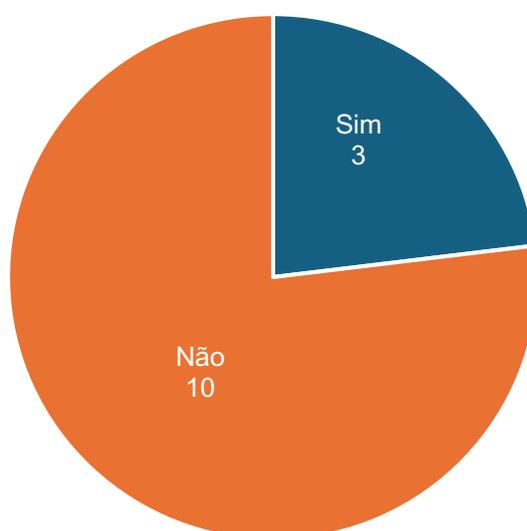
Temas das metas e estratégias dos PME	Número de ocorrências
Dados dos recursos da alimentação escolar	11
Dados sobre discriminação, violência e preconceitos sofridos nas escolas	11
Dados de população residente na zona rural	11
Dados sobre a participação de famílias na escola	11
Dados de beneficiários de programas sociais	10
Indicadores de nível socioeconômico das famílias	10
Dados de adequação de formação de docente	9
Dados do Fundeb	9
Dados do Saeb	9
Matrículas em estágios para EPT	8
Dados de currículos de história e cultura indígena e afro-brasileira	8
Dados do Enem	7
Dados de uso de substâncias psicoativas nas escolas	7
Dados de currículos para cultura de paz, ética, justiça, ECA e contra a violência nas escolas	7
Dados de saúde física, mental e moral dos docentes e medidas de melhoria de saúde profissional	6
Dados de programas de acompanhamento ou estágio do docente iniciante	6
Dados de educação sexual, gravidez precoce, preconceitos e discriminação de orientação e gênero	6
Dados de populações itinerantes	6
Dados de populações indígenas, quilombolas e outros grupos tradicionais	6
Dados de adequação de formação outros profissionais escolares	5
Dados de recursos para recursos direto na escola	5
Matrículas EPT fora da escola	4
Dados do Pisa	4
Dados dos tipos de contratos dos docentes	4
Dados de bibliotecas e de programas de leitura nas escolas	4
Média de alunos por turma	3
Dados dos recursos do PAR	3
Dados de populações em privação de liberdade	3
Dados de ações afirmativas nas escolas	3
Média de horas-aula diária	2
Dados do esforço docente	2
Dados de proficiência em outras avaliações de educação	2
Dados de escolarização de trabalhadores residentes no município	2
Dados de população LGBTQIAPN+	2
Dados de currículos voltados ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável	2
Dados de populações para promoção da língua em comunidades bilíngues ou multilíngues	2

Temas das metas e estratégias dos PME	Número de ocorrências
Dados de remuneração docente em comparação a outros profissionais	1
Dados de docentes que atuam em mais de um município ou por cessão	1
Dados de população em situação de rua	1
Dados de população negra	1

Fonte: A autora (2023).

Um aspecto importante relacionado ao uso ou desuso das quantificações é sua divulgação. Este tema está presente em todos os 15 Planos Municipais de Educação analisados, no contexto de acompanhamento e avaliação das ações. Durante a pesquisa, os participantes foram convidados a discutir essa questão com base na principal fonte de dados educacionais oficiais, o Censo Escolar. No entanto, apenas uma pequena parte dos gestores (3) afirma compartilhar os resultados de forma eficaz.

Figura 14 — Disseminação das estatísticas do Censo Escolar nos municípios elegíveis



Fonte: A autora (2023).

A disseminação de dados relacionados às estatísticas oficiais é de extrema importância, pois não apenas fundamenta a tomada de decisões informadas, mas também promove a transparência e a responsabilidade no governo. Essa necessidade surge da busca por fortalecer a relação entre a administração pública e a sociedade, ao disponibilizar informações sobre a gestão governamental de forma aberta e acessível. Isso não apenas proporciona aos cidadãos um maior acesso aos dados, mas também lhes oferece as ferramentas necessárias para que deixem de ser meros espectadores e se tornem participantes ativos no processo de ação pública (Silva; Monteiro; Reis, 2020).

A ausência de dados adequados ou a subnotificação de informações podem resultar em lacunas significativas na compreensão das realidades locais e na elaboração de políticas públicas eficazes. Durante as entrevistas realizadas, foi ouvido que a responsabilidade pela disseminação de informações era frequentemente atribuída ao Inep, segundo os gestores entrevistados. Muitos afirmavam que, se o Inep já havia publicizado os dados, não havia mais o que ser feito. Essa postura é lamentável, pois as informações, quando tratadas e disseminadas pelos próprios gestores, podem ser combinadas com outras fontes e contextualizadas de acordo com as necessidades e objetivos de cada gestão, agregando, assim, um valor significativo aos dados (Silva; Monteiro; Reis, 2020).

Ao promover uma cultura de responsabilidade compartilhada na disseminação de informações, os gestores não apenas ampliam o uso e a compreensão dos dados disponíveis, mas também fortalecem a participação cidadã e aprimoram a capacidade de diagnóstico e intervenção nas questões públicas. Portanto, é fundamental que os responsáveis pela gestão dos dados reconheçam seu papel e se engajem ativamente na divulgação das informações, criando uma sinergia que beneficie toda a sociedade.

A responsabilidade pela disseminação de dados recai principalmente sobre a própria Secretaria Municipal de Educação em 3 (três) casos, enquanto em 2 (dois) outros, empresas privadas que gerenciam o Sistema de Gestão Escolar (SIGE) desempenham esse papel. Os formatos de disseminação desses dados são variados: em 2 (duas) situações, são utilizados relatórios em texto e planilhas de dados, enquanto apenas um município opta por divulgar informações através de notícias no site oficial da Prefeitura.

Um ponto que nos chamou a atenção foi o fato de 3 (três) municípios considerarem como disseminação de estatísticas os relatórios gerenciais do Educacenso. No entanto, esses relatórios têm acesso restrito aos usuários internos, o que significa que não cumprem plenamente o papel de promover a transparência, a responsabilidade e a eficácia nas ações públicas. Portanto, não foram contabilizados como exemplos efetivos de disseminação de dados.

Para que a disseminação de dados cumpra seus objetivos de transparência e engajamento público, é crucial que as informações sejam acessíveis ao público em geral, permitindo que cidadãos e outras partes interessadas possam não apenas acessar, mas também compreender e utilizar esses dados para acompanhar e avaliar

as políticas educacionais. Isso requer formatos mais abertos e acessíveis, como portais online de fácil navegação, que facilitem o entendimento e o uso das informações por qualquer interessado.

Fotografia 12 — Secretaria Municipal de Educação



Fonte: A autora (2024).

É interessante observar que, nos Planos Municipais de Educação (PMEs), existe uma intrincada rede de atores sociais com os quais se busca estabelecer relações na educação municipal. Essa rede inclui a União, os estados, o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (Minc), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), instituições do

Sistema S, conselhos tutelares, outras secretarias municipais, entidades religiosas, ONGs, famílias e até a Polícia Militar.

Apesar dessa vasta rede de atores, não há indicadores quantitativos ou qualitativos adequados para monitorar essas interações ou avaliar a qualidade desses relacionamentos. Também não foram citados claramente, nas entrevistas, muitos desses atores, restando realmente só Câmara de vereadores, Conselhos educacionais (alimentação, Fundeb etc.), escolas, FNDE, Inep, MEC, outros municípios da Ride-DF, outros setores da Secretaria Municipal de Educação, pais/responsáveis, Prefeitura, Secretaria de Assistência Social, Secretarias Estaduais de Educação e Tribunais de Contas

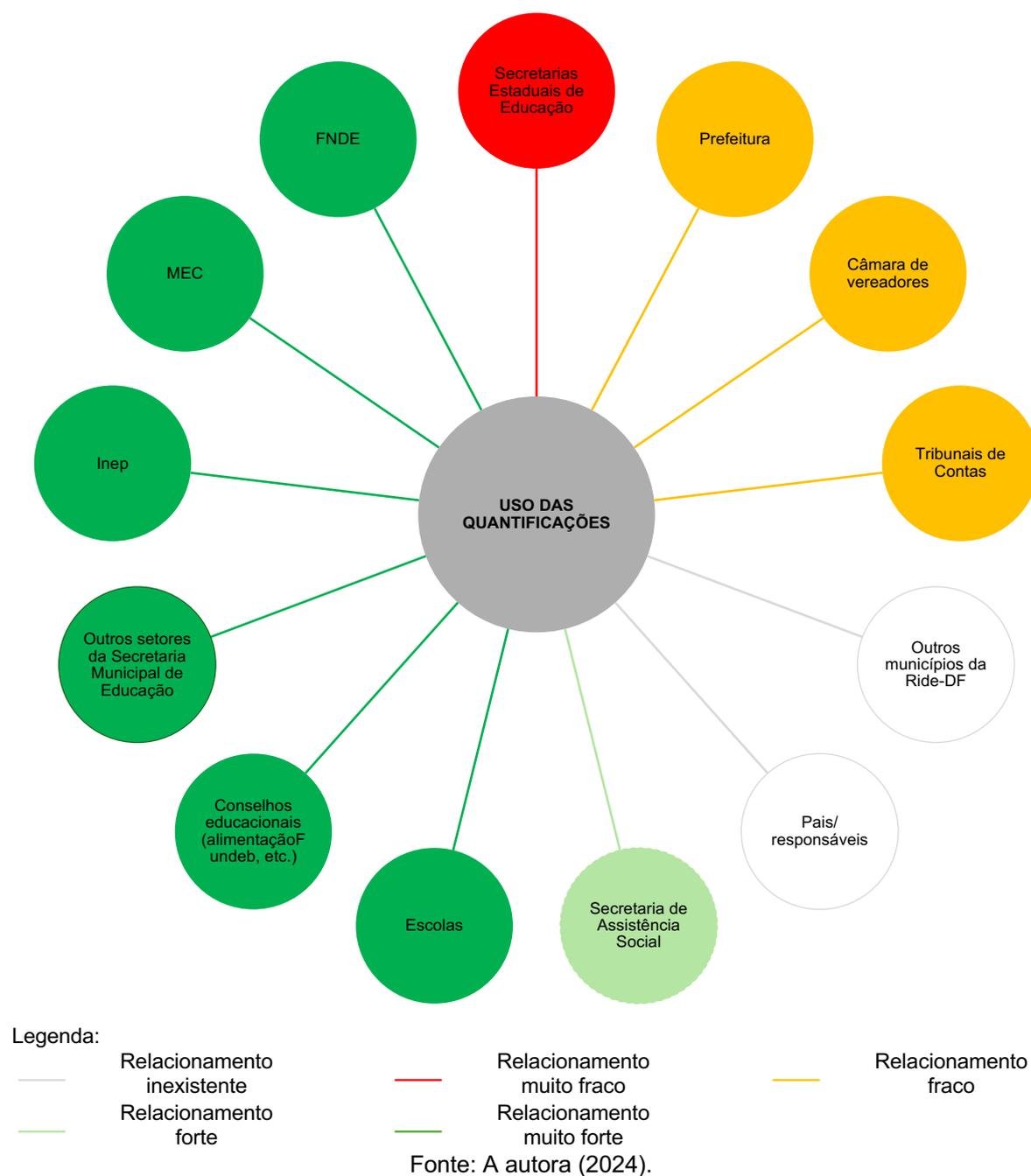
A implementação de tais indicadores seria um passo importante para promover a transparência e a efetividade dos esforços conjuntos entre os diversos atores e os municípios da Ride-DF. Isso permitiria uma avaliação holística sobre todas as colaborações que, de fato, estão em jogo no dia a dia das escolas, e ajudaria a direcionar ações que possam realmente fomentar melhorias no ensino municipal.

5.2.1 Interações sociais no uso das quantificações

A pesquisa resumiu as relações entre os atores usando uma escala de intensidade de interação, descrita da seguinte maneira:

- Inexistente: Não há interação alguma, sem comunicação ou colaboração entre os envolvidos, e sem tendências para relações positivas ou negativas.
- Muito fraco: Interação quase nula, com pouca ou nenhuma troca significativa de informações ou colaboração.
- Fraco: Interação em nível baixo, marcada por contatos esporádicos ou limitados, que não têm impacto significativo nas atividades ou resultados.
- Forte: Alto nível de interação, com comunicação frequente e colaboração que impactam positivamente as operações e decisões dos envolvidos.
- Muito forte: Interação constante e intensa, com cooperação estratégica e significativa, essencial para o sucesso compartilhado e a obtenção de resultados positivos.

Figura 15 — Interação dos atores no uso das quantificações.



Na análise nos municípios pesquisados, alguns atores se destacaram pelas seguintes características no uso quantitativo:

- a. Pais e responsáveis e outros municípios da Ride-DF (inexistente): Esses grupos foram considerados neutros e não foram mencionados de forma significativa na pesquisa.
- b. Secretaria Municipal de Educação (muito fraco): Esta secretaria utiliza as quantificações de forma intensa, principalmente para monitorar a distribuição de recursos federais, mas sua interação com outros atores é limitada.
- c. Prefeitura, Câmara de Vereadores e Tribunais de Contas (fraco): Esses órgãos apresentam uma interação fraca, com referências esporádicas aos dados, geralmente em discursos durante campanhas ou em resposta a questões de gestão.
- d. Secretaria de Assistência Social (forte): Classificada como um ator importante, esta secretaria faz uso relevante das informações disponíveis, embora a qualidade desses dados nem sempre seja alta.
- e. Inep, MEC e FNDE (muito forte): Estes órgãos mantêm um nível de interação muito forte, utilizando extensivamente os dados para desenvolver indicadores, sinopses, microdados, painéis e outras ferramentas que fundamentam diversas políticas públicas.
- f. Conselhos educacionais (muito forte): Esses conselhos operam de maneira significativa com quantificações prontas; no entanto, sua presença varia consideravelmente entre os municípios. Muitas vezes, sua atuação na pesquisa foi meramente discursiva, sem um impacto palpável nas atividades das Secretarias.
- g. Escolas e Secretarias Estaduais de Educação (muito forte): Esses atores desempenham um papel influente na produção estatística e continuam a ter uma interação significativa. Após a coleta de dados, seu uso é intenso, mas tende a ser pouco criativo. A apropriação dos dados municipais varia entre as escolas da rede, dependendo das ações dos gestores escolares.

5.3 Algumas conclusões sobre as interações sociais e as quantificações

Com base nas interações sociais ocorridas durante a criação e implementação das quantificações, bem como em seu uso subsequente, foi elaborada a tabela a seguir. Ela apresenta a intensidade dessas interações, destacando uma síntese focada na interação de maior graduação.

Quadro 12 — Síntese de interações

Atores	Criação e implementação das quantificações	Uso das quantificações	Síntese
Pais/ responsáveis	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Outros municípios da Ride-DF	Fraco	Inexistente	Fraco
Tribunais de Contas	Muito fraco	Fraco	Fraco
Câmara de vereadores	Inexistente	Fraco	Fraco
Prefeitura	Inexistente	Fraco	Fraco
Secretaria de Assistência Social	Forte	Forte	Forte
Secretarias Estaduais de Educação	Muito forte	Muito fraco	Muito forte
Inep	Forte	Muito forte	Muito forte
MEC	Forte	Muito forte	Muito forte
FNDE	Forte	Muito forte	Muito forte
Outros setores da Secretaria Municipal de Educação	Muito forte	Muito forte	Muito forte
Conselhos educacionais (alimentação, Fundeb etc.)	Muito fraco	Muito forte	Muito forte
Escolas	Muito forte	Muito forte	Muito forte

Fonte: A autora (2024).

Na análise das interações entre os atores sociais envolvidos na criação, implementação e uso das quantificações, observa-se uma variação significativa em termos de engajamento. Pais e responsáveis, por exemplo, não participaram de forma relevante em nenhuma das etapas, refletindo uma ausência total nos números que são produzidos a partir de suas famílias.

Outros municípios da RIDE-DF, juntamente com órgãos como os Tribunais de Contas, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura, demonstraram um nível fraco de participação tanto na elaboração quanto na aplicação das quantificações, indicando uma influência limitada no processo como um todo.

Em contrapartida, a Secretaria de Assistência Social destacou-se ao manter uma forte interação em ambas as etapas, o que reforça seu papel essencial na aplicação prática das quantificações, especialmente em políticas sociais direcionadas à comunidade.

As Secretarias Estaduais de Educação, o MEC, o Inep, o FNDE, outros setores da Secretaria Municipal de Educação, os Conselhos Educacionais e as Escolas apresentaram interações muito fortes. Esses atores não apenas contribuíram ativamente para a criação das quantificações, mas também fizeram uso extensivo delas, garantindo que as políticas educacionais fossem fundamentadas em dados concretos e aplicadas de forma eficaz.

Em suma, enquanto alguns atores se destacaram por sua intensa participação, outros mostraram-se aquém das expectativas. Isso ressalta a necessidade urgente de promover maior engajamento e colaboração entre todos os envolvidos, a fim de otimizar o uso das quantificações na educação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quantificação tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades, especialmente no Brasil, que presenciou avanços significativos nesse campo nas últimas décadas. As práticas de quantificação foram tanto influenciadas quanto influenciaram instituições e políticas, com estados, mercados e a ciência impulsionando processos que levaram a progressos tecnológicos e epistemológicos importantes (Diaz-Bone; Didier, 2016). Isso resultou em uma abundância de dados quantitativos que vão desde grandes agregados até detalhes específicos dos sistemas educacionais

A relação entre estatística e sociedade tem se tornado um tema central na sociologia (Desrosières, 1998). No contexto brasileiro, isso se manifesta fortemente nas políticas educacionais, onde a quantificação funciona como um paradigma global da "educação como investimento social". Entretanto, a pesquisa revela uma realidade complexa: muitas secretarias municipais de educação não utilizam plenamente os indicadores disponíveis, e há uma participação crítica deficitária de atores essenciais, como as famílias dos próprios estudantes.

Historicamente, a estatística não só descreve fenômenos, mas também os constrói, desempenhando uma função dupla: descritiva e prescritiva, o que gera efeitos de retroalimentação (Desrosières, 2014). Essa dualidade levanta questões sobre se os indicadores quantitativos são ferramentas de emancipação ou de opressão, especialmente em municípios pequenos, onde muitas vezes as quantificações são mais simbólicas do que práticas, acabando por invisibilizar suas reais necessidades frente ao governo federal.

Hacking (2000) explora como as classificações estatísticas influenciam comportamentos e transformam indivíduos. Contudo, secretarias municipais de educação (SEMEDs), assim como outras organizações locais, são moldadas por discursos diversos, conhecimentos e práticas que frequentemente colidem ou coabitam de forma desconfortável com o nível nacional ou global. Esses discursos fornecem vocabulário para práticas organizacionais efetivas, e são particularmente visíveis em momentos críticos. Entretanto, passados os parâmetros dos discursos oficiais, os indicadores frequentemente se desalinham com a prática e o senso comum dos municípios pequenos.

As práticas e técnicas de quantificação, que pretendem tornar as gestões municipais mais transparentes e responsáveis, paradoxalmente promovem a opacidade e a manipulação de representações, criando diferenças significativas entre certos significantes e seus significados (Ball, 2006).

Assim, no contexto de municípios de baixa densidade, o sucesso das quantificações precisa ser abordado com cuidado. Tais tecnologias de governança podem se tornar autorreferenciais, performáticas, frequentemente desconectadas das práticas que deveriam ou poderiam representar e elucidar. Stephen J. Ball esclarece que é fundamental que políticas sejam vistas como representações codificadas de maneira complexa, através de lutas, de compromissos, de interpretações públicas e de reinterpretações. Elas são decodificadas através das interpretações dos atores em relação a suas experiências e contextos (Ball, 1993), mas percebe-se um nítido esvaziamento desses significantes e significados no contexto dos municípios de baixa densidade educacional.

Gestores públicos enfrentam desafios ao tentar alinhar a lógica quantitativa com as suas interpretações pessoais ou com as realidades locais, resultando em métodos que não dialogam efetivamente com os desafios específicos. A governança por indicadores através de quantificações desafia gestores a equilibrar políticas nacionais com as necessidades locais. Indicadores padronizados oferecem uma sensação de objetividade e justiça, mas requerem discricionariedade e entendimento para serem efetivos. A padronização numérica pode negligenciar aspectos qualitativos cruciais, levando a consequências indesejadas (Espeland; Yung, 2019).

Para capturar melhor as nuances em municípios de baixa densidade, recomenda-se a aplicação de pesquisas interdisciplinares que observem regularmente as dinâmicas de poder local e fatores culturais. Só poucos sentidos qualitativos sobre construção de questionários, por exemplo, não bastam. Aprimorar as quantificações e incorporar sentidos políticos relevantes para gestão educacional dependem de uma visão holística sobre os números e seus impactos. Compreender o "ciclo de políticas" proposto por Ball (2005) é vital para analisar as quantificações, diferenciando entre textos e discursos, e destacando os limites e as possibilidades de interpretação dos números a partir de cada perspectiva.

Essas iniciativas são cruciais para desenvolver métodos mais adequados aos contextos locais, desafiando paradigmas existentes e incentivando inovações na governança educacional. Esse esforço pode fomentar mudanças culturais substanciais, especialmente em comunidades do Sul Global, redesenhando interações sociais essenciais na educação (Rincón-Gallardo, 2020).

Para finalizar, retomamos os eixos teórico-argumentativos abordados no início da tese, que fundamentaram as conclusões e as recomendações apresentadas.

6.1 Para que as estatísticas cheguem ao território nacional da mesma maneira

Concluimos este estudo com reflexões que respondem aos objetivos específicos estabelecidos inicialmente. Para enfrentar a desigualdade na distribuição e utilização das estatísticas educacionais em todo o território nacional, especialmente em municípios de baixa densidade educacional, é urgente implementar capacitações regulares e homogêneas. Essas capacitações devem ser práticas, com abordagens hands-on, já que tutoriais em vídeo ou documentos não são suficientes para suprir as necessidades destas áreas.

Além disso, assegurar que as estatísticas cheguem de forma equitativa ao território significa reconhecer que a deficiência não se limita à falta de capacitação em termos do Censo Escolar para os técnicos da SEMED. Também observamos uma lacuna no conhecimento sobre estatística e gestão educacional, que precisa ser abordada para superar a dicotomia entre a produção e o uso de dados em municípios com recursos administrativos limitados.

Desde o início desta investigação, entendemos ser imperativo instituir meios de comunicação e reorganizações territoriais das atribuições das SEDUC para que os atendimentos das regionais sejam uniformes, especialmente nos municípios menores e mais distantes. Idealmente, os meios de comunicação deveriam ser mais institucionalizados, evitando depender excessivamente de redes sociais, que não são igualmente acessíveis para todas as gerações.

A falta de interação entre os municípios da Ride-DF, que poderiam se beneficiar de apoio mútuo, necessita ser abordada com a criação de espaços de diálogo mais eficazes, onde políticas públicas possam ser discutidas diretamente. A colaboração

entre esses municípios é favorecida por realidades locais semelhantes que, quando trabalhadas em conjunto, podem promover uma abordagem municipal mais integrada e eficaz ao usar indicadores.

No campo tecnológico, não podemos ignorar os benefícios que os sistemas informatizados de gestão escolar oferecem aos municípios estudados. Esses sistemas não devem servir apenas para a geração de mais dados, mas para organizar de maneira eficaz as informações administrativas, especialmente em locais com poucos técnicos de educação.

Da mesma forma, a partilha e análise de dados poderiam ser aprimoradas por meio de colaboração entre municípios mais e menos capacitados, inclusive dentro da própria Ride-DF. Capacitações oferecidas pelo Inep diretamente aos municípios, e não limitadas aos estados ou capitais, seriam uma grande vantagem.

Quanto à organização das secretarias nos municípios analisados, a confusão de funções entre diferentes áreas administrativas prejudica a produção e disseminação de dados estatísticos. Melhorar a organização de responsabilidades é crucial, especialmente quando essas tarefas estão concentradas em poucas pessoas.

Finalmente, o estudo revela uma interação insuficiente dos participantes com conselhos como o Fundeb ou programas de alimentação escolar. O mesmo padrão é visto nas associações de pais e responsáveis, que poderiam desempenhar um papel crucial na produção e uso inteligente dos dados estatísticos, compartilhando responsabilidades com a SEMED. Fortalecer a participação desses atores sociais é, portanto, essencial.

6.2 Para que as estatísticas façam a diferença nos municípios

Discutir o Censo Escolar é sempre bem-vindo durante as visitas realizadas, pois há uma expectativa positiva associada à ideia de que ele é "de onde vem o dinheiro". Este entendimento reflete o reconhecimento de que o Censo é um componente vital no cenário educacional, servindo não apenas como uma fonte de financiamento, mas como um alicerce essencial para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas. No entanto, essa percepção também pode empobrecer a compreensão mais ampla de que as quantificações são ferramentas

cruciais para o aprimoramento da governança e, em última instância, para a melhoria da qualidade de vida de toda a população.

Observa-se que, apesar de as estatísticas educacionais serem essenciais, o entendimento geral sobre suas regras e práticas ainda é limitado dentro dos municípios. Essa limitação é agravada pelo contato restrito das secretarias municipais com o Poder Legislativo e Judiciário, o que enfraquece a capacidade do Poder Executivo de utilizar adequadamente os dados disponíveis. Portanto, é necessário promover um diálogo eficaz e contínuo que permita que os números não apenas estejam mais próximos da gestão municipal, mas que sejam integrados de forma inteligente e útil em todo o processo decisório.

Superar a dicotomia entre a proximidade dos números na gestão municipal e a compreensão de seus propósitos e métodos é vital. As parcerias entre municípios têm o potencial de superar as contraposições nas percepções sobre quantificações. Atualmente, a lógica administrativa dos municípios menores parece subvalorizada. Dessa forma, os usos ou a interpretação dos dados educacionais devem transcender uma visão meramente técnica e tecnológica, avançando para uma perspectiva que promova melhorias nas condições educacionais entre localidades semelhantes.

Enquanto se constata que o trabalho de fazer estatísticas é monumental, envolvendo ativamente muitas escolas, ironicamente são elas que não costumam se beneficiar diretamente do uso das informações que ajudam a gerar. Para corrigir essa dicotomia, é fundamental reconhecer o esforço significativo das escolas e assegurar que essa contribuição se traduza em medidas mais eficientes no cotidiano escolar, permitindo que, desde a base, decisões informadas melhorem o ambiente educacional. Essa integração efetiva não apenas valoriza o trabalho realizado, mas também promove um ciclo de *feedback* positivo, onde dados robustos são utilizados para beneficiar todos os atores envolvidos, desde os gestores até os alunos, estruturando um sistema educacional mais equitativo e eficaz.

6.3 Para que as estatísticas participem de uma construção e uma ética de Estado

O uso e a elaboração de dados estatísticos nos municípios estudados são fortemente condicionados pelos programas federais. Essas estatísticas muitas vezes não servem para criar políticas públicas realmente adaptadas às necessidades locais, mas para perpetuar políticas padronizadas, que pouco diferem das já existentes. Tal homogeneização é evidente nos Planos Municipais de Educação (PME), frequentemente semelhantes, sugerindo que poderiam ter se originado de um único documento mestre. Embora essa percepção contenha alguma verdade, é essencial reconhecer que a lógica "top-down" — políticas de cima para baixo —, impulsionada por quantificações nacionais padronizadas, pode limitar a autonomia dos entes federados, empobrecendo visões e soluções locais.

Embora os municípios frequentemente manifestem apreço pelo Inep e pelas políticas dos órgãos vinculados ao MEC, essa aceitação possui nuances significativas. Esses órgãos frequentemente não são vistos como agentes transformadores capazes de impactar positivamente as realidades locais; ao contrário, são percebidos principalmente como cobradores e financiadores, reforçando uma visão centralizadora e restritiva do Estado.

Para uma mudança efetiva, é crucial adaptar políticas e indicadores para que reflitam as especificidades e necessidades de cada localidade. Isso inclui fomentar maior participação local no desenvolvimento de políticas, promovendo estratégias que valorizem diversidade e estimulem soluções inovadoras e criativas, capazes de gerar impactos positivos e duradouros em cada município. Dessa forma, os dados se tornam ferramentas poderosas de empoderamento e transformação, refletindo e respeitando a realidade única de cada comunidade.

É fundamental considerar políticas e indicadores que transcendam uma matriz estritamente quantitativa, sem comprometer a credibilidade técnica dos dados. O foco quase exclusivo das políticas públicas em operações de quantificação pode obscurecer realidades sociais complexas, reduzindo-as a meras coletas de dados numéricos. A utilização acrítica de quantificações pode simplificar excessivamente fenômenos sociais, resultando em políticas públicas que não refletem a diversidade e complexidade das experiências humanas. Portanto, é essencial uma abordagem que

valorize também índices qualitativos e contextuais, permitindo uma compreensão mais holística das dinâmicas sociais.

Ao incorporar medidas que busquem equilibrar os aspectos quantitativos e qualitativos, podemos promover políticas públicas mais justas e efetivas, que considerem a riqueza das experiências locais e sua contribuição única para o cenário nacional. A necessidade de índices menos quantitativos é uma questão ética que envolve a crítica das práticas estatais e a busca por uma representação mais justa e precisa das realidades sociais.

6.4 Perspectivas futuras

Embora a pesquisa tenha se concentrado em municípios de baixa densidade populacional da Ride-DF, suas conclusões possuem uma validade externa e são aplicáveis a outros contextos. Dada a natureza predominante desses municípios no Brasil, é possível generalizar os resultados deste estudo para além do contexto específico no qual foi realizado, oferecendo *insights* valiosos para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes em todo o país.

A realização de uma pesquisa iniciada durante a pandemia de Covid-19, apesar das limitações nas interações diretas com os municípios, abriu espaço para o desenvolvimento de métodos e técnicas de pesquisa mais criativos e integrados. A triangulação, nesse contexto, foi fundamental para que a organização do trabalho fosse mais elaborada e permitisse a coleta de dados mais rica e diversificada, explorando diferentes perspectivas e fontes de informação.

Identificar os desafios apresentados neste trabalho nos leva a considerar alternativas viáveis para o futuro das políticas educacionais e da gestão de dados a nível municipal. O potencial aplicado desta pesquisa em nível nacional é significativo, destacando a importância de iniciativas coordenadas para auxiliar o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em suas estratégias. Para isso, é essencial que continuem a ocorrer pesquisas interdisciplinares e qualitativas que possam enriquecer e complementar os dados estatísticos tradicionais.

Sendo uma pesquisa aplicada, este conhecimento visa promover mudanças ou melhorias em situações reais, o que é particularmente relevante em áreas que exigem reflexividade na autoria. A aplicação prática dos resultados da tese tem um potencial impacto significativo na sociedade, pois sugere melhorias e inovações que podem efetivamente transformar a realidade educacional e administrativa dos municípios estudados.

É crucial que o Inep e outras agências de produção estatística desenvolvam metodologias de pesquisa adaptadas, voltadas para uma aplicação que reflita autenticamente a realidade dos municípios de baixa densidade populacional. Essas novas abordagens devem superar a mera quantificação, buscando capturar nuances qualitativas essenciais, como práticas culturais específicas e complexidades locais

que impactam diretamente os resultados educacionais. Ajustes metodológicos desse tipo não só enriqueceriam a coleta de dados, mas também proporcionariam insights profundos e relevantes para todo o território nacional.

A capacitação e o incremento de recursos humanos são fundamentais para as agências nacionais e secretarias locais. As formações oferecidas devem incluir práticas *hands-on* para técnicos municipais e educadores, com foco em estatística, gestão educacional e ciências sociais. Esse modelo colaborativo e personalizado busca suprir a carência de profissionais especializados, promovendo uma administração pública mais eficaz e adaptada às realidades locais. Ao expandir essas iniciativas para outras regiões, seria possível criar uma rede de profissionais bem treinados em todo o Brasil, melhorando a qualidade geral da educação.

Para enfrentar disparidades nos níveis de integração nacional, seria benéfico criar espaços de intercâmbio entre as cidades da Ride-DF. Além de fomentar a cooperação privada, essas plataformas poderiam incentivar a troca de experiências e recursos, possibilitando a adoção de práticas e soluções compatíveis entre municípios com desafios semelhantes. A criação de um fórum regional serviria como espaço seguro para debates e colaborações, fortalecendo a resolução conjunta de problemas e adaptando estratégias eficazes a diferentes contextos municipais.

No âmbito tecnológico, é fundamental fomentar soluções centrais com suporte local para o desenvolvimento e adoção de sistemas informatizados para gestão escolar e uso eficaz de indicadores. Contudo, é crucial garantir que tais tecnologias respeitem a complexidade dos diversos tipos de municípios, especialmente aqueles com baixa densidade populacional, assegurando um impacto prático significativo na gestão local. Essa abordagem não só melhoraria a eficiência administrativa, mas também promoveria a equidade educacional, garantindo que todas as regiões tenham acesso a ferramentas de gestão avançadas.

É necessário criar espaços que, além de incentivarem o engajamento em políticas específicas como o Fundeb, também promovam o envolvimento comunitário nas práticas de quantificação. Envolver atores sociais que costumam estar à margem dos processos de coleta e uso de dados, como associações de pais e conselhos educacionais, poderia enriquecer o debate sobre a produção e aplicação das estatísticas, assegurando uma construção mais participativa das políticas locais. Essa

inclusão ampliaria a legitimidade das políticas públicas e incentivaria um maior comprometimento de todos os envolvidos no processo educacional.

Considerando a sobreposição de tarefas nas gestões locais, é importante reavaliar as estruturas organizacionais municipais. Melhorar a clareza nas responsabilidades e nos fluxos de trabalho é essencial para garantir uma produção e disseminação eficaz de dados, facilitando políticas públicas eficientes e transparentes. Com estruturas mais claras e organizadas, os municípios poderiam aprimorar a qualidade e precisão dos dados coletados, fortalecendo a tomada de decisões baseadas em evidências.

Repensar a relação entre o Estado e os municípios é essencial para garantir um equilíbrio adequado entre abordagens top-down e bottom-up. O foco atual nas capitais impede que o nível central aproveite plenamente as potencialidades locais. Promover novos relacionamentos com os municípios pode aumentar sua autonomia e permitir que as políticas educacionais se adaptem melhor às necessidades específicas. Essa reavaliação dos vínculos poderia fortalecer a capacidade dos municípios de desenvolver e implementar soluções que realmente refletissem suas realidades únicas.

Por fim, é necessário reavaliar o papel dos produtores nacionais, como o Inep, para que essas agências atuem como forças motrizes de transformação positiva. Elas precisam ser mais flexíveis e receptivas às diversas realidades dos 5.570 municípios brasileiros, ajudando a construir um sistema educacional mais equitativo e eficaz. Tornando-se catalisadoras de inovação e adaptabilidade, essas instituições poderiam liderar um movimento em direção a uma educação de qualidade para todos, adequada às características e desafios de cada localidade.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Reforma do Estado no Federalismo Brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 401-420, Mar-Abr 2005. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/abrucio_-_reforma_doestado_no_federalismo_brasileiroa_situacao_das_administracoes_publicas_estaduais.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória Recente da Gestão Pública Brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe, p. 67-86, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000700005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 dez. 2020.

ABRUCIO, Fernando Luiz; FILIPPIM, Eliane Salete; DIEGUEZ, Rodrigo Chaloub. Inovação na cooperação intermunicipal no Brasil: a experiência da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) na construção de consórcios públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 6. 1543–1568 p, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600010>. Acesso em: 28 out. 2024.

AKKARI, Abdeljalil (Org.); MALEQ, Kathrine (Org.). **Global Citizenship Education: Critical and International Perspectives**. Springer, 2020.

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. Plano Municipal de Educação nº 2015-2025: Alto Paraíso de Goiás, 2015. Disponível em: https://goias.go.gov.br/publicacoes/leis/PME_Goi%C3%A1s_Lei_e_Planox.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

ALTO PARAÍSO DE GOIÁS. **Plano Municipal de Educação**: 2015-2025. Alto Paraíso de Goiás, 2015. Disponível em: https://goias.go.gov.br/publicacoes/leis/PME_Goi%C3%A1s_Lei_e_Planox.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

ALVES, Maria Railma; AMORIM, Mônica Maria Teixeira; SOUZA, Aneuzimira Caldeira. Classificação racial no censo escolar da educação básica e o problema da “não declaração”. **Kwanissa Revista De Estudos Africanos E Afro-Brasileiros**, v. 5, n. 12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n12.2022.3>. Acesso em: 13 set. 2024.

ALVORADA DO NORTE. **Plano Municipal de Educação**: 2015-2025. Alvorada do Norte, 2015. Disponível em:

https://acessoainformacao.alvoradadonorte.go.gov.br/cidadao/outras_informacoes/plano_municipal_educacao. Acesso em: 15 dez. 2023.

ARAÚJO, Maria Angélica Vasconcelos de. As Instituições Nacionais de Estatísticas e os Estaticistas: um profissional peculiar ao Estado. *In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA*, n. X. 2005. Anais eletrônicos [...] Santiago, Chile, 2005, p. 1-19. Disponível em:

<https://cladista.clad.org/bitstream/handle/123456789/3936/0053302.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 dez. 2020.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; FERNANDES, Antonio Sergio Araújo; COELHO, Denilson Bandeira. Does Metropolitan Area Management Matter in Brazil? **disP - The Planning Review**, v. 52, n. 2, p. 17-25, 2016. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02513625.2016.1195578>. Acesso em: 26 jan. 2021.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Os Desafios da Governança Interfederativa. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, n. IX. 2014. Anais eletrônicos [...] Brasília, 2014, p. 1-22. Disponível em:

<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/desafios-governanca-interfederativa-531.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

ARRETCHE, Marta T. S. Continuidades e Descontinuidades da Federação Brasileira: de como 1988 facilitou 1995. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 377-423, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/dados/v52n2/v52n2a04.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2020.

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 111-141, Jun 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

BALL, Stephen J.. **Education Policy and Social Class: The Selected Works of Stephen J. Ball**. Routledge, v. 3, f. 154, 2005. 308 p.

BALL, Stephen J.. Good School/Bad School: paradox and fabrication. **British Journal of Sociology of Education**, v. 18, n. 3, p. 317-336, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0142569970180301>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BALL, Stephen J. WHAT IS POLICY? TEXTS, TRAJECTORIES AND TOOLBOXES. **Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education**, v. 13, n. 2, p. 10-17,

1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0159630930130203>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 281 p.

BARRO ALTO. **Plano Municipal de Educação: 2015-2025**. Barro Alto, 2015.

Disponível em:

https://acessoainformacao.barroalto.go.gov.br/cidadao/outras_informacoes/plano_municipal_educacao. Acesso em: 18 dez. 2023.

BASSO, Flávia Viana; FERREIRA, Rodrigo Rezende; OLIVEIRA, Adolfo Samuel de. Uso das avaliações de larga escala na formulação de políticas públicas educacionais. **Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, v. 30, n. 115, p. 501-519, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902436>. Acesso em: 31 out. 2024.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez. As práticas curriculares em Matemática que se produzem pelo governo do IDEB. **Horizontes**, Itatiba, v. 30, n. 2, p. 19-30, jul.-dez. 2012. Disponível em:

[http://lyceumononline.usf.edu.br/webp/portalUSF/revistas/horizontes/v30-n2-2012/uploadAddress/revistahorizontes_vol30_02_artigo02 \[1\]\[19593\].pdf](http://lyceumononline.usf.edu.br/webp/portalUSF/revistas/horizontes/v30-n2-2012/uploadAddress/revistahorizontes_vol30_02_artigo02 [1][19593].pdf). Acesso em: 26 jan. 2021.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez; TRAVERSINI, Clarice Salette. Saber Estatístico e sua Curricularização para o Governo de Todos e de Cada Um. **Bolema**, Rio Claro, v. 24, n. 40, p. 855-871, Dez. 2011. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/3774/4174>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BERGER, Roni. Now I see it, now I don't: researcher's position and reflexivity in qualitative research. **Qualitative Research**, v. 15, n. 12, p. 219-234, 2013.

Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468794112468475>. Acesso em: 26 out. 2024.

BERMAN, Elizabeth Popp; HIRSCHMAN, Daniel. The Sociology of Quantification: where are we now?. **Contemporary Sociology**, v. 47, n. 3, p. 257-266, 2018.

Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094306118767649?journalCode=csxa>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **El sociólogo y el historiador**. Madrid: Abada Editores, 2011.

BRAGA, Daniel Santos; MIRANDA, Cecília Coutinho de. Escolas invisibilizadas: desigualdades nas condições de oferta e limites dos instrumentos de políticas públicas. **Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, v. 31, n. 120. e0233515 p, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362023003103515>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 04 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de outubro de 1988, ano 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Decreto n. 7.469, de 03 de maio de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de maio de 2011, ano 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7469.htm#art12. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Decreto n. 7.469, de 03 de maio de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 de maio de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7469.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.469%2C%20DE%204%20DE%20MAIO%20DE%202011.&text=Regulamenta%20a%20Lei%20Complementar%20n%C2%BA,do%20Entorno%20do%20Distrito%20Federal. Acesso em: 17 dez. 2023.

BRASIL. Inep. Portaria n. 181, de 14 de maio de 2024. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, 21 de maio de 2024, ano 2024, p. 102. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-181-de-15-de-maio-de-2024-560769498>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de novembro de 2011, ano 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. Lei n. 14.040, de 17 de agosto de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de agosto de 2020, ano 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm#:~:text=L14040&text=Estabelece%20normas%20educacionais%20excepcionais%20a,16%20de%20junho%20de%202009. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 19 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996, ano 1996. Disponível em:

https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/19339/ldb_14ed.pdf?sequence=55&isAllowed=y. Acesso em: 3 dez. 2020.

BRASIL. MEC/CNE. Resolução CNE/CP n. 2, de 09 de dezembro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de dezembro de 2020, ano 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167141-rcp002-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 jan. 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde declara fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pela Covid-19**. Ministério da Saúde. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-nacional-pela-covid-19>. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 6.317, de 19 de dezembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de dezembro de 2007, ano 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6317.htm#art5. Acesso em: 14 out. 2020.

BRASLAVSKY, Cecilia. Reflexiones Acerca de los Discursos y las Prácticas en las Políticas Educativas. *In*: FRIGERIO, Graciela (Org.); POGGI, Margarita (Org.); GIANNONI, Mario (Org.). **Políticas, Instituciones y Actores en Educación**. 2000, p. 41-52.

BRASLAVSKY, Cecilia; COSSE, Gustavo. Las Actuales Reformas Educativas en América Latina: Cuatro actores, tres lógicas y ocho tensiones. **REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 4, n. 2e, p. 1-26, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1984515>. Acesso em: 2 dez. 2020.

BRERO, José Guilherme Degásperi; RONDINI, Carina. Subnotificação censitária de estudantes com altas habilidades/superdotados 2020: desorganização ou descaso? **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 476-486, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2022.65416>. Acesso em: 13 set. 2024.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Quando o Estado mata: desafios para medir os crimes contra a vida de autoria de policiais. **Sociologias**. Porto Alegre, p. 154-183, 2021. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/15174522-109780>. Acesso em: 1 ago. 2024.

BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. **The Foucault Effect: Studies in Governmentality: with Two Lectures by and an Interview with Michel Foucault**. Chicago Press, 1991.

CABECEIRA GRANDE. **Plano Municipal de Educação**: 2015-2025. Cabeceira Grande, 2015. Disponível em:

<https://www.cabeceiragrande.mg.gov.br/publicacoes/uploads/anexos/89358d516d9b69bc9af458dc5d876804.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CABECEIRAS. **Plano Municipal de Educação**: 2015-2024. Cabeceiras, 2015. Disponível em:

https://acessoainformacao.cabeceiras.go.gov.br/outras_informacoes/planomunicipal/id=26. Acesso em: 15 dez. 2023.

CALDEIRA-MACHADO, Sandra Maria; BICCAS, Maurilane de Souza; FILHO, Luciano Mendes de Faria. Estatísticas Educacionais e Processo de Escolarização no Brasil: implicações. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 2, p. 639-658, Jul-Dez 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/25031>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Estatística, Cartografia e suas Interseções Tecnopolíticas: Um Outro Olhar sobre a Construção do Espaço Nacional. **Dados**, v. 68, n. 1. e20220220 p, Abr 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.1.349>. Acesso em: 27 out. 2024.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Povoar o Hinterland: o ensino rural como fronteira entre estatística e educação na trajetória de Teixeira de Freitas. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, p. 97-132, Mai.-Ago. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38531>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo campo de investigação. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 903-925, Dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 dez. 2020.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio; LIMA, Renato Sérgio de; HIRATA, Daniel Veloso. Quantificação, Estado e participação social: potenciais heurísticos de um campo emergente. **Sociologias**, v. 23, n. 56, p. 20-40, Jan-Abr 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-113100>. Acesso em: 27 out. 2024.

CAMPOS, Maria Malta. Para Que Serve a Pesquisa em Educação? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 13, n. 148, p. 269-283, Jan.-Abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 dez. 2020.

CAMPOS, Rosânia. As Indicações dos Organismos Internacionais para as Políticas Nacionais de Educação Infantil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 195-209, Jan.-Mar. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/53051/57103>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CAPISTRANO, Daniel Jaime *et al.* Produção de Estatísticas Educacionais em Perspectiva Comparada. **Estatística e Sociedade**, n. 4, p. 46-66, Abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade/article/view/48639>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CARD, Noel A. **Applied Meta-Analysis for Social Science Research**. New York: Guilford Publications, 2012. 402 p. (Methodology in the Social Sciences).

CARNEIRO, Cintia Maria Moraes; SOUZA, Mariluce Karla Bomfim de. COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL NA PERCEPÇÃO DE GESTORES DE SAÚDE. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 40, n. 3, p. 754-771, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2016.v40.n3.a1973>. Acesso em: 28 out. 2024.

CARRASQUEIRA, Karina *et al.* Políticas de Responsabilização Escolar: um estudo exploratório sobre as estratégias de instâncias intermediárias na rede municipal do Rio de Janeiro. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 9, n. 17 e 18, p. 75-89, Jan.-Jun. e Ago.-Dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/41299>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Avaliação Escolar, Gênero e Raça**. 1 ed. Papyrus Editora, 2009. 182 p.

CARVALHO, Marília Pinto de. Estatísticas de Desempenho Escolar: o lado avesso. **Educação & Sociedade**, v. Ano XXII, n. 77, p. 231-252, Dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7052.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CARVALHO, Marília. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira De Educação**, n. 28. 77-95 p, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100007>. Acesso em: 27 out. 2024.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Tradução de: El Vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores.

CATANI, Denice Barbara (Org.); GATTI JÚNIOR, Décio (Org.). **O que a escola faz?**: Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: EDUFU, v. 7, 2019. 404 p. (Série novas investigações).

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. **Federalismo e Financiamento da Educação Básica no Brasil**: a assistência técnica e financeira da União aos entes federados subnacionais. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019. 353 p.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. Modelo Federativo Brasileiro e suas Implicações no Campo das Políticas Educacionais. *In*: CONGRESSO IBERO AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, n. III. 2012. Anais eletrônicos [...] Zaragoza: Anpae, 2012, p. 1-14. Disponível em: https://anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/CacildaRodriguesCavalcanti_res_int_GT7.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Martha Ferreira Santos. Avaliação, informação e responsabilização no setor público. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, Jul.-Ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000400005. Acesso em: 25 jan. 2021.

CERDEIRA, Diana Gomes da Silva *et al.* Conhecimento e Uso de Indicadores Educacionais no Município do Rio de Janeiro. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 926-968, Set.-Dez. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ea/article/view/4104>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CERVI, Emerson Urizzi. Métodos Quantitativos nas Ciências Sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativistas. *In*: BOURGUIGNON, Jussara Ayres (Org.). **Pesquisa Social**: reflexões teóricas e metodológicas. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009, p. 125-143. Disponível em: <http://ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000064.pdf#page=126>. Acesso em: 2 dez. 2020.

CNS. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução, 7 abr. 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_510_-_2016_-_Cincias_Humanas_e_Sociais.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

CODEPLAN. **Mapa da RIDE**. CODEPLAN. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Mapa-Ride-atualizado-com-novos-munic%C3%ADpios-e-dist%C3%A2ncias.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, Sérgio Luis da. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO (CBGDP). 2011. 8 ed. Anais eletrônicos [...] Porto Alegre, 2011, p. 1-12. Disponível em: <https://igdp.org.br/site/wp-content/uploads/Anais-do-Evento-1.zip>. Acesso em: 14 out. 2020.

COOPER, Harris; HEDGES, Larry V; VALENTINE, Jeffret C. **The Handbook of Research Synthesis and Meta-Analysis**. 3 ed. New York: Russell Sage Foundation, 2019. 567 p.

CORADINI, Odaci Luiz. Titulação Escolar, Classificações Ocupacionais e Importação Cultural. **Propuesta Educativa**, Buenos Aires, v. 2, n. 40, p. 32-47, Nov. 2013. Flacso Argentina. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=403041711004>. Acesso em: 30 nov. 2020.

CORUMBÁ DE GOIÁS. **Plano Municipal de Educação: 2015-2025**. Corumbá de Goiás, 2015. Disponível em: Corumbá de Goiás. Acesso em: 15 dez. 2023.

COSTA, Arthur Trindade M.; LIMA, Renato Sérgio de. Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, p. 81-106. 2017. Disponível em: DOI: 10.17666/bib8403/2018. Acesso em: 8 ago. 2024.

CRUZ, Danilo Bandeira dos Santos. **O processo de transformismo da Undime na definição de políticas educacionais no Brasil**: uma análise de seu movimento histórico e de sua conversão em canal de acesso ao fundo público pelo capital. Florianópolis, v. 1, 2024. 594 p Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254220>. Acesso em: 30 out. 2024.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo; FARAH, Martha Ferreira Santos; SUGIYAMA, Natasha Borges. Normatizações Federais e a Oferta de Matrículas em Creches no Brasil. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 59, p. 202-241, Set.-Dez. 2014. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3037>. Acesso em: 3 dez. 2020.

CUNHA, Célio da *et al.* **O Sistema Nacional de Educação**: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Brasília: MEC/SASE, 2014. 220 p. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/livro_pioneiros_final.pdf#page=43. Acesso em: 4 dez. 2020.

CURTIS, Bruce. Foucault on Governmentality and Population: The Impossible Discovery. **The Canadian Journal of Sociology**, v. 27, n. 4, p. 505-533, Autumn 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3341588>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DACOMBE, Rod. Systematic Reviews in Political Science: What Can the Approach Contribute to Political Research?. **Political Studies Review**, v. 16, n. 2, p. 148-157, 2018. Disponível em: DOI: 10.1177/1478929916680641. Acesso em: 18 nov. 2020.

DAMÁSIO, Leandro. **Desenvolvimento Institucional do Inep**. São Paulo, 2011. 117 p Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8547/DISSERT_LEANDRO%20DAMASIO.pdf. Acesso em: 2 dez. 2020.

DAVIES, Nicholas; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. A evolução das matrículas na educação básica no Brasil: alguns questionamentos. **evista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 20. e020016 p, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v20i0.8656916>. Acesso em: 13 set. 2024.

DAVIS, Kevin *et al.* **Governance by Indicators**: Global Power Through Classification and Rankings. Oxford University Press, 2012.

DESROSIÈRES, Alain. History of Statistics. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, p. 15080-15085, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.03050-6>. Acesso em: 14 nov. 2020.

DESROSIÈRES, Alain. How to be Real and Conventional: A Discussion of the Quality Criteria of Official Statistics. **Minerva**, v. 47, n. 1, p. 307-322, 2009. Disponível em: DOI 10.1007/s11024-009-9125-3. Acesso em: 14 nov. 2020.

DESROSIÈRES, Alain. How to Make Things Which Hold Together: Social Science, Statistics and the State. *In*: WAGNER, Peter (Org.); WITTROCK, Björn (Org.); WHITLEY, Richard (Org.). **Discourses on Society**: The Shaping of the Social Science Disciplines. Springer, Dordrecht, 1990. cap. 8, p. 195-218.

DESROSIÈRES, Alain. Las palabras y los números: Para una sociología de la argumentación estadística. **Apuntes de Investigación del CECYP**, Buenos Aires, v. XIV, n. 19, p. 75-101, Ene-Jun 2011. Conocer. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4509300>. Acesso em: 19 dez. 2023.

DESROSIÈRES, Alain. Measurement and its Uses: Harmonization and Quality in Social Statistics. **International Statistical Review**, v. 68, n. 2, p. 173-187, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1403667?seq=1>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DESROSIÈRES, Alain. **Prouver et gouverner**: une analyse politique des statistiques publiques. Paris: Editions La Découverte, f. 142, 2014. 284 p.

DESROSIÈRES, Alain. Statistics and Social Critique. **Partecipazione & Conflitto**, v. 7, n. 2, p. 348-359, Jul. 2004. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/14157>. Acesso em: 4 dez. 2020.

DESROSIÈRES, Alain. Statistics, History of. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 23, p. 423-427, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.03050-6>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DESROSIÈRES, Alain. **The Politics of Large Numbers**: A History of Statistical Reasoning. Tradução Camille Nash. Estados Unidos: Harvard University Press, 1998. Tradução de: La Politique des Grands Nombres: Histoire de la Raison Stntistique.

DESROSIÈRES, Alain. The quantification of the social sciences: an historical comparison. In: BRUNO, Isabelle (Org.); JANY-CATRICE, Florence (Org.); TOUCHELAY, Béatrice (Org.). **The Social Sciences of Quantification**: From Politics of Large Numbers to Target-Driven Policies. Springer, v. 13, 2016. cap. 15, p. 183-204. (Logic, Argumentation & Reasoning).

DI FIORE, Monica *et al.* The Challenge of Quantification: An Interdisciplinary Reading. **Minerva**, v. 61. pages 53–70 p, Dez 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11024-022-09481-w>. Acesso em: 19 dez. 2023.

DIAZ-BONE, Rainer; DIDIER, Emmanuel. The Sociology of Quantification – Perspectives on an Emerging Field in the Social Sciences. **Historical Social Research**, v. 41, n. 2, p. 7-26, 2016. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/46872>. Acesso em: 5 dez. 2020.

DIDIER, Emmanuel. Free from Numbers?: The Politics of Qualitative Sociology in the U.S. Since 1945. In: MENNICKEN, Andrea; SALAIS, Robert. **The New Politics of Numbers**: Utopia, Evidence and Democracy. Springer Nature, 2021. 417–463 p. (Executive Politics and Governance).

DINIZ, Ednar. O Censo Escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 194, p. 156-163, 1 Jan 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.80i194.1012>. Acesso em: 13 set. 2024.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder Local, Hegemonia e Disputa: Os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100016>. Acesso em: 16 dez. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; JUNIOR, Geraldo Grossi; FURTADO, Roberval Angelo. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 32, n. 2, p. 449-461, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol32n22016.67198>. Acesso em: 18 dez. 2023.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**: Estudo de Sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EDMONDS, W. Alex; KENNEDY, Thomas D.. **An Applied Guide to Research Designs**: Quantitative, Qualitative, and Mixed Methods. 2 ed. SAGE, 2017. 388 p.

ESPELAND, Wendy Nelson; STEVENS, Mitchell L. A Sociology of Quantification. **European Journal of Sociology**, v. 49, n. 3, p. 401-436, 2008. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/european-journal-of-sociology-archives-europeennes-de-sociologie/article/abs/sociology-of-quantification/53D563E0E4A75A05E877B27C06E957F9>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ESPELAND, Wendy; YUNG, Vincent. Ethical dimensions of quantification. **Social Science Information**, v. 58, n. 2, p. 238-260, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0539018419851045>. Acesso em: 30 out. 2024.

FARAH, Martha Ferreira Santos. Sete Décadas de Políticas Sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 58, p. 111-121, 2007. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/5234>. Acesso em: 3 dez. 2020.

FARMER, Tracy *et al.* Developing and Implementing a Triangulation Protocol for Qualitative Health Research. **Qualitative Health Research**, v. 16, n. 3, p. 377-394, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1049732305285708>. Acesso em: 1 nov. 2024.

FAWCETT, Barbara; POCKETT, Rosalie. **Turning Ideas Into Research**: Theory, Design & Practice. SAGE, 2015. 229 p.

FELDMAN, Ariel; FELDMAN, Marina. O Imaginário Social de Democracia no Processo de Municipalização do Ensino Fundamental no Brasil (1985-1990). **História da Educação**, v. 22, n. 56, p. 228-248, Setembro-Dezembro 2018. Disponível em: DOI: 10.1590/2236-3459/72148. Acesso em: 14 out. 2020.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. A agenda de gestão das capitais na década de 1990: os casos de Recife e Salvador. **Perspectivas**, São Paulo, v. 27, p. 83-107, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/23>. Acesso em: 26 jan. 2021.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 295-309, Set.-Dez. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n3/2175-3369-urbe-2175-3369007003AO07.pdf>.

Acesso em: 26 jan. 2021.

FERREIRA, Márcia Santos. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. **Revista Brasileira De Educação**, v. 13, n. 38, p. 279-292, 2008. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000200007>. Acesso em: 17 set. 2024.

FILHO, João Cardoso Palma; ALVES, Maria Leila; DURAN, Marília Claret Geraes. A reorganização do ensino fundamental em ciclos: trajetória dos últimos trinta anos no estado de São Paulo. **Educação & Linguagem**, v. 15, n. 26, p. 167-191, Jul-Dez 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/3489>.

Acesso em: 25 nov. 2020.

FILIPPIM, Eliane Salete; ABRUCIO, Fernando Luiz. Quando Descentralizar é Concentrar Poder: o Papel do Governo Estadual na Experiência Catarinense. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 212-228, Mar-Abr 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rac/v14n2/v14n2a03.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

FNDE. **Apuração das receitas de 2020 que compõem o cálculo do VAAT 2022:** (art. 11, art. 12 e art. 13, § 3º, I, II e IV). Brasília, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/FNDE/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/novo-fundeb/2022/ReceitaSTN2020nominalparapublicacao07.03.2022.pdf>.

Acesso em: 18 dez. 2023.

FOUCAULT, Michel. **El Poder, una Bestia Magnífica:** sobre el poder, la prisión y la vida. 1a ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Estratégias de Poder.** Barcelona: Paidós, v. II, 1999. (Obras Esenciales).

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica:** Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos Cursos do Collège de France 1970-1982**. Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Seguridad, Territorio, Población**: Curso en Collège de France (1977-1978). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

FREITAS, Itamar. Reformas Educacionais e os Currículos Nacionais para o Ensino de História no Brasil Republicano. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 187-202, Jan.-Jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/22903/12430>. Acesso em: 3 dez. 2020.

GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha. Contratualização de resultados na gestão educacional escolar em redes estaduais de ensino. **Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE**, v. 35, n. 1. 077–098 p, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol1n12019.89873>. Acesso em: 27 out. 2024.

GIL, Natália de Lacerda. **A Dimensão da Educação Nacional**: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira. São Paulo, 2007. 409 p Tese (Faculdade de Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-31052007-112812/publico/TeseNataliaGil.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. A importância das estatísticas como instrumento de construção da modernidade educativa no Brasil – décadas de 1930 e 1940. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 213/214, p. 79-87, Mai-Dez 2005. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1405>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. A Produção dos Números Escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 341-358, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a05v2958.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. Aparato Burocrático e os Números do Ensino: uma abordagem histórica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 479-502, Mai-Ago 2008. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/315>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. Campo Educacional e Campo Estatístico: diferentes apropriações dos números do ensino. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37,

n. 2, p. 511-526, Mai-Ago 2012. Disponível em: :
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227324010>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. Espaços de Produção das Estatísticas de Educação: algumas possibilidades da teoria dos campos na investigação histórica. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 10, p. 120-132, Jan-Abr 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3652>. Acesso em: 25 nov. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. Estatísticas e Educação: considerações sobre a necessidade de um olhar atento. **Pensar a Educação Em Revista**, Florianópolis/Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 1-29, Ano 5 Jun.-Ago. 2019. Disponível em: <https://pensaraeducacaoemrevista.com.br/2019/12/17/estatisticas-e-educacao/>. Acesso em: 29 nov. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. Os Limites das Estatísticas Educacionais por Aqueles que as Produziram. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, n. V. 2008. Anais eletrônicos [...] Aracaju, 2008, p. 1-20. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/pdf/42.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.

GIL, Natália de Lacerda. Reprovação Escolar no Brasil: história da configuração de um problema político-educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. e230037, p. 1-23, Jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230037.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

GIL, Natália; KLEIN, Delci Heinle; SCHERER, Regina. Reprovação escolar no Ensino Fundamental: análise da diferença dos índices nos anos iniciais e finais. **Educar em Revista**, v. 40, n. e90026, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.90026>. Acesso em: 26 out. 2024.

GINO, João Carlos; CARVALHO, Cynthia Paes de; CARRASQUEIRA, Karina. GESTÃO ESCOLAR E DESEMPENHO DOS ALUNOS: uma revisão de literatura em periódicos brasileiros (2001-2021). **Revista Pedagógica**, v. 24, n. 1. 1–26 p, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22196/rp.v24i1.7254>. Acesso em: 27 out. 2024.

GRANT, Maria J; BOOTH, Andrew. A Typology of Reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health Information and Libraries Journal**, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009. Disponível em: DOI: 10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x . Acesso em: 17 nov. 2020.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Governos Locais**: uma leitura introdutória. Brasília: Enap, 2019. 104 p.

GÓRALSKA, Magdalena. Anthropology from Home: Advice on Digital Ethnography for the Pandemic Times. **Anthropology in Action**, v. 27, n. 1, p. 46-52, Spring 2020. Disponível em:

<https://www.berghahnjournals.com/view/journals/aia/27/1/aia270105.xml>. Acesso em: 29 jan. 2021.

HACKING, Ian. **The Social Construction of What?**. Harvard University Press, v. 3, f. 136, 2000. 272 p.

HERDADE, Livia Vitória Cavadas; SANTOS, Vanessa Santana dos. O Projeto da Reduça para as Políticas de Formação Inicial na Agenda do Capital na América Latina. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53531>. Acesso em: 17 set. 2024.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Perfil dos municípios brasileiros**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 131 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101668.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2020.

IBGE. **Censo 2022**. 2023, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 dez. 2023.

IBGE. **Estimativas da População**. Estimativas de população enviadas ao TCU. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: Estimativas de população enviadas ao TCU. Acesso em: 17 dez. 2023.

IBGE. **Estimativas de População**. Sidra. 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579>. Acesso em: 4 dez. 2020.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC**. Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=sobre>. Acesso em: 4 dez. 2020.

INEP. **Censo Escolar 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLjz5Kd6rxbE5zA8X7yZUbAR_BE8B7JGzY. Acesso em: 15 dez. 2023.

INEP. **Censo Escolar**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 13 set. 2024.

INEP. **Educacenso**. 2023. Disponível em:
<https://censobasico.inep.gov.br/censobasico/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INEP. **Ideb - Resultados e Metas**. INEP. Brasília, 2020. Disponível em:
<http://inep.gov.br/educacao-basica/ideb/resultados>. Acesso em: 27 jan. 2021.

INEP. **Indicadores Educacionais**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INEP. **Nível Socioeconômico (Inse)**. Brasília, 2021. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/nivel-socioeconomico>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INEP. **Orientações de preenchimento**. Primeira Etapa da Coleta. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/orientacoes/matricula-inicial>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INEP. **Orientações de preenchimento**. Segunda Etapa da Coleta. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/orientacoes/situacao-do-aluno>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INEP. **Remuneração média dos docentes**. Brasília, 2020. Disponível em:
<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/remuneracao-media-dos-docentes>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INEP. **Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Sinopse Estatística da Educação Básica 2019. Brasília, 2019. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/sinopses_estatisticas/sinopses_educacao_basica/sinopse_estatistica_educacao_basica_2019.zip. Acesso em: 17 dez. 2023.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jan. 2021.

INEP. **Taxas de Transição**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-transicao>. Acesso em: 15 dez. 2023.

IPEDF CODEPLAN. **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF)**. IPEDF Codeplan. Brasília. Disponível em: <https://catalogo.ipe.df.gov.br/maps/336>. Acesso em: 28 out. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores no Ciclo de Políticas e Programas Sociais no Brasil. *In*: IBGE, GERÊNCIA DE BIBLIOTECA E ACERVOS ESPECIAIS. **Indicadores Sociais: presente, passado e futuro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 174 p, p. 28-37. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101153.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

JASANOFF, Sheila; KIM, Sang-Hyun. **Dreamscapes of Modernity: Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power**. University of Chicago Press, v. 3, f. 180, 2015. 360 p.

JOHNSON-BAILEY, Juanita. A scholarly journey to autoethnography: a way to understand, survive and resist. *In*: STEAD, Valerie; CAROLE, Elliott,; SHARON, Mavin,. **Handbook of Research Methods on Gender and Management**. Edward Elgar Publishing, v. 1, f. 176, 2021. 352 p. cap. 1, p. 10-24. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781788977937>. Acesso em: 26 out. 2024.

JÚNIOR, Anário Dornelles Rocha; MORAES, Karine Nunes de; OLIVEIRA, João Ferreira de. O direito à educação e os princípios de universalidade, gratuidade e obrigatoriedade nos planos municipais de educação das capitais da Região Centro-Oeste do Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 13, n. 1, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v13n1a2024-70632>. Acesso em: 30 out. 2024.

JÚNIOR, Sílvio Ferreira; MOURA, Nathalia Bertú. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e sua relação com a qualidade do Ensino Público Fundamental. **Revista Economia E Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 133-168, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/epp2021946>. Acesso em: 1 nov. 2024.

KARACAN, Elifcan. An Analysis of Biographies in Collective Memory Research: The Method of Socio-Historical Analysis. **Qualitative Sociology Review**, v. 15, n. 3,

2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18778/1733-8077.15.3.05>. Acesso em: 18 set. 2024.

KHAN, Khalid S *et al.* Five steps to conducting a systematic review. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 96, p. 118-121, Março 2003. Disponível em: DOI: 10.1177/014107680309600304. Acesso em: 14 out. 2020.

KLEIN, Delci Heinle. **IDEB e maquinarias**: a produção, a quantificação e a expressão da qualidade da educação brasileira. Porto Alegre, f. 188, 2017 Trabalho de Conclusão de Curso (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157576/001019646.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 dez. 2020.

KLEIN, Delci Heinle; TRAVERSINI, Clarice Salette. O Ideb e os Planos Municipais de Educação: Um Alargamento do Conceito de Qualidade. *In: 7º SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO E 4º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO*. 2017. Anais eletrônicos [...] Canoas, 2017, p. 1-12. Disponível em: http://www.2017.sbece.com.br/resources/anais/7/1495735938_ARQUIVO_DELCIKLEIN.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

KUKUTAI, Tahu; TAYLOR, John. Data sovereignty for indigenous peoples: current practice and future needs. *In: KUKUTAI, Tahu; TAYLOR, John. Indigenous data sovereignty: toward an agenda*. ANU Press, v. 38, 2016. 344 p. cap. 1, p. 1-22. (Research monograph (Australian National University. Centre for Aboriginal Economic Policy Research)). Disponível em: <https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/31875/624262.pdf?sequence=1#page=141>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A Ação Pública Abordada pelos seus Instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, p. 19-44, Dez 2012. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331>. Acesso em: 19 dez. 2023.

LASCOUMES, Pierre; LES GALES, Patrick. Introduction: Understanding Public Policy through Its Instruments—From the Nature of Instruments to the Sociology of Public Policy Instrumentation. **Governance**, v. 20, n. 1, p. 1-21, 2007. Disponível em: doi:10.1111/j.1468-0491.2007.00342.x . Acesso em: 18 set. 2024.

LAZARSFELD, Paul F. Notes on the History of Quantification in Sociology: Trends, Sources and Problems. **Isis**, v. 52, n. 2, p. 277-333, Jun 1961. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/349473>. Acesso em: 19 dez. 2023.

LEITE, Francisco Edson Pereira *et al.* Human education as a socio-historical practice: a necessary dialogue. **Concilium**, v. 23, n. 9, p. 207-222, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/CLM-1323-23K44>. Acesso em: 18 set. 2024.

LEONELLI, Sabina. Data Governance is Key to Interpretation: Reconceptualizing Data in Data Science. **Harvard Data Science Review**, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://hdsr.mitpress.mit.edu/pub/4ovhpe3v/release/6>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LESSA, Greice *et al.* ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: REVISÃO NARRATIVA. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 191-197, Jan-Mar 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4836/483647664024.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 159, Jan-Mar 2016. Tema em Destaque. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143572>. Acesso em: 18 dez. 2023.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1. 123–144 p, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100008>. Acesso em: 27 out. 2024.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo - Educação para manejo e domesticação do mundo**: Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Brasília, 2011. 370 p Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9931>. Acesso em: 6 dez. 2020.

MACHADO, Franciele de Lima. Censo escolar e Sistec: as mais importantes bases de coleta de dados para a EPT. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318133834593>. Acesso em: 13 set. 2024.

MADSEN, Miriam. The configurative agency of metrics in education: a research agenda involving a different engagement with data. **Journal of Education Policy**, v. 36, n. 1, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02680939.2019.1682679>. Acesso em: 27 out. 2024.

MADSEN, Miriam. The configurative agency of metrics in education: a research agenda involving a different engagement with data. **Journal of Education Policy**, v. 36, n. 1, p. 64-83, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02680939.2019.1682679>. Acesso em: 28 out. 2024.

MAGGETTI, Martino. Mixed-Methods Designs. *In*: WAGEMANN, Claudius; GOERRES, Achim; SIEWERT, Markus B.. **Handbuch Methoden der Politikwissenschaft**. Wiesbaden: Springer, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-658-16937-4_12-1. Acesso em: 16 dez. 2023.

MAGGETTI, Martino; RADAELLI, Claudio; GILARDI, Fabrizio. **Designing Research in the Social Sciences**. London: SAGE, 2013. 185 p.

MELO, Maria de Fátima da Silva; FERNANDES, Sheila Beatriz da Silva; OLIVEIRA, Francisca de Fátima Araújo. Federalismo, Descentralização e Municipalização: Desafios das Políticas Públicas para a Gestão Educacional. **HOLOS**, v. 3, p. 51-61, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2017.5768>. Acesso em: 17 set. 2024.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C *et al.* Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 31, p. 96-113, Jan.-Abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a08v11n31.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MENNICKEN, Andrea; ESPELAND, Wendy Nelson. What's New with Numbers? Sociological Approaches to the Study of Quantification. **Annual Review of Sociology**, v. 45, p. 223-245, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073117-041343>. Acesso em: 30 out. 2024.

MERRY, Sally Engle. Anthropology and the Perils of Quantification. **American Anthropologist**, v. 00, n. 0, p. 1-3, 2019. Disponível em: DOI: 10.1111/aman.13178. Acesso em: 10 nov. 2020.

MERRY, Sally Engle. Colonial Law and Its Uncertainties. **Law and History Review**, v. 28, n. 4, p. 1067-1071, Novembro 2010. Disponível em: DOI: 10.1017/S0738248010000775. Acesso em: 14 out. 2020.

MERRY, Sally Engle. Measuring the World: Indicators, Human Rights, and Global Governance. **Current Anthropology**, v. 52, n. S3, p. S83-S95, Apr. 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/657241>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MERRY, Sally Engle. Measuring the World: Indicators, Human Rights, and Global Governance: with CA comment by John M. Conley. **Current Anthropology**, v. 52, n.

S3, p. S83-S95, Apr 2011. Disponível em: DOI: 10.1086/657241. Acesso em: 16 nov. 2020.

MERRY, Sally Engle. **The Seductions of Quantification**: Measuring Human Rights, Gender Violence, and Sex Trafficking. University of Chicago Press, 2016.

MERRY, Sally Engle; WOOD, Summer. Quantification and the Paradox of Measurement: Translating Children's Rights in Tanzania. **Current Anthropology**, v. 56, n. 12, p. 205-217, Apr 2015. Disponível em: DOI:10.1086/680439. Acesso em: 16 nov. 2020.

MIMOSO DE GOIÁS. **Plano Municipal de Educação**: 2015-2025. Mimoso de Goiás, 2015. Disponível em: https://acessoainformacao.mimosodegoias.go.gov.br/outras_informacoes/planomunicipal/id=25. Acesso em: 18 dez. 2023.

NASCIMENTO, Gilvânia da Conceição; JUNIOR, Geraldo Grossi; PEREIRA, Jhonata Moreira. Planos Municipais de Educação: perfil dos Municípios que não possuíam Plano Municipal de Educação no segundo ano de vigência da Lei N. 13.005/14. **Revista Exitus**, v. 7, n. 1, p. 108-130, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/20177ID187>. Acesso em: 28 out. 2024.

NASCIMENTO, Tatiane Oliveira Santos; MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. Planos decenais de educação em municípios do interior paulista: análise do acompanhamento e materialização das metas estruturantes. **Revista De Gestão E Avaliação Educacional**, v. 11, n. 20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318133867791>. Acesso em: 28 out. 2024.

NETO, Joaquim José Soares *et al.* A infraestrutura das escolas públicas brasileiras de pequeno porte. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 64, n. 3, p. 377-391, Jul.-Set. 2013. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/129>. Acesso em: 31 jan. 2021.

NETO, José Gonçalves Moreira. Sistema de Indicadores Educacionais no Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 41, p. 407-431, Set.-Dez. 2008.

NILSEN, Ann Christin Eklund; SKARPENES, Ove. Quantification and classification in education: What is at stake?. **Policy Futures in Education**, v. 20, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14782103211032049>. Acesso em: 31 out. 2024.

OKRASA, Włodzimierz. Statistics and sociology: The mutually supportive development from the perspective of interdisciplinaryization of social research.

Statistics in Transition, Warsaw, v. 13, n. 2, p. 365-386, Summer 2012. Disponível em: <http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-60e03c5c-c771-4135-88a4-c8814bd43a4a>. Acesso em: 19 dez. 2023.

OLIVEIRA, Osmani Porto de (Org.); HASSENTEUFEL, Patrick (Org.). **Sociologia política da ação pública**: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2021. 461 p. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6338>. Acesso em: 19 dez. 2023.

OLSON, Rebecca E; MCKENZIE, Jordan J; PATULNY, Roger. The Sociology of Emotions: A meta-reflexive review of a theoretical tradition in flux. **Journal of Sociology**, v. 53, n. 4, p. 800-818, 2017. Disponível em: DOI: 10.1177/1440783317744112. Acesso em: 17 nov. 2020.

PAULILO, André; GIL, Natália de Lacerda. Rendimento do Ensino no Brasil: os problemas que os números configuram e os usos das estatísticas de educação (1910-1938). **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 1, p. 35-59, Jan-Abr 2017. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss1articles/paulilo-gil.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

PERES, Ursula Dias; CAPUCHINHO, Cristiane Branco; LIMONTI, Rogério Machado. O Papel do Governo Federal no Financiamento da Educação: Efeitos da Complementação do Fundeb no Combate à Desigualdade entre Redes Estaduais do Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 32, n. 24, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.32.8041>. Acesso em: 1 nov. 2024.

PETZKE, Martin. Measures and Their Countermeasures: Reflexivity and Second-Order Reactivity in Quantifying Immigrant Integration. **Sociological Forum**, v. 36, n. 1, p. 206-225, Mar 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/socf.12668>. Acesso em: 27 out. 2024.

PICH, Santiago. Adolphe Quetelet e a biopolítica como teologia secularizada. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 849-864, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702013005000010>. Acesso em: 19 dez. 2023.

PORTER, Theodore M.; ESPELAND, Wendy Nelson. Data and Expertise: Some Unanticipated Outcomes. *In*: EYAL, Gil; MEDVETZ, Thomas. **The Oxford Handbook of Expertise and Democratic Politics**. Oxford University Press, v. 1, f. 297, 2022. 593 p. cap. 12. 258–281 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190848927.001.0001>. Acesso em: 28 out. 2024.

PORTER, Theodore M. La Estadística y El Curso de la Razón Pública: compromiso e imparcialidad en un mundo cuantificado. **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, Madrid, n. 18, p. 19-35, Jul.-Dic. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=297124029001>. Acesso em: 3 dez. 2020.

PORTER, Theodore M. Objectivity and Authority: ow French Engineers Reduced Public Utility to Numbers. **Poetics Today**, v. 12, n. 2, p. 245-265, Summer 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1772852>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PORTER, Theodore M. On the Virtues and Disadvantage of Quantification for Democratic Life. **Studies in History and Philosophy of Science**, v. 32, n. 4, p. 739-747, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0039368101000218>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PORTER, Theodore M. **Trust in Numbers**: The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life. Princeton University Press, v. 3, f. 172, 2020. 344 p.

PÓ, Marcos Vinícius; ABRUCIO, Fernando Luiz. Desenho e Funcionamento dos Mecanismos de Controle e Accountability das Agências Reguladoras Brasileiras. **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, p. 679-698, Jul.-Ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n4/31601.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

RIBEIRO, Vanda Mendes; GUSMÃO, Joana Borges Buarque de. Uma Leitura dos Usos dos Indicadores da Qualidade na Educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 823-847, Set.-Dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a08.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2020.

RINCÓN-GALLARDO, Santiago. Educational change as social movement: an emerging paradigm from the Global South. **Journal of Educational Change**, v. 21, p. 467-477, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10833-020-09374-3>. Acesso em: 31 out. 2024.

RONDON FILHO, Edson Benedito. Segurança, território, população. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 370-380, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300013>. Acesso em: 18 set. 2024.

SABIA, Claudia Pereira de Pádua. Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Município de Marília (SAREM): uso dos resultados na política educacional. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 3. 1387–1407 p, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i3.14225>. Acesso em: 27 out. 2024.

SALTELLI, Andrea; DI FIORI, Monica. From Sociology of Quantification to Ethics of Quantification. **Humanities & Social Sciences Communication**, v. 7, n. 69, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41599-020-00557-0>. Acesso em: 3 dez. 2020.

SAMPAIO, Daniel; FILHO, Dalson Britto Figueiredo. Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. **BIB**, São Paulo, v. 88, n. 1, p. 1-25, Fev 2019. Disponível em: DOI: 10.17666/bib8805/2019. Acesso em: 18 nov. 2020.

SANTAIANA, Rochele. Educação integral: do uso das estatísticas à produção de sujeitos aprendentes. **Textura**, Canoas, n. 25, p. 22-33, Jan.-Jun. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/935/708>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SANTOS, Diego Fiel; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As Regiões Metropolitanas no Brasil e o problema institucional de cooperação: a trajetória das Regiões Metropolitanas de Natal e Aracaju. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 368-382, Set.-Nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n3/04.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SAREEN, Siddharth; SALTELLI, Andrea; ROMMETVEIT, Kjetil. Ethics of quantification: illumination, obfuscation and performative legitimation. **Palgrave Commun**, v. 6, n. 20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41599-020-0396-5>. Acesso em: 30 out. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: O âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 69. 119–136 p, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000400006>. Acesso em: 16 dez. 2023.

SCAFF, Elisangela Alves da Silva; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Monitoramento e avaliação dos planos municipais de educação: coordenação federativa e poder local. **Pro-Posições [Internet]**, v. 43, n. e20220039, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2022-0039>. Acesso em: 30 out. 2024.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. A Cooperação em uma Federação Heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 65, p. 411-429, Abr-Jun 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216522>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 65. 411–429 p, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216522>. Acesso em: 28 out. 2024.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. A Gestão por Resultados na Educação em Quatro Estados Brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 1, p. 85-106, Jan-Mar 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2951>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SEGATTO, Catarina Ianni; OLIVEIRA, Karoline de; SILVA, André Luís Nogueira da. Os limites do PNE (2014-2024) no regime de colaboração. **Estudos Em Avaliação Educacional**, v. 35, n. e10549, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/ea.v35.10549>. Acesso em: 30 out. 2024.

SENRA, Nelson de Castro *et al.* **Organizando a Coordenação Nacional:** estatística, educação e ação pública na Era Vargas. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, 2014. 327 p. (Estudos & Análises: Documentação e Disseminação de Informações). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88029.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SENRA, Nelson de Castro. **O Saber e o Poder das Estatísticas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. (Estudos e Análises: Documentação e Disseminação de Informações). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv83121.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

SENRA, Nelson de Castro. Pesquisa Histórica das Estatísticas: temas e fontes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 411-425, Jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 dez. 2020.

SENRA, Nelson (Org.); CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (Org.). **Estatísticas nas Américas:** por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, v. 2, 2009. 425 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv44323.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SILVA, Ambrozina de Abreu Pereira; MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches; REIS, Anderson de Oliveira. QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DOS DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS: ANÁLISE DO PORTAL DE DADOS ABERTOS BRASILEIRO. **Revista Gestão em Análise**, v. 9, n. 1, p. 31-47, 2020. Disponível

em: <https://doi.org/10.12662/2359-618xregea.v9i1.p31-47.2020>. Acesso em: 1 nov. 2024.

SILVA, Antônia Bruna da; BRASIL, Cassia Karize de Andrade. A Construção do Currículo e do Ensino às Exigências das Avaliações Externas como Via para a Obtenção de "Bons" Resultados Educacionais. **Revista Meta: Avaliação**, v. 10, n. 29, p. 247-268, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v10i29.1528>. Acesso em: 17 set. 2024.

SILVA, Carolina Ribeiro Cardoso da; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. O Aluno sob Medida: como a escola registra seus alunos?. **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 1, p. 149-168, Jan-Abr 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/32119>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SILVA, Luciano Pereira da; OLIVEIRA, Ivanilton José de; GOMES, Carlos Eduardo. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF e sua (Des)Organização Social, Espacial e Econômica. **Ateliê Geográfico**, v. 17, n. 1, p. 169-190, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ag.v17i1.74605>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Marcus Quintanilha da. Gestão democrática como condição de qualidade: a forma de provimento do diretor escolar nas redes municipais brasileiras e a relação com indicadores e resultados educacionais de 2015. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 7, n. 16, Dez 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318133831894>. Acesso em: 27 out. 2024.

SILVA, Martha Raíssa Iane Santana da; VALENTE, Wagner Rodrigues. Da Estatística Educacional para a Estatística: das práticas profissionais a um campo disciplinar acadêmico. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 02, p. 443-459, Abr.-Jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n2/1517-9702-ep-41-2-0443.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2020.

SIMOLÂNDIA. **Plano Municipal de Educação: 2015-2025**. Simolândia, 2015. Disponível em: https://acessoainformacao.simolandia.go.gov.br/outras_informacoes/plano_municipal_educacao. Acesso em: 15 dez. 2023.

SMITH, Diane E. Governing data and data for governance: the everyday practice of Indigenous sovereignty. *In*: KUKUTAI, Tahu; TAYLOR, John. **Indigenous data sovereignty: toward an agenda**. Canberra: Anu Press, v. 38, 2016. cap. 7, p. 117-135. (Research monograph (Australian National University. Centre for Aboriginal Economic Policy Research)). Disponível em:

<https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/31875/624262.pdf?sequence=1#page=141>. Acesso em: 29 jan. 2021.

SONOBE, Aline Kazuko; PINTO, José Marcelino Rezende. Qualidade e equidade das condições de oferta no ensino fundamental. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 42-57, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v17i1.8634817>. Acesso em: 13 set. 2024.

SOUSA, Antonio Paulino de. A SOCIOLOGIA DA QUANTIFICAÇÃO DE ALAIN DESROSIÈRES: novos modos de dominação, de gestão e de governança neoliberal. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 2, p. 493-511, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v26n2p493-511>. Acesso em: 30 out. 2024.

SOUZA, Celina. Governos Locais e Gestão de Políticas Universais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000200004>. Acesso em: 16 dez. 2023.

SOUZA, Donaldo Bello de; ALCÂNTARA, Alzira Batalha. (Des)vinculações de Planos Municipais de Educação Metropolitanos com Outros Instrumentos de Gestão Local da Educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 711-726, Jul-Set 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201604144540>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SOUZA, Luana Hespanhol de; NEY, Marlon Gomes. IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EXTREMA POBREZA E POBREZA NO MEIO RURAL E URBANO DAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS DE ACORDO COM A PNAD CONTÍNUA DE 2019. **Revista Estudo & Debate**, v. 30, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22410/issn.1983-036X.v30i2a2023.3285>. Acesso em: 31 out. 2024.

SOUZA, Sergio Magno Carvalho de. O ESTADO E SUAS REGIONALIZAÇÕES: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (Ride-DF). **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 233-246, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a36020>. Acesso em: 28 out. 2024.

SPERRHAKE, Renata; TRAVERSINI, Clarice Salete. Os Critérios do Censo Produzindo Estatísticas de Alfabetização: gerenciar o risco e inventar pessoas. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, n. 2, p. 142-156, Nov. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/estatisticaesociedade/article/view/36560>. Acesso em: 25 nov. 2020.

SUGRUE, Ciaran *et al.* Anatomy of an educational change: The safe learning model, Sierra Leone. **Journal of Educational Change**, v. 24, n. 3, p. 631-657, 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10833-022-09461-7>. Acesso em: 31 out. 2024.

TRAVERSINI, Clarice Salete; BELLO, Samuel Edmundo López. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 135-152, Mai.-Ago. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227054009.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

TRAVERSINI, Clarice Salete; BUAES, Caroline Stumpf. Como discursos dominantes nos espaços da educação atravessam práticas docentes?. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 22, n. 2, p. 141-158, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28289/000749251.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 jan. 2021.

TROJAN, Rose Meri. Estudo Comparado sobre Políticas Educacionais na América Latina e a Influência dos Organismos Multilaterais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 26, n. 1, p. 55-74, Jan.-Abr. 2010. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19683/11466>. Acesso em: 3 dez. 2020.

TURNER III, Daniel W.. Qualitative Interview Design: A Practical Guide for Novice Investigators. **The Qualitative Report**, v. 15, n. 3, p. 754-760, Mai 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2010.1178>. Acesso em: 16 dez. 2023.

UNDIME. Conviva Educação. 2023. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

VAN DER PIJL, Yvon; BREUIL, Brenda Carina Oude; SIEGEL, Dina. Is there such thing as 'global sex trafficking'? A patchwork tale on useful (mis)understandings. **Crime, Law and Social Change**, v. 56, p. 567-582, Dez. 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10611-011-9335-0>. Acesso em: 29 jan. 2021.

VANZ, Samile Andréa de Souza. O Que Medem os Rankings Universitários Internacionais?: Apontamentos teóricos, indicadores e características. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 28, n. 2, p. 83-92, Mai.-Ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/38383>. Acesso em: 30 nov. 2020.

VARGAS, María Helena Franco; RESTREPO, Daniela Roldán. The instruments of public policy: A transdisciplinary look. **Cuadernos de Administración**, Cali, v. 35, n. 63, p. 101-113, Jan-Apr 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25100/cdea.v35i63.6893>. Acesso em: 19 dez. 2023.

VASSOLER, Márcia Cecília. DO PLANO NACIONAL AOS PLANOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 29, n. 1, p. 56-65, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/frag.v29i1.7115>. Acesso em: 30 out. 2024.

VILLANI, Marialuisa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 4. 1343–1362 p, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684893>. Acesso em: 17 set. 2024.

VIVIANI, Luciana Maria. Problemas de Rendimento Escolar no Ensino Elementar Paulista: regulação dos tempos escolares e do trabalho docente (1925 a 1950). **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 1, p. 75-91, Jan.-Abr. 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss1articles/viviani.htm>. Acesso em: 25 nov. 2020.

VIVIANI, Luciana Maria; GIL, Natália de Lacerda. A Expansão e a Eficiência da Escola Rural em São Paulo: atuação e posicionamentos de Almeida Jr. a partir de estatísticas oficiais. **Revista História da Educação**, v. 15, n. 34, p. 147-170, Mai.-Ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/20355>. Acesso em: 25 nov. 2020.

WALTER, Maggie; CARROLL, Stephanie Russo. Indigenous Data Sovereignty, governance and the link to Indigenous policy. *In: WALTER, Maggie (Org) et al. Indigenous Data Sovereignty and Policy*. 1 ed. Routledge, 2021. 257 p. cap. 1, p. 1-20.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Plano Municipal de Educação e a Afirmação de Princípios para a Educação Local. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 515-542, Out-Dez 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362008000400003>. Acesso em: 16 nov. 2020.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, Dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 dez. 2020.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. Plano Municipal de Educação e a Afirmação de Princípios para a Educação Local. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 515-

542, Out-Dez 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000300005>. Acesso em: 16 nov. 2020.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; KOETZ, Carmen Maria; KOVALSKI MARTINS, Tatiane Fátima. Escola pública e a utilização de indicadores educacionais. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 99-112, Jan.-Abr. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84838252011>. Acesso em: 6 dez. 2020.

XAVIER, Libânia Nacif. Regionalização da Pesquisa e Inovação Pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 194, p. 81-92, Ian.-Abr. 1999. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1257>. Acesso em: 2 dez. 2020.

XAVIER, Libânia Nacif. Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 669-682, Abr.-Jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n2/17.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

XAVIER, Libânia Nacif; SCENZA, Cesar. As Publicações do CBPE e a sua Importância para Pesquisa Educacional no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, n. III. 2004. Anais eletrônicos [...]. 2004, p. 1-11. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/261.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2020.

ÁGUA FRIA DE GOIÁS. **Plano Municipal de Educação: 2015-2025**. Água Fria de Goiás, 2015. Disponível em: https://acessoainformacao.aguafriadegoias.go.gov.br/outras_informacoes/planomunicipal/id=25. Acesso em: 15 dez. 2023.

GLOSSÁRIO

Adequação de formação de professores	Indicador que trata da formação do docente da educação básica em curso superior de licenciatura como a formação adequada, ou pretendida, para atuarem na educação básica, considerando também a qualificação obtida por meio dos programas especiais de formação de docentes em exercício na educação básica (formação pedagógica ou segunda licenciatura) equivalente à formação inicial de licenciatura na área específica.
Coefficiente de distribuição de recursos do Fundeb	O cálculo do coeficiente de distribuição dos recursos do Fundeb envolve várias etapas e utiliza diferentes critérios para garantir uma distribuição equitativa dos recursos, tais como contribuições dos Estados, Distrito Federal e Municípios; ponderação por etapas e modalidades de ensino; o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse); e complementações específicas feitas pela União.
Distorção idade-série	Indicador educacional que mede a proporção de alunos que estão com dois ou mais anos da idade teórica ideal em atraso escolar em relação ao ano em que deveriam estar.
Esforço docente	Indicador que busca sintetizar, em uma única medida, aspectos do trabalho do professor que contribuem para a sobrecarga no exercício da profissão. Para tal, são utilizadas as informações de números de turnos de trabalho, escolas e etapas de atuação, além da quantidade de alunos atendidos na Educação Básica.
Ideb	Indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de

desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Desta forma, apresentam melhores resultados no Ideb os sistemas que alcançam, de forma concomitante, maiores taxa de aprovação e proficiência nas avaliações.

Matrículas	No sistema educacional formal, matrícula é o vínculo de aluno com determinada instituição de ensino, formalizado de acordo com as normas vigentes.
Média de alunos por turma	Indicador que corresponde à divisão do número de matrículas pelo número de turmas e a inclusão das informações relativas às turmas com organização diferenciada daquelas de seriação simples e/ou etapa única poderiam enviesar os resultados.
Média de horas-aula diária	Indicador que avalia o tempo médio de permanência do aluno na escola em diferentes etapas de ensino e por níveis de agregação (escolas, municípios, regiões, entre outros).
Taxa de abandono	Indicador que trata da porcentagem de afastamento de alunos de estabelecimento de ensino antes do término de um ano letivo, o que não implica, necessariamente, a saída definitiva do sistema educacional.
Taxa de aprovação	Indicador que trata da porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, alcançaram os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino na qual se encontrava.
Taxa de reprovação	Indicador que trata da porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da etapa de ensino na qual se encontrava.

7 APÊNDICE A — CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PESQUISA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

CARTA

Processo nº 23036.003112/2021-43

Interessado: Christyne Carvalho da Silva, Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e Tratamento da Informação, Diretoria de Estatísticas Educacionais

Prezado(a) Senhor(a),

Apresenta-se por meio desta carta a Sra. **Christyne Carvalho da Silva**, servidora pública, pesquisadora do Instituto de Estatísticas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que está realizando a pesquisa relativa à governança de dados educacionais, no âmbito do Plano de Desenvolvimento de Pessoas deste Instituto (PDP Inep 2021), em desenvolvimento e sob orientação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos para a conclusão da formação em nível de doutorado.

O PDP Inep 2021 é um instrumento de planejamento de ações visando o desenvolvimento de competências requeridas para o desempenho das atribuições dos servidores do Órgão, e visa a manutenção de um corpo técnico altamente qualificado, orientado para o cumprimento das atribuições e responsabilidades institucionais, devolvendo à sociedade o investimento público na autarquia com produtos de excelência técnica/científica reconhecida e compromisso social. As pesquisas desenvolvidas nesta estratégia não possuem caráter institucional, entretanto, são essenciais para a prospecção de oportunidades e para desenvolvimento de novos tópicos, abordagens e métodos de pesquisa institucional.

Informa-se, por oportuno, a ciência e o interesse do Inep sobre a mencionada atividade de pesquisa, tanto por meio desta apresentação de sua chefia imediata, quanto pela constância da formação no Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Autarquia. O desenvolvimento da pesquisa não apresenta conflito de interesse com a função exercida pela servidora no Instituto que, por sua vez, como expresso anteriormente, a qualifica. Nesse sentido, solicita-se o apoio e a autorização para execução e coleta de dados em sua instituição/órgão/área.

A Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep estará à disposição para esclarecer eventuais dúvidas sobre a integração da atividade no Plano de Desenvolvimento de Pessoas da Autarquia, assim como para acolher e dar tratamento a eventuais comunicações e avaliações (*feedbacks*) relacionadas à interação com a pesquisadora, por meio dos telefones (61) 2022-3166 / 3150 e 3105.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente a colaboração e colocamos-nos à disposição para maiores esclarecimentos, caso necessário.

Atenciosamente,

FÁBIO PEREIRA BRAVIN

Coordenação-Geral de Controle de Qualidade e Tratamento da Informação

De acordo.

CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO
Diretor de Estatísticas Educacionais



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Pereira Bravin, Coordenador(a) - Geral**, em 30/05/2021, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor(a)**, em 31/05/2021, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0701765** e o código CRC **67587ACD**.

8 APÊNDICE B — INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE LITERATURA SISTEMATIZADA

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
Carvalho (2001)	Estatísticas de Desempenho Escolar: o lado avesso	Artigo	O objetivo é "olhar o avesso da produção desses dados, isto é, buscar como eles vêm sendo produzidos e utilizados no cotidiano das escolas, suas interações com a cultura escolar e seus efeitos sobre a aprendizagem das crianças" (p. 231).	O artigo traz à discussão os critérios em que as estatísticas são produzidas, o universo de possíveis pressões internas e externas que possibilitam falsificações, expondo o "fetichismo estatístico" e a produção de índices que nem sempre refletem a discussão coletiva de planejamento, avaliação, recuperação etc. travadas nas comunidades escolares.
Gil (2005)	A importância das estatísticas como instrumento de construção da modernidade educativa no Brasil – décadas de 1930 e 1940	Artigo	O objetivo é "recuperar o processo pelo qual as estatísticas educacionais afirmaram-se como instrumento privilegiado de orientação da gestão pública do ensino brasileiro, durante o governo Vargas." (p. 79)	O artigo descreve e analisa como as estatísticas se tornam crença "sem enganos" sobre a situação educacional no país, no período analisado. Destaca-se que naquele momento não são destacadas as limitações que as estatísticas podem apresentar, em temas estratégicos para aquela época.

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
Gil (2009)	A Produção dos Números Escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação	Artigo	O objetivo é "contribuir para a reflexão acerca das estatísticas educacionais como fonte para as pesquisas em História da Educação" (p. 341).	O artigo dá foco nas contribuições da sociologia das estatísticas para a história da escola brasileira.
Carvalho (2009)	Avaliação Escolar, Gênero e Raça	Livro	O objetivo é construir uma análise qualitativa, a partir de um conjunto de pesquisas, em abordagem relacional e crítica dos critérios de avaliação objetivos e subjetivos de profissionais escolares e as trajetórias de meninos e meninas, por cor/raça, na evasão, na repetência e na distorção idade-série.	O livro é emblemático, pois articula as relações entre as estatísticas escolares e as práticas dos sujeitos escolares, em suas complexidades qualitativas que operam sobre as desigualdades observadas nos critérios de raça/cor, gênero e contexto socioeconômico.
Gil (2009)	Estatísticas e Educação: considerações sobre a necessidade de um olhar atento	Artigo	O objetivo é apresentar um roteiro introdutório de estudo da temática "estatísticas e educação" com a bibliografia seminal sobre a questão (p.1).	O artigo contribui com os percursos possíveis de serem traçados no estudo da quantificação, apresentando o campo e o estado da arte dos estudos da quantificação em educação.

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
Camargo (2010)	Povoar o Hinterland: o ensino rural como fronteira entre estatística e educação na trajetória de Teixeira de Freitas	Artigo	O objetivo é investigar a trajetória de Teixeira de Freitas e sua relação nos campos burocrático e estatístico junto às ideias do ensino rural no Brasil.	O artigo destaca a atuação de Teixeira de Freitas, enquanto participante do campo burocrático e estatístico, para a trajetória da educação rural no país.
Ribeiro e Gusmão (2010)	Uma Leitura dos Usos dos Indicadores da Qualidade na Educação	Artigo	O objetivo é "buscar informações sobre as formas de utilização" dos Indicadores da Qualidade na Educação (Indique), seus limites e resultados.	O artigo contribui com os tipos de uso que se fazem os diferentes atores das comunidades escolares. Tensiona ainda que há limites de indução de resposta aos indicadores justamente em segmentos detentores de maior poder no cotidiano escolar.
Viviani e Gil (2011)	A Expansão e a Eficiência da Escola Rural em São Paulo: atuação e posicionamentos de Almeida Jr. a partir de estatísticas oficiais	Artigo	O objetivo é "analisar os discursos produzidos por Almeida Jr. sobre o ensino rural, entre as décadas de 1930 e 1940, e as formas sob as quais ele utilizou dados estatísticos para sustentar as suas opiniões e a sua atuação como administrador do ensino paulista" (p. 147).	O artigo dá foco à atuação de Almeida Jr. e seu foco nas escolas rurais, os quais propõe modelos de aplicação com a sustentação, em boa parte, em argumentação estatística para legitimação.
Gil (2012)	Campo Educacional e Campo Estatístico: diferentes	Artigo	O objetivo é discutir "como se deu a apropriação dos números oficiais em	O artigo discute com detalhes como a organização das estatísticas possuía

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
	apropriações dos números do ensino		determinados debates sobre a educação primária" (p. 524).	elementos políticos impostos aos seus agentes que tinham como objetivo aperfeiçoar certas técnicas e procedimentos tanto para consolidar o rigor de um trabalho absolutamente neutro, mas também para corroborar a crença e a construção de um público leitor que visse utilidade nesse tipo de informação.
Filho, Alves e Duran (2012)	A reorganização do ensino fundamental em ciclos: trajetória dos últimos trinta anos no estado de São Paulo	Artigo	O objetivo é discutir "o tema da reorganização do ensino fundamental em ciclos, considerando a trajetória dos últimos trinta anos no estado de São Paulo" (p. 169).	O artigo chega às seguintes conclusões: há poder na organização do ciclo básico e da reorganização do ensino para desencadear outras políticas, ainda que haja padrões homogeneizantes em seus desenhos; bem como que há quadros educacionais formados desde o processo inicial das políticas que foram estudadas; por fim, entende que há muitos pesquisadores experientes da academia que "têm se voltado ao

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
				aprofundamento das pesquisas sobre os limites e possibilidades dessas políticas" (p. 189).
Sperrhake e Traversini (2012)	Os Critérios do Censo Produzindo Estatísticas de Alfabetização: gerenciar o risco e inventar pessoas	Artigo	O objetivo é analisar como alfabetização e o analfabetismo são medidos através do saber estatístico nacional.	O artigo destaca a articulação das dimensões de alfabetização e analfabetismo, a partir da instrumentalização dos censos, bem como do relacionamento com outros agentes que influenciaram a configuração desses indicadores, como a Unesco.
Santaiana (2012)	Educação integral: do uso das estatísticas à produção de sujeitos aprendentes	Artigo	O objetivo é "analisar como o referido programa [Mais Educação], ao envolver ações como saúde, esportes, direitos humanos, cultura econômica, entre outras, que atravessam a escola, se tornam estratégias de constituição de sujeitos aprendentes, que se constituirão em cidadãos não do futuro, mas já do presente. O uso da estatística é visto na pesquisa da	O artigo contribui com o uso de estatísticas em um programa recente, com a observação de assimetrias entre os usos dos indicadores e as finalidades da política.

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
			qual se refere este trabalho, como forte componente estratégico de governo dos sujeitos infantis e jovens" (p. 22).	
Caldeira-Machado, Biccas e Filho (2013)	Estatísticas Educacionais e Processo de Escolarização no Brasil: implicações	Artigo	O objetivo é discutir "a estatística enquanto elemento definidor das categorias do universo escolar" (p. 639), especialmente na apropriação do pensamento contábil para a configuração da ideia de governo e da legitimação do Estado-nação. E ainda, analisar o modo como os números são vinculados às categorias escolares impactando uma forma de leitura da realidade educacional mineira.	O artigo coloca em evidência que as categorias estatísticas podem ser estratégia fundamental de organização e funcionamento de instituições, sobretudo por engendrar a fiscalização, que corrobora papel preponderante na constituição das categorias.
Coradini (2013)	Titulação Escolar, Classificações Ocupacionais e Importação Cultural	Artigo	O objetivo é estudar sociologicamente como os esquemas de classificação e suas categorias ocupacionais, de escolarização repercutem no espaço de posições sociais.	O artigo contribui criticamente com o estudo das quantificações na educação com as assimetrias de equivalência, de definição, entre outras, das quantificações em nível global e local.

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
Gil (2014)	Espaços de Produção das Estatísticas de Educação: algumas possibilidades da teoria dos campos na investigação histórica	Artigo	O objetivo é discutir o conceito de campo, em Pierre Bourdieu para compreender como se deu a organização interna da Diretoria Geral de Estatística (DGE), na virada do século XIX-XX. Em seguida, examina as estratégias discursivas presentes em publicações do Serviço de Estatística de Educação e Saúde (SEES) que circularam na década de 1940." (p. 121).	O artigo discute a potencialidade teórica vindo do conceito de Bourdieu de campo em articulação com a definição de estatísticas, a partir da visão da sociologia das estatísticas, quando observados como os agentes institucionais se apropriam da quantificação nas políticas educacionais.
Senra et al. (2014)	Organizando a Coordenação Nacional: estatística, educação e ação pública na Era Vargas	Livro	O objetivo é apresentar como se constituiu o Estado brasileiro e seu sistema estatístico, a partir do eixo articulador das estatísticas educacionais, especialmente no período da Era Vargas.	O livro destaca como houve a institucionalização do sistema estatístico nacional e da ideia de Estado, a partir dos números educacionais, em uma abordagem interdisciplinar.
Silva e Silva (2015)	O Aluno sob Medida: como a escola registra seus alunos?	Artigo	O objetivo é "construir um caminho que ajude a visualizar, através de múltiplas leituras, as formas de registro de medida escolar acionadas	O artigo põe em relevo as práticas culturais, administrativas, de pessoal e outras de controle escolar que ajudam

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
			em diferentes décadas do século XX e que evidenciam discursos e práticas de avaliação" (p. 149).	a compreender a fonte de construção das estatísticas educacionais.
Carrasqueira et al. (2015)	Políticas de Responsabilização Escolar: um estudo exploratório sobre as estratégias de instâncias intermediárias na rede municipal do Rio de Janeiro	Artigo	O objetivo é "investigar as diretrizes gerais da política de responsabilização escolar adotada pela Secretaria Municipal de Educação (SME) do Rio de Janeiro a partir de 2009 e sua implementação a partir da mediação das suas instâncias intermediárias" (p. 75).	O artigo contribui com a perspectiva de uso dos indicadores pelo público-alvo, bem como com a conexão sociológico entre accountability e as quantificações.
Silva e Valente (2015)	Da estatística educacional para a estatística: das práticas profissionais a um campo disciplinar acadêmico	Artigo	O objetivo é analisar o "movimento de constituição da estatística como campo disciplinar acadêmico, considerando como locus de análise a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, atual Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH)" (p. 445).	O artigo contribui para a compreensão de como as estatísticas serviram para tratar de questões educacionais.

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
Capistrano et al. (2016)	Produção de Estatísticas Educacionais em Perspectiva Comparada	Artigo	O objetivo é descrever a forma como é organizada a produção de estatísticas educacionais em quatro países (Brasil, México, Argentina e França) e propor uma reflexão sobre a influência que os organismos multilaterais e nacionais exercem influência sobre como as estatísticas são utilizadas.	O artigo dá foco às dimensões sociológicas das estatísticas internacionais comparadas e seus tensionamentos institucionais, orçamentários, políticos, em uma abordagem diferenciada da maioria dos estudos de quantificação nacionais.
Viviani (2017)	Problemas de Rendimento Escolar no Ensino Elementar Paulista: regulação dos tempos escolares e do trabalho docente (1925 a 1950)	Artigo	O objetivo é analisar os discursos sobre "problemas de rendimento escolar presentes em revistas pedagógicas paulistas, com especial interesse em enunciados referentes à atividade de professores e à gestão do ensino elementar" (p. 75).	O artigo dá especial atenção ao discurso da necessidade de "implementar formas mais eficazes para racionalizar a administração e o controle do sistema escolar, no sentido de fixar os professores nas escolas e melhorar sua eficiência" (p. 88) e nas formas diferenciadas de como essas estratégias foram enfrentadas no contexto urbano de São Paulo.
Paulilo e Gil (2017)	Rendimento do Ensino no Brasil: os problemas que os números	Artigo	O objetivo é "discutir as estatísticas referentes ao rendimento do ensino na	O artigo descreve e analisa como o tratamento estatístico do rendimento do

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
	configuram e os usos das estatísticas de educação (1910-1938)		primeira metade do século XX. Especialmente, as estatísticas de ensino do Distrito Federal e de São Paulo mostram a precariedade dos números sobre o aproveitamento escolar entre 1910 e 1940" (p.35).	ensino se distinguiu em São Paulo e no Distrito Federal, no período analisado, possibilitando uma análise conjuntural distinta sobre o tema no país.
Cerdeira et al. (2017)	Conhecimento e Uso de Indicadores Educacionais no Município do Rio de Janeiro	Artigo	O objetivo é, "é descrever e analisar os resultados de uma pesquisa em que buscávamos saber se havia relação entre o conhecimento técnico sobre as avaliações em larga escala e o uso efetivo dos indicadores por elas produzidos" (p. 926).	O artigo dá foco nas lacunas de conhecimento sobre os indicadores e nos tipos de resistências das equipes escolares à sua aplicação, na medida em que foi possível levantar hipóteses sobre a eficácia do sistema de informação disponível a essas equipes.
Vanz (2018)	O Que Medem os Rankings Universitários Internacionais? Apontamentos teóricos, indicadores e características	Artigo	O objetivo é apresentar uma revisão de literatura sobre os rankings universitários internacionais para "ampliar a discussão acerca dos rankings, debate os indicadores mais utilizados e principais críticas aos rankings universitários league tables. São discutidos os indicadores	O artigo contribui com os estudos sobre os rankings, em sua abordagem teórica, mostrando inclusive a perspectiva sociológica que aponta a necessidade de se estudar os entendimentos e os usos dessas quantificações por seu público-alvo, as

Referência bibliográfica	Título	Tipo	Objetivos	Principais achados
			qualitativos e quantitativos utilizados pelos rankings Shanghai, THE, QS e Leiden" (p. 83).	instituições de educação superior em perspectiva comparada.
Catani e Gatti Júnior (2019)	O que a escola faz? Elementos para a compreensão da vida escolar	Livro	O livro aborda "a multiplicidade de práticas que instauram formas de convivência e de aprendizado cujos efeitos nem sempre são apreensíveis em sua completude tal como desejaríamos, nós professores" (p. 7).	O livro contribui de maneira muito interessante sobre como as quantificações estiveram a moldar a escola brasileira, ou seja, na hora de "trabalhar na escola, festejar, organizar o tempo, moralizar e uniformizar na escola, identificar, classificar, tratar na escola e controlar os comportamentos" (p. 8).

9 APÊNDICE C — VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS - BRASIL - 2019 E 2022

UF	Município	2019	2022	Varição (%)
GO	Mimoso de Goiás (GO)	2.597	2.614	0,7
GO	Água Fria de Goiás (GO)	5.735	4.954	-13,6
GO	Vila Propício (GO)	5.821	5.815	-0,1
GO	Vila Boa (GO)	6.171	4.215	-31,7
GO	Simolândia (GO)	6.856	5.742	-16,2
MG	Cabeceira Grande (MG)	6.949	6.627	-4,6
GO	Alto Paraíso de Goiás (GO)	7.624	10.306	35,2
GO	Cabeceiras (GO)	7.993	7.560	-5,4
GO	Alvorada do Norte (GO)	8.660	8.446	-2,5
GO	Cavalcante (GO)	9.709	9.583	-1,3
GO	Corumbá de Goiás (GO)	11.110	10.562	-4,9
GO	Barro Alto (GO)	11.167	10.371	-7,1
GO	São João d'Aliança (GO)	13.740	14.041	2,2
GO	Flores de Goiás (GO)	16.557	13.744	-17,0
MG	Arinos (MG)	17.875	17.272	-3,4
GO	Abadiânia (GO)	20.042	17.232	-14,0
GO	Cocalzinho de Goiás (GO)	20.240	25.016	23,6
MG	Buritis (MG)	24.841	24.030	-3,3
GO	Pirenópolis (GO)	24.908	26.690	7,2
GO	Alexânia (GO)	27.653	27.008	-2,3
GO	Padre Bernardo (GO)	33.835	34.967	3,3
GO	Niquelândia (GO)	46.388	34.964	-24,6
GO	Cristalina (GO)	58.997	62.337	5,7
GO	Goianésia (GO)	70.084	73.707	5,2
GO	Cidade Ocidental (GO)	71.376	91.767	28,6
GO	Santo Antônio do Descoberto (GO)	74.744	72.127	-3,5
MG	Unaí (MG)	84.378	86.619	2,7
GO	Planaltina (GO)	89.918	105.031	16,8
GO	Novo Gama (GO)	115.711	103.804	-10,3
GO	Formosa (GO)	121.617	115.901	-4,7
GO	Valparaíso de Goiás (GO)	168.468	198.861	18,0
GO	Luziânia (GO)	208.299	209.129	0,4
GO	Águas Lindas de Goiás (GO)	212.440	225.693	6,2
DF	Brasília (DF)	3.015.268	2.817.381	-6,6
Brasil		210.147.125	203.080.756	-3,4

10 APÊNDICE D — TERMO DE RESPONSABILIDADE LIVRE E CONSENTIDO

Uso de Indicadores Educacionais em Municípios de Baixa Densidade Populacional Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Políticas Locais, Quantificações Nacionais: Uso de Indicadores Educacionais em Municípios de Baixa Densidade Populacional”, de responsabilidade de Christyne Carvalho da Silva, estudante de Doutorado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é conhecer como se dá a relação entre as gestões municipais de educação e os indicadores educacionais oficiais com vistas à ação pública nos municípios de baixa densidade populacional da Ride-DF.

Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários e entrevistas, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de survey on-line, pesquisa documental e pesquisa quantitativa em bases/repositórios de dados/documentos oficiais públicas e anonimizadas. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa descrever o perfil sócio educacional dos gestores municipais; identificar o arranjo institucional que abriga o uso dos indicadores; compreender as relações entre os agentes internos e os agentes externos, locais e regionais, que fazem uso dos indicadores nos municípios; conhecer como são usados os recursos humanos e tecnológicos no uso dos indicadores; identificar os usos dos indicadores nas políticas e ações dos gestores municipais; entender o histórico de uso dos indicadores nas políticas e ações da rede municipal; e entender como se estabelece o fluxo de comunicação do uso dos indicadores pelos gestores municipais.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 99835-3433 ou pelo e-mail christynecarvalho@gmail.com. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de relatório (tese de Doutorado), podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

*1. Concordo com este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

- Sim
 Não

11 APÊNDICE E — ROTEIRO DE SURVEY (2023)

SURVEY

**USO DE INDICADORES EDUCACIONAIS EM MUNICÍPIOS DE BAIXA DENSIDADE
POPULACIONAL**

Uso de Indicadores Educacionais em Municípios de Baixa Densidade Populacional
Informações do município

* 2. Em qual município você trabalha?

- Mimoso de Goiás (GO)
- Água Fria de Goiás (GO)
- Vila Propício (GO)
- Vila Boa (GO)
- Simolândia (GO)
- Cabeceira Grande (MG)
- Alto Paraíso de Goiás (GO)
- Cabeceiras (GO)
- Alvorada do Norte (GO)
- Cavalcante (GO)
- Corumbá de Goiás (GO)
- Barro Alto (GO)
- São João d'Aliança (GO)
- Flores de Goiás (GO)
- Arinos (MG)
- Abadiânia (GO)
- Cocalzinho de Goiás (GO)

* 3. A que Secretaria você pertence especificamente?

- Secretaria municipal de educação
- Secretaria municipal de educação em conjunto com outras políticas setoriais
- Setor subordinado à Prefeitura
- Outro (especifique)

Uso de Indicadores Educacionais em Municípios de Baixa Densidade Populacional
Informações do gestor

* 4. Qual é seu sexo?

- Feminino
- Masculino
- Outro
- Prefiro não responder

5. Qual sua idade?

* 6. Qual é o seu maior nível de escolaridade?

- Ensino fundamental (1º Grau) incompleto
- Ensino fundamental (1º Grau) completo
- Ensino médio (2º Grau) incompleto
- Ensino médio (2º Grau) completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

* 7. Qual seu cargo/função?

* 8. Há quanto tempo você exerce este cargo/função?

- Menos de 1 ano
- Entre 1 e 3 anos
- Mais de 3 anos

* 9. Você já recebeu algum curso sobre gestão educacional?

- Sim
- Não

Uso de Indicadores Educacionais em Municípios de Baixa Densidade Populacional
Gestão educacional

* 10. Em sua capacitação sobre gestão educacional, foram ensinados conteúdos relativos aos indicadores educacionais?

- Sim
- Não

* 11. Como você avalia o conteúdo aprendido sobre indicadores educacionais?

- Muito suficiente
- Suficiente
- Nem muito nem pouco suficiente
- Insuficiente
- Completamente insuficiente

Uso de Indicadores Educacionais em Municípios de Baixa Densidade Populacional
Produção das estatísticas educacionais

* 12. Em geral, em que local(is) são preenchidas as informações do Censo Escolar?

- Escolas rurais
- Escolas urbanas
- Secretaria de educação
- Outras secretarias municipais
- Prefeitura
- Outro (especifique)

* 13. Normalmente, quem são as pessoas envolvidas no preenchimento das informações do Censo Escolar?

- Diretores das escolas
- Técnicos das escolas
- Técnicos da secretaria de educação
- Técnicos de outras secretarias municipais
- Secretário(a) de educação
- Prefeito(a)
- Conselheiro(s) de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb
- Conselheiro(s) de Alimentação Escolar
- Pais/responsáveis de alunos
- Consultor(es) externo(s)
- Empresa contratada
- Outro (especifique)

* 14. Em geral, quantas pessoas estão envolvidas no preenchimento do Censo Escolar?

- Apenas 1 pessoa
- Entre 2 e 5 pessoas
- Entre 6 e 10 pessoas
- Mais de 10 pessoas
- Não sei

* 15. Em algum momento, você recebeu capacitação para preencher o Censo Escolar?

- Sim
- Não

* 16. De quem você costuma receber ajuda para preencher o Censo Escolar?

- De materiais e canais oficiais do Inep
- De materiais e canais oficiais do Ministério da Educação
- Da secretaria estadual de educação
- Da secretaria municipal de educação
- De outras secretarias municipais
- De técnicos de outros municípios
- De materiais e canais avulsos encontrados na internet
- De consultores externos
- De empresa contratada
- Outro (especifique)

* 17. Conto com computadores para preencher os dados do Censo Escolar:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

* 18. Conto com acesso à internet de qualidade para preencher os dados do Censo Escolar:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

* 19. Eu me sinto confiante para conferir os dados já preenchidos do Censo Escolar:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

* 20. Recebo ajuda para conferir os dados já preenchidos do Censo Escolar:

- Discordo totalmente
- Discordo
- Não concordo nem discordo
- Concordo
- Concordo totalmente

* 21. De quem você costuma receber ajuda para conferir os dados preenchidos do Censo Escolar?

- Da secretaria municipal de educação
- De outras secretarias municipais
- De técnicos de outros municípios
- Da secretaria estadual de educação
- De consultores externos
- De empresa contratada
- Outro (especifique)

Uso de Indicadores Educacionais em Municípios de Baixa Densidade Populacional
Uso das estatísticas educacionais

* 22. Em geral, as estatísticas e os indicadores que vêm do Censo Escolar são usados?

- Sim
 Não

* 23. Normalmente, quais tipos de estatísticas e indicadores são mais usados?

- Matrículas
 Taxas de aprovação
 Taxas de abandono
 Taxas de reprovação
 Média de alunos por turma
 Média de horas-aula diária
 Distorção idade-série
 Ideb
 Dados sobre a infraestrutura das escolas
 Dados sobre docentes com curso superior
 Dados sobre adequação de formação de professores
 Dados sobre esforço docente
 Coeficiente de distribuição de recursos do Fundeb
 Matrículas para o repasse dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
 Dados sobre indicadores financeiros educacionais
 Dados de proficiência do SAEB
 Outro (especifique)

24. Normalmente, qual a finalidade de uso das estatísticas e dos indicadores que vêm do Censo Escolar?

- Para o acompanhamento do plano municipal de educação
 Para o acompanhamento das metas do Ideb
 Para as políticas de combate à evasão escolar
 Para o planejamento pedagógico das escolas
 Para as avaliações municipais dos alunos
 Para as avaliações estaduais dos alunos
 Para o SAEB
 Para as políticas de formação de professores
 Para a distribuição dos recursos do Fundeb
 Para a distribuição dos recursos da alimentação escolar
 Para a auditoria dos recursos do Fundeb
 Para a auditoria dos recursos da alimentação escolar
 Para a auditoria de outros recursos da educação
 Para a publicidade das ações do município
 Para a comparabilidade educacional do município com os municípios vizinhos
 Para as políticas de infraestrutura das escolas
 Para pleitear mais recursos estaduais ou federais para a educação
 Outro (especifique)

* 25. Em geral, as estatísticas e os indicadores que vêm do Censo Escolar são divulgados?

- Sim
 Não

* 26. Em geral, como as estatísticas e os indicadores que vêm do Censo Escolar são divulgados?

- Relatório de texto (em Word, por exemplo)
 Planilhas de dados (em Excel, por exemplo)
 Painel online de indicadores
 Diário Oficial do município
 Diário Oficial da União
 Site do Inep
 Site do MEC
 Site do FNDE
 Não são divulgados
 Outro (especifique)

* 27. Normalmente, quem produz os materiais de disseminação de estatísticas e os indicadores que vêm do Censo Escolar?

- Secretaria municipal de educação
 Escolas do município
 Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município
 Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb) do município
 Secretaria de planejamento e orçamento do município
 Prefeitura
 Consultores externos
 Empresa contratada
 Tribunal de contas do Estado
 Secretaria estadual de educação
 Governo do Estado
 Consórcio de municípios
 Não são produzidos
 Outro (especifique)

**12 APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
(2023)**

ENTREVISTA

**USO DE INDICADORES EDUCACIONAIS EM MUNICÍPIOS DE BAIXA
DENSIDADE POPULACIONAL**

1. Impactos da produção das estatísticas

a) Poderia compartilhar um exemplo específico de como as estatísticas produzidas influenciam diretamente as atividades diárias na Secretaria de Educação?

b) Em sua opinião, qual é o principal benefício que a produção de estatísticas trouxe para a gestão da educação nos últimos anos?

2. Resultados do uso das estatísticas

a) Há alguma decisão política ou projeto recente em que as estatísticas do Censo Escolar desempenharam um papel crucial? Poderia descrever como esses dados contribuíram para o seu desenvolvimento e implementação?

b) Como a análise estatística pode ser utilizada para antecipar ou resolver problemas emergentes no contexto educacional?

3. Desafios e sugestões

a) Quais são alguns dos desafios mais significativos que você enfrenta na interpretação e aplicação desses dados nas políticas educacionais?

b) O que você recomendaria para aprimorar a precisão e utilidade da coleta e análise de dados? Existe alguma prática internacional que considera exemplar?

4. Comentários adicionais

a) Há algum aspecto do uso dos dados do Censo Escolar que não discutimos e que você considera importante destacar?

13 APÊNDICE G — 1ª ETAPA DO CENSO ESCOLAR - MATRÍCULA INICIAL



14 APÊNDICE H — 2ª ETAPA DO CENSO ESCOLAR - SITUAÇÃO DO ALUNO

